



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PERFORMANCES CULTURAIS – PPGPC

DAYSE DE JESUS ROCHA

O (S) NÓS DA DESRAZÃO: PERFORMANCES DA CULTURA, MEMÓRIAS RESSENTIDAS,
TRAUMA E A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUECIMENTO NA DITADURA CIVIL MILITAR
BRASILEIRA

GOIÂNIA/GO

ABRIL/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data. O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Dayse de Jesus Rocha

3. Título do trabalho

O (S) NÓS DA DESRAZÃO: PERFORMANCES DA CULTURA, MEMÓRIAS RESENTIDAS, TRAUMA E A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUECIMENTO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

a) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

Solicitação de registro de patente;

- Submissão de artigo em revista científica; - Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Guarato Dos Santos Professor do Magistério Superior**, em 04/04/2023, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dayse De Jesus Rocha Discente**, em 19/04/2023, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_ogao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3643890** e o código CRC **0BBE8327**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PERFORMANCES CULTURAIS – PPGPC

DAYSE DE JESUS ROCHA

O (S) NÓS DA DESRAZÃO: PERFORMANCES DA CULTURA, MEMÓRIAS RESSENTIDAS,
TRAUMA E A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUECIMENTO NA DITADURA CIVIL MILITAR
BRASILEIRA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Performances Culturais, da
Universidade Federal de Goiás.

Área de Concentração: Performances Culturais

Linha de Pesquisa: Teorias e Práticas da Performance

Orientador: Prof. Dr. Rafael Guarato dos Santos

GOIÂNIA / GO

ABRIL/2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rocha, Dayse de Jesus

O (S) NÓS DA DESRAZÃO: PERFORMANCES DA CULTURA,
MEMÓRIAS RESENTIDAS, TRAUMA E A DESCONSTRUÇÃO DO
ESQUECIMENTO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA
[manuscrito] / Dayse de Jesus Rocha. - 2023.
CXVI, 116 f.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Guarato.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Performances Culturais, Goiânia, 2023.

Inclui lista de figuras.

1. Memória. 2. Resistência. 3. Performance. 4. Ditadura militar . 5.
Trauma. I. Guarato, Rafael, orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 2 da sessão de Defesa de Dissertação de Dayse de Jesus Rocha, que confere o título de Mestra em Performances Culturais, na área de concentração em Performances Culturais.

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, a partir das quatorze horas, por meio de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "O (S) NÓS DA DESRAZÃO: PERFORMANCES DA CULTURA, MEMÓRIAS RESENTIDAS, TRAUMA E A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUECIMENTO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Rafael Guarato dos Santos (UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Maria Cristina Nunes Ferreira Neto (PUC-GO), e Professor Doutor Saulo Germano Sales Dallago (UFG), cujas participações ocorreram por meio de videoconferência. Durante as arguições, os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros, ressaltando a importância de realizar pequenos ajustes para a versão final do trabalho. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Rafael Guarato dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Guarato Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 03/04/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Germano Sales Dallago, Professor do Magistério Superior**, em 04/04/2023, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cris na Nunes Ferreira Neto, Usuário Externo**, em 05/04/2023, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [h
ps://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3641209** e o código CRC **4C5AF055**.

RESUMO

A presente dissertação, tem como objetivo, analisar as imbricações entre memória, esquecimento, trauma e suas ligações com dramas performados na sociedade brasileira. Para tanto, torna-se essencial a observação dos comportamentos dos agentes culturais e as formas encontradas em seu meio social de relembrar e mobilizar os afetos em seus meios históricos. Analisar-se-á, a performance social e artística, como espaço reflexivo, visando desconstruir as estruturas dominantes, por meio de ações individuais que culminam no coletivo. Para tal, atenta-se ao modo como a militância e a arte possibilitam uma compreensão do espaço de memória de torturados e desaparecidos políticos na ditadura civil-militar do Brasil. A partir deste lugar, prioriza-se o protagonismo dos sujeitos que reinterpretam a história e os discursos oficiais veiculados pelas estruturas de poder em seu tempo. O trabalho se dedicou a mostrar a importância do discurso performado na atualização do sofrimento e da violência, por meio do reconhecimento social desse sofrimento, como mecanismo que combate o processo de naturalização e esquecimento na sociedade. Para tanto, foram analisadas as memórias sobre o camponês José Porfírio de Souza e os bordados de Isaura Botelho.

Palavras-Chave: Memória; Resistência; Performance; Ditadura Militar; Trauma

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the overlaps between memory, oblivion, trauma and their connections with dramas performed in Brazilian society. Therefore, it is essential to observe the behaviors of cultural agents and the ways found in their social environment to remember and mobilize affections in their historical environments. Social and artistic performance will be analysed, as a reflective space, aiming to deconstruct the dominant structures, through individual actions that culminate in the collective. To this end, it pays attention to the way in which militancy and art enable an understanding of the memory space of tortured and politically disappeared people in the civil-military dictatorship in Brazil. From this place, priority is given to the protagonism of subjects who reinterpret the history and official discourses conveyed by the power structures of their time. The work was dedicated to showing the importance of the speech performed in the updating of suffering and violence, through the social recognition of this suffering, as a mechanism that fights the process of naturalization and oblivion in society. For that, the memories about the peasant José Porfírio de Souza and the embroidery of Isaura Botelho were analyzed.

Keywords: Memory; Resistance; Performance; Military dictatorship; Trauma

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Goiás, municípios de Trombas e Formoso	30
Figura 2 - Mapa das Mesoregiões de Goiás	40
Figura 3 – Mapa Região Norte de Goiás	41
Figura 4 – CEFA José Porfírio de Souza	50
Figura 5 – Governador Marconi Perillo	50
Figura 6 – Bordado de desaparecidos políticos (1973)	89
Figura 7 – Bordado Honestino Guimarães	95
Figura 8 – Líder Estudantil	96
Figura 9 - Prisão de Honestino Guimarães	96

Este trabalho é dedicado, a todos aqueles que
perderam suas vidas e aqueles que continuam
lutando pela liberdade, democracia e memória do
nosso país!

AGRADECIMENTOS

Ouvi, inúmeras vezes que a atividade acadêmica é solitária e que a reflexão consiste num processo introspectivo. No entanto, teria sido impossível concluir essa jornada sem a colaboração e o suporte de muitas pessoas. O processo de elaboração de uma dissertação é naturalmente conturbado, e a pandemia veio para tornar as dificuldades e os desafios ainda maiores. Por isso a satisfação em concluir esta etapa do mestrado é tanta, quanto a gratidão por todos aqueles que participaram deste projeto, direta ou indiretamente.

Meu profundo agradecimento a Deus, por me permitir vivenciar este momento especial, sobretudo, com saúde. Por entrelaçar pessoas em minha vida que me incentivaram e me motivaram, em meio a tantas adversidades. Aos meus filhos, Julliana e Samuel, que são a luz da minha vida e que devo grande parte do que sou.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Guarato, pelo acolhimento gentil em um momento frágil. Sou grata, por sua disposição, apoio e compartilhamento de inúmeras indicações de leitura, pelo seu suporte teórico que me direcionou para novas reflexões, me impulsionando a progredir.

Agradeço também aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto e Prof. Dr. Saulo Germano Sales Dallago, por dividirem tão generosamente sua experiência e seus conhecimentos comigo. Seus comentários e sugestões foram essenciais no aperfeiçoamento do trabalho.

Por fim, aos colegas de graduação da Escola de formação de Professores da PUC-GO e ao Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais e aos professores e às professoras que tive ao longo da minha educação que despertaram em mim o desejo de valorizar a nossa memória histórica.

*...outrar é tornar-se outro que não o eu-mesmo.
Experimentando desenferrujar a subjetividade que me fazem andar em
círculos. Acreditando que sou o que me dizem ser ou dizem para ser.
Somos colcha de retalhos de acontecimentos, lembranças, situações.
Somos produto-produtores de encontros e suas afetações
O que afeta nossas ações?"*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
--------------------	----

CAPÍTULO I – REPRESENTAÇÃO, HISTORICIDADE, DRAMA E PERFORMANCE.

1.1 - A Cultura nos movimentos e o deslocamento da esquemória em Formoso e Trombas de Goiás.....	30
1.2. A cultura e memória no movimento de resistência.	34
1.3. De campo a campo, as representações e a performances no movimento rural.....	39
1.4. De posseiro à Deputado: O espelho do herói no campo.....	49
1.5. Memórias de um comportamento. Trauma de um desaparecimento.....	59
1.6. Performando para existir: A luta camponesa na historiografia goiana.....	67

CAPÍTULO II – DO APAGAMENTO DO CORPO AO ENTRELUGAR DA MEMÓRIA: OS USOS E MOVIMENTOS NA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

2.1. Os nós dos dramas sociais na arte e cultura: Aspectos da resistência na classe média.....	75
2.2. Memória, imaginação, transgressão e produção cultural na tortura.....	84
2.3. Memória visual e simbologia histórica na repressão	88
2.4. Bordando história, narrando memórias: Esperança como ato de liberdade.....	94
2.5. O deslocamento da ação, a arte de sair de si e narrar sua própria experiência.....	101
Considerações Finais.....	106
Referências.....	114

INTRODUÇÃO

A história de um período de intensa repressão e dilema político ocorridos no Brasil (1964-1985) pode ser ressignificada através do reforço da memória. Por esse motivo, trazer à luz, o exercício de recontar e desmitificar a história, faz parte de um exercício acadêmico, produtor de impacto e criador de possibilidades de um futuro diferente. A diretriz que conduz este trabalho, consiste na valorização de registros de memória para o estudo da história política recente do Brasil.

Afirmações repetidas de que “no tempo da ditadura existia ordem”, marcam profundamente pessoas que sofreram de perto as consequências do sistema repressor autoritário. Por isso, o elemento motivador para escrever sobre esse tema, consiste na análise da articulação da memória coletiva com a memória “oficial”. Destacando, que não existe só um viés de memória: ela está presente na luta armada, militância e artes.

Cabe assinalar, que os incômodos que me direcionaram a tratar da memória da história nacional brasileira com mais afinco, fazem parte da realidade injusta de distribuição de renda e educação no país. Quando ingressei no mestrado em 2019, meu intuito foi o de dar continuidade na proposta trabalhada na graduação de licenciatura em História, na qual, tratei do nazismo e o apoio incorporado pela sociedade civil, à sua ascensão. Observando as diferentes opiniões sobre a ditadura, fiquei intrigada com as repetições dos discursos em relação a temática. E ainda, a forma que as estruturas corporativas de relações de poder, subjugam pessoas por suas classes sociais ou raça, negando-lhe os direitos sociais, impondo a tortura e morte, prática política ainda marcada por uma cultura essencialmente autoritária muito comum em governos militares.

Minha formação em História em uma instituição particular de ensino, foi um divisor de águas na minha visão crítica da sociedade. Apesar de convivermos cotidianamente com o elitismo e exclusão na sociedade brasileira, sinto-me privilegiada em viver em um cenário democrático. Isto, nos leva a refletir acerca da dimensão do valor da liberdade e da importância de contemplar a experiência de uma geração que sofreu atos de exceção, arbítrio e violações dos direitos humanos. Geração que o militarismo tentou amordaçar.

Devido ao passado em comum, essa geração fomentou uma rede de contatos com intercâmbios de experiências vividas, mostrando-se capaz de promover uma prática relevante para o processo de reconhecimento e garantias de direitos. Apesar de sermos considerados, dentre os países da América Latina, com o índice de justiça de transição mais lento, os movimentos revolucionários e de cultura, foram mecanismos eficazes no combate ao legado histórico do regime autoritário, posteriormente

apoiados com a criação da Comissão da Anistia¹ e Comissão Nacional da Verdade². Nessa perspectiva de união de civis e implementação de medidas de justiça, obtivemos, a estruturação e o estabelecimento do padrão norteador da memória e da verdade.

Diante da variedade de rememoração, optei por dar continuidade aos conceitos de memória, ressentimento, esquecimento e trauma iniciados em minha pesquisa de monografia, em que trabalhei a forma que a sociedade da Alemanha cultivou a memória dando ênfase ao ressentimento pelas guerras e dinastias perdidas, a ponto da “banalidade do mal” descrito por Hannah Arendt (1999), tornar-se um afeto natural que esconde as verdadeiras intensões do mal, facilitando o extermínio de seis milhões de vidas. Isso se deu, com o apoio de uma logística de intelectuais e pessoas com comportamentos passivos que aderiram às ideias de eugenia disseminadas pelo nazismo.

Entendo que, conforme vimos na ditadura civil militar no Brasil, os mecanismos de manipulação da memória e do esquecimento, interferem nas construções sociais. Desta forma, vislumbro a possibilidade de pensar o papel da cultura e da performance da tortura dentro dos movimentos sociais, das militâncias, das artes libertárias e dos protestos. A congruência destas análises pode ser observada nos debates acadêmicos ou no próprio movimento dos camponeses, independentemente da sua origem política partidária ou teórica. Observou-se que seja de forma individual e/ou coletiva, os movimentos reivindicatórios estarão intrinsecamente ligados, por suas ações e relações. O fator gerador destas experiências de luta ou de sofrimento diante da repressão e da tortura, teve como elemento comum a consolidação histórica da ditadura civil-militar entre os anos 1964 e 1985.

Assim sendo, este trabalho foi pensado mediante a necessidade de compreensão das variadas manifestações e proliferações de memórias e as diferentes formas como transitam e se relacionam nos contextos históricos. Os conceitos de “modos de produção” e “classe social”, não foram prioridades na discussão. Apesar de seus amplos aspectos teóricos conceituais, a ênfase foi convencionada à Nova História, que leva em consideração o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua mentalidade, sua trajetória de vida, bem como, suas diversas formas de sensações e percepções e suas opções que incidiram no período ditatorial.

¹ A Comissão de Anistia, foi criada pela Lei nº 10.559/2002, é órgão de assessoramento direto e imediato do Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo por finalidade específica analisar os requerimentos de anistia que tenham comprovação inequívoca dos fatos relativos à perseguição sofrida, de caráter exclusivamente política, bem como emitir parecer opinativo sobre os requerimentos de anistia, no sentido de assessorar o Ministro de Estado da Justiça em suas decisões. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia>. Acesso em: 26 de março de 2022.

² A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça abaixo a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 26/03/2022.

A memória no tempo, ou, o tempo na memória? Essa questão nos leva a outra: o que é tempo, o que é memória? Ao procurar pelos atributos desses dois termos, me dou conta de que não existe somente uma resposta para essas questões. A memória e o tempo estão entrelaçados nós que foram sendo tecidos pelos fiandeiros chamados sujeitos, cujas experiências se cruzam por histórias unidas por teias e rastros, constituindo e configurando significados de continuidade na existência e nos conjuntos dos caminhos que se atravessam.

Esses cruzamentos de vivências se deram em um período de obscurantismo e sectarismo que permearam nas várias camadas da sociedade brasileira. O mal-estar desse período ditatorial era ciclotímico, pois contava com momentos considerados endurecidos, brandos, anos de chumbo e atos institucionais. E nesse intermeio, torturas, retirada de direitos, censura e imposição de interesses que envolviam diferentes classes, instituições e corporações aconteciam dentro e fora do congresso. A crise iniciada em 1964 no Brasil, teve seu endurecimento em 1971, assim como seus vizinhos latinos Chile, Uruguai e Argentina o tiveram na década de 70. A ditadura coloca em relevo nuances de passado considerado por uns como gloriosos, e por outros como período negro que deixou marcas agonizantes. As formas de lembranças serão fortificadas dependendo da memória utilizada para contá-las. Memória seletiva, conveniente, memória coletiva, individual, todas elas são formas escolhidas por determinados grupos para contarem à sua maneira os fatos acontecidos. Independente da memória utilizada, o que não se pode negar é o fato de que o Brasil passava por conflitos. Na tentativa de instituir uma nova ordem, visões diferentes se chocaram e colocaram em risco a visão dominante. Visão esta que não era de exclusividade dos militares. Houve ações humanas características para aquele crescimento temporal de ruptura democrática.

Com base nas reflexões levantadas, consideramos que a memória produz uma relação entre as dinâmicas de constituição social dos sujeitos no tempo. Para demonstrar esse sistema relacional existente nas ações humanas, utilizamos a narrativa vivida por dois personagens em diferentes temporalidades. Ambos estão ligados por questões que envolvem: tortura, desaparecimento, trauma e esquecimento. Longe de fazer qualquer juízo de valor, pretendemos responder à seguinte questão: como podemos pensar a relação da memória com o tempo das artes, tempo da militância cultural e da política? O intuito, portanto, é contribuir com a historiografia de diversos campos do conhecimento.

A memória é um domínio de investigação da história no tempo presente, e por isso já foi objeto teórico abordado por diversos autores dos mais variados campos de conhecimento. A ligação de tempo e memória em Santo Agostinho (Aurelius Augustinus Hipponensis 354-430), acontece de forma subjetiva, isto é, a maneira que cada indivíduo se relacionará com as coisas passadas e presentes (1987 [397 - 400]). Esta é a “*memória sui*”, cuja funcionalidade está primada no presente, em que os acontecimentos escondidos na mente, podem se fazer rememorados e visíveis, através do

conhecimento da alma. Portanto, “O passado existe, por força de minha memória, no presente. Da mesma forma, o futuro existe, por força da expectativa de que as coisas ocorrerão, no presente”³. Esta relação de temporalidade e memória fora introduzida nas questões de conscientização do outro no tempo, por diversas áreas do conhecimento, desde a antiguidade. Por exemplo, na relativização feita pelo historiador e geógrafo Heródoto⁴, podemos perceber a relação entre sujeito e temporalidade, viabilizada pela existência da construção da memória através da representação do outro e de si mesmo. As elaborações feitas por Santo Agostinho e Heródoto, abriram caminhos, acerca das investigações sobre tempo e memória, tornando-as pilares nas relações entre indivíduos, sociedade e suas questões mal resolvidas.

O filósofo Jules Régis Debray (2000), nos diz ser a memória apta a possibilitar múltiplos encontros, capazes de traduzir o passado, retomando pensamentos e ações para o presente, propiciando uma reflexão voltada à evolução da cultura social, fazendo com que os sujeitos reconsiderem antigas ações no tempo. É exatamente por ser passível de tantas ações, que a memória não possui um conceito acabado, pois, “A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente...” (Gôndar, 2016, pág. 19). É esse inacabamento conceitual que nos possibilita trabalhar com a memória de forma fragmentada e não acabada, em variadas temáticas, já que ela existe no tempo, e o tempo é questão imanente na vida dos eus. Partindo desta premissa, o estudo da memória demanda uma atitude interdisciplinar, pois, sendo a memória um conceito que não se fecha a somente um significado, seu estudo atravessa diferentes campos do saber. Está presente nos movimentos circulares, garantindo assim a manutenção dos fatos, bem como, sua mobilidade.

Neste sentido, o historiador José D'Assunção Barros (2019), caracteriza esse movimento e essa mobilidade existentes na interdisciplinaridade, como um “*borboletear*”, ou seja, em sua concepção, a liberdade de variação de voos e pousos, se fazem importantes na busca pela pluralidade cultural na valorização das características existentes dentro dos grupos.

O desafio de transitar por saberes diferenciados é motivador para o exercício de integração das práticas e do processo de construção/ação do conhecimento. Sobre este processo de pensar e agir da interdisciplinaridade, Barros (2019) compara as disciplinas às notas musicais, que se embrenham, ressoam e repercutem. Cada uma produz uma sonoridade. Juntas produzem novas possibilidades de sonoridades. Esse movimento assemelha-se a interdisciplinaridade, no instante em que os conhecimentos se relacionam, pois, “passam a compor essa fascinante sinfonia que é o saber humano” (Barros, 2019, Pág. 23). Paul Zumthor (2000), sentiu-se igualmente desafiado, quando se propôs a

³ CARNEIRO, M. C. **Considerations on the idea of time in St. Augustine, Hume and Kant**, *Interface* - Comunic., Saúde, Educ., v.8, n.15, p.221-32, mar/ago 2004.

⁴ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

pesquisar, performance com sua área de conhecimento voltado à oralidade. Na concepção de Zumthor, existe uma necessidade de fazer transitar o objeto de estudo de uma forma mais global, e esse exercício se dará, na medida em que as disciplinas particulares forem estudadas sem limitação.

Diante disso, cresceu em mim o desejo e a vontade de aventurar-me nesse desafio de remexer nos abrigos onde se instalam as recordações, bem como, acrescentar às discussões de memória, às relações pessoais presentes na arte que reivindica, e na história que é contada. Mas, o que isso significa? No meu “aqui e agora”⁵, percebo-me fazendo um trabalho de historiadora performática, pois minha proposta visa uma perspectiva disruptiva dos detalhes que a sociedade insiste em esquecer, sobre o passado autoritário e ditatorial brasileiro, e concomitante, a demonstrar como a arte e a militância, podem contribuir para uma mudança significativa na sociedade. Para além de historicizar conceitos, utilizei percepções que vão além dos saberes dentro das caixinhas, como adverte Barros (2019). Coloquei em prática a ação que o sujeito faz com os conhecimentos, e os colocarei em diálogo, para atingir a minha finalidade de demonstrar as várias faces de representação que a memória adquiriu no passado e que continua adquirindo no presente.

Portanto, trazer à tona a articulação da intrínseca relação entre cultura e sociedade na perspectiva das performances culturais, utilizando para tal a interdisciplinaridade, portanto proporciona-me uma vasta possibilidade de pesquisa, pois, tenho autonomia para trabalhar meu objeto, que é histórico, mas também é artístico, em variadas disciplinas e transitar em vários campos dos saberes.

Composto por dois capítulos, este trabalho trata da memória de dois personagens, cujas narrativas são apresentadas no cenário em comum do autoritarismo brasileiro, bem como, seus usos, abusos e manipulações. Tratei de assuntos delicados sobre tortura, direitos e os modos diferentes que cada personagem inscreveu sua memória na história.

No primeiro capítulo contarei a história e trajetória do deputado José Porfírio de Souza, líder camponês, integrante da chamada Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, cassado e preso pelo regime militar de 1964, dado ainda como desaparecido até os dias de hoje. Abordaremos sua luta em favor do campesinato e a repressão que envolveu seu nome. Junto a recuperação dos momentos de memória e história que envolvem perseguições e torturas, do movimento ligado ao Deputado José Porfírio de Souza, procuro fazer um resgate utilizando a cultura da memória que dá voz a um passado em comum vivido no cenário da ditadura civil-militar.

No segundo capítulo analiso a performance de Isaura Botelho. Escritora e militante da área cultural que decidiu fazer um protesto, em São Paulo em 2013/2014, confeccionando um bordado em

⁵O *aqui-e-agora* vivencial ou Gestalt-terapia é uma extensão ou ampliação do aqui agora da Psicologia da Gestalt. Aquele significa uma proposta de responsabilidade com a realidade circundante, ou seja, o presente é responsável por ele mesmo, ele se autoexplica se auto revelando. Ribeiro, J. P. (1985). **Gestalt-terapia: refazendo um caminho**. Rio de Janeiro: Summus.

formato de coração, com os nomes das vítimas e desaparecidos da ditadura militar brasileira. Sua iniciativa foi muito importante por apresentar uma abordagem sensível dos afetos que dizem respeito à memória coletiva da história do país. Através do seu bordado, questionamentos sobre temas conturbados como: tortura; desaparecimentos; censura; mortes etc., são levantados. Experiência pessoal que se junta à experiência social. Trajetória civil misturada à feitos do governo militar.

Esta pesquisa, permite repensar temáticas da memória, pois, leva em consideração as ações existentes no movimento de luta e na arte bordada, através da performance, idealizada por novos comportamentos no contexto da tortura. Diante das formulações de poder no autoritarismo, esses comportamentos buscaram a preservação da memória e de novos espaços de cultura, assim como os esforços para a evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.

José Porfírio de Sousa e Isaura Botelho, deslocam suas vozes expõem suas preocupações pessoais e políticas, sobre os usos e abusos do poder, causando impactos emocionais. No grito de uma tortura ou no silêncio de um desaparecimento, denunciam tortura e torturadores, abordando com profundidade e intensidade em favor do estado democrático. Suas performances se entremeiam com a memória traumática existente na denúncia que performam a insatisfação com os sistemas opressores e manipuladores.

Diante do exposto a presente pesquisa está estruturada num enquadramento da memória que visa reforçar diferentes culturas, tradições e produções memorialísticas, expressos nos discursos de opositores da memória institucionalizada. De acordo com o estudioso italiano da história intelectual europeia Enzo Traverso, “o passado transforma-se em memória coletiva depois de ter sido selecionado e reinterpretado seguindo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente” (TRAVERSO, 2012, p. 10). Seguindo esse raciocínio, é importante tratar da temática que reúne movimentos sociais, militâncias de artes libertárias e protestos, para trazer para a realidade a existência de um sistema que oprimiu e sobretudo, lembrar que houve traumas que afetaram toda uma geração.

Da mesma maneira, salientar a afetividade como uma ferramenta de afecção que une pessoas que passaram pelo sofrimento causado pela tortura. Este é um importante exercício que demanda esforço, para que, o ato de lembrar desta parte triste da história não caia em desuso. Orientar a proveniência e multiplicidade da memória, é de total relevância no propósito de difundir a transmissão da experiência na contemporaneidade, para assim, romper o processo amnésico provocado pela experiência vivida e ao mesmo tempo fortalecer o processo de experiência transmitida.

Essas experiências fortalecem o senso crítico e ao mesmo tempo contribui para a criação de uma nova consciência com observadores atentos, capazes de perceber conluio e orquestração política. Para o filósofo e sociólogo Walter Benjamin, as experiências, são demarcadores importantes na conscientização do declínio do conhecimento transmitido. Segundo o escritor, a transmissão de

conhecimentos é fundamental para o crescimento da sensibilidade, evitando com isso, cair no viver individual, frágil e efêmero. Tais características, são advindas sobretudo, das guerras, pois, submetem comportamentos mentais e sociais a traumas, tensões e explosões de afetos. Ao pensar no empobrecimento da experiência, Benjamim, alerta para a fatalidade de abandonar o “patrimônio humano”, (BENJAMIM, 1985, p. 119).

Portanto, é preciso atentar-se para o rompimento da naturalização das memórias institucionalizadas, traçadas e manipuladas. Veicular múltiplas formas de indexação, lançar parcelas de vivência e experiência do individual para o coletivo, é considerado, de acordo com esta pesquisa, um justo molde de reatualização das histórias passadas. Por exemplo, ter-se-iam motivos para contarmos duas histórias de pessoas diferentes, com lugares de fala distintas? Sim, pois isso proporciona a compreensão do repertório e fortalece a ação coletiva, bem como, a relação com o social e o político.

Esta pesquisa fala ainda, sobre o enquadramento de memória, estudado pelo sociólogo Michael Pollak (1989). Esse conceito trata da memória mais adequada, limitada e defendida por determinada instituição, e das tentativas de silenciamentos e controle do conteúdo a ser lembrado. Adequação feita para que os fatos caíam no esquecimento. O enquadramento da memória ocorre em meio às disputas de reinterpretação do passado, auxilia na fundamentação de discursos elaborados visando alguma finalidade. Segundo o sociólogo, têm-se o enquadramento histórico quando:

[...] a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7).

Deste modo, os militares tentaram implantar seus argumentos e normas políticas na memória da sociedade brasileira, criando e mantendo uma “história oficial” para fundamentar o controle excessivo de suas ações. Isto, pode ser verificado no acervo do “Programa de História Oral do exército”⁶ que visava entre outros, fixar a narrativa de ter sido a ditadura um momento em que se implementou “ordem”, por “salvadores” de uma pátria em crise.

Em contrapartida a esta narrativa elaborada pelos militares, muito já foi publicado acerca da memória das torturas. Historiadores, teóricos, sociólogos como Carlos Fico, Marcos Napolitano, Flávio Tavares, Márcio Seligmann Silva etc. Esses autores utilizam de uma metodologia histórica para pontuar os aspectos da ruptura e fragmentação que o estado democrático sofreu. Neste sentido,

⁶ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 30. Tomo 1-15.

falam das angústias e incertezas daqueles tempos de incerteza. De diferentes formas, os trabalhos feitos por pessoas que se dedicam a esmiuçar a memória, sem sigilo e enquadramento, atualizam e restauram no presente, esses medos do passado.

É nesse sentido que a mobilização das emoções começa a evoluir e a afetividade construída pelas trocas de experiências sofridas no campo ou na cidade, se entrelaçam, no seio do espaço social. A indignação diante da opressão, manifesta-se pelo repertório de ação e da emoção em favor da reparação pelos sofrimentos suportados. As emoções e as experiências dos escritores, artistas e políticos, transformou-se em uma efervescência afetiva, associada à partilha igualitária e retomada dos direitos de ir e vir, assim como mover a sociedade para uma comunidade emocional, cujos contornos são, o fortalecimento de uma consciência sensível de formar um corpo político que implica uma agregação cívica.

Nesse ínterim, o presente estudo contempla aspectos essenciais para o entendimento da memória da tortura na sociedade e a forma com que esses afetos da memória militar marcam a sociedade. Além do que já foi exposto, foi inserida metodologia do tempo presente preservando os rastros do passado. Status de testemunho também será conferido à pesquisa, pois trabalhos além do bordado definido para a pesquisa, outros objetos artísticos foram cedidos pela militante Isaura Botelho, contribuição que acrescenta valor à discussão.

Zelando pela expansão das vozes projetadas de lugares diferentes, a exposição das memórias que afetam, foi reiterada perfazendo a valorização do extenso material simbólico advindo das vozes de sobreviventes do passado, materiais documentais, artísticos e visuais. Como em Spinoza (2009), aqui trataremos da afetação que se dá no encontro dos corpos, no sentido de afeto ativo que aumenta a potência do agir e do pensar dos indivíduos. Nesse conjunto de narrativas e subjetividades, a representação do passado será feita por registros factuais de acontecimentos feitos por pessoas, que de alguma maneira viveram a experiência limite da ditadura brasileira. Quando aspectos dolorosos de um tempo é revisitado, as experiências traumáticas são revividas. Contudo, abrem-se novos horizontes para o rompimento de barreiras entre a linguagem e a realidade, capazes de quebrar o ciclo de ressentimento criado por questões não resolvidas.

Os afetos sentidos no ressentimento das lembranças correlacionadas aos algozes, é uma forma de elaboração, que coloca em evidência, um elemento chave de luta contra o esquecimento. O ressentimento trabalhado por Friedrich Nietzsche em *Genealogia da moral* (2009), é feito pela perspectiva da relação do afeto entre o senhor e escravo e a forma que ele escolhia potencializar esses afetos. As bases elaboradas pelo filósofo percorriam duas formas de direcionamento do ressentimento. A servidão aos afetos ruins, ou elaboração desses afetos. As histórias de vida aqui descritas, reconstituem e esclarecem o momento pelos quais passaram, por meio de sentimentos,

emoções, tanto individuais, como coletivas. Ou seja, escolheram a elaboração do ressentimento articulando, linguagem, cultura, ação e comunicação.

O objetivo de trazer relevância ao conceito de ressentimento, deve-se primeiramente ao fato de sua pluralidade e, em segundo lugar, para reforçá-lo como sentimento de grupo que permite ir em busca de reação e mudanças. Estabelecer o diálogo do ressentimento com os conceitos de memória, esquecimento e trauma permite demonstrar que ele pode ser um aliado no sentido da elaboração dos sentimentos presentes nos movimentos sociais a respeito da ditadura brasileira. Nesse sentido, consideramos que os ressentimentos estabelecem ligações de grupos e usos políticos de militares no pós-ditadura

Contando com o tempo histórico, memória, experiência e fontes, podemos lembrar de grandes mudanças na sociedade. Experiências que um povo, nação ou toda humanidade passaram. Inclusive, por meio da CHOE-64⁷ é possível lembrar-nos de que o objetivo central do golpe de 1964 era reestabelecer a disciplina e hierarquia no Exército Brasileiro. Esta, é a construção da memória que os militares têm. Por outro lado, existe outra construção de memória, os papéis principais nesse caso são as memórias da tortura, da morte, da censura.

A ativação das memórias de militares e dos opositores ao sistema, diferenciam-se por detalhes. Enquanto para aqueles, o rememorar significa emoção daquele nacionalismo que ficou no passado. Para estes, o rememorar associado aos episódios da história política do Brasil, os leva diretamente para o sofrimento da tortura. Portanto, há de se lembrar que dentro de toda esta performance, existe o processo de adquirir “experiência”. Elas estão presentes em tudo. Em suas “*Teses Sobre o Conceito da História*,” Walter Benjamin (1985[1940]) contrasta essa importância quando menciona que as experiências passam a ser pobres quando deixam de ser contadas. A experiência, portanto, é um exercício de memória que pode ser ativado, pois:

Contar histórias sempre foi a arte de conta-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve sua história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido...Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. (BENJAMIM, 1985, p. 205).

Diante disso, podemos entender que contar a história, independentemente do método utilizado, leva os indivíduos a repensarem o acontecimento. Nessa perspectiva, o deslocamento do passado para o presente possibilita a criação de narrativas que transformam experiências individuais em coletivas, ou seja, é a manutenção e ampliação do sentido. Um novo olhar sobre a temporalidade começa, a partir deste processo de troca de diálogos que passam a simbolizar o passado vivo no presente e aberto ao futuro. Esse ensejo de novas histórias suscitam os usos de elementos culturais, escritos, artísticos ou testemunhais, que nos levam a participar do imaginário do outro criando

⁷ Coleção de História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história

imagens interiores capazes de suscitar ideias que, por sua vez, se tornam capazes de resultar em outros talentos.

A elaboração da memória a que me refiro consiste no ato de falar sobre os acontecimentos que estão sendo esquecidos, pois existiu um período em que pessoas eram presas, torturadas e mortas. Consiste ainda em lembrar que José Porfírio de Sousa desapareceu e que seu corpo nunca mais foi encontrado; em falar sobre a tortura existente na ditadura civil-militar e, assim, incansavelmente, denunciar esses atos absurdos em que os militares tentaram colocar panos quentes em 1964.

Essa elaboração também pode ser sentida nas percepções e afetos, que na medida em que se unem pelos fios narrativos os personagens, transformam-se em um bloco de sensações que fazem os sujeitos refletirem o curto circuitar dos pensamentos que são condicionados, um a um, ao movimento de vida que surge através das ações. Tudo isso aparece através das emoções incorporadas nas manifestações, aquelas que os atores escolhem enunciar para agir sobre o mundo social. Esses movimentos elaborados têm por finalidade, desestabilizar o aparato militar antidemocrático.

Esses campos de conhecimentos ao se unirem, geraram os discursos e as ações, que possibilitaram o crescimento de sensações capazes de produzir desde a mudança dos pensamentos retrógrados arraigados na sociedade, como a criação de leis e direitos para os excluídos moralmente e socialmente.

Outro aspecto importante acerca da memória que nos interessa, foi tratado pelo médico e Psicanalista Sigmund Freud (1914), sobre a reelaboração do recordar. O psicanalista chama atenção para o fato de a repetição estar ligada ao exercício do recordar. Sintoma que ainda se faz presente nas atualidades políticas de nosso país, “a repetição é transferência do passado esquecido, [transferência] não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente” (FREUD, 1914, p. 201).

A transferência tem uma ligação direta com a memória, pois depois de ativada por meio dos aparatos culturais, suscitará os afetos que corresponderão à ação causada pelo trabalho divulgado. Desta forma, a repetição que se relaciona com o tempo, terá duas vertentes, que se contrapõem, mas que também se articulam (memória/esquecimento). Interessado em entender como nossas relações com nossas experiências passadas nos geram traumas, Freud formulou que há duas formas de memória. Uma que é acessada pela consciência e outra que se manifestará pela articulação da hipnose. Para nossa finalidade, a memória utilizada, será a despertada pela consciência, que é passível de repetição e que se pauta no drama alheio.

Em Carlos Drummond de Andrade, a memória assume o papel de protagonismo com a interioridade humana, pois oferece várias maneiras de entendimento entre o tempo e a memória. “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”. (ANDRADE, 2002, p. 80). Vemos em Drummond, que a funcionalidade da poética pode ser vivida no presente.

A faculdade da memória em Santo Agostinho significava o encontro com as imagens corpóreas que conduzia ao puramente espiritual. Para ele a busca por deus se entrelaçava no condicionamento de sua memória que se lembrava de tudo, bastava a ele direcioná-la conforme seus “receptáculos recônditos”⁸,

O grande receptáculo da memória – sinuosidades secretas e inefáveis, onde tudo entra pelas portas respectivas e se aloja sem confusão – recebe todas estas impressões, para as recordar e revistar quando for necessário. Todavia não são os próprios objetos que entram, mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis sempre prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda. (Santo Agostinho, 1997, pág. 248).

Para Santo Agostinho, as memórias eram formadas através das percepções dos sentidos (paladar, tato, olfato etc.). Esses sentidos quando chamados se apresentam ao seu consciente, formando as imagens que o remetiam ao palácio da memória, lugar em que se sentia realizado e que lhe assegurava o encontro consigo, onde a recordação de todo conhecimento e experiência brotavam-lhe à mente.

A princípio, fiz uma demonstração de algumas das variadas formas que a memória já foi trabalhada, lembrando que muito já se trabalhou e ainda se trabalha, pois trata-se um conceito que não se fecha em um só significado. A memória aqui, não será analisada por suas nuances que a torna nebulosa, ao contrário, estamos lidando com os usos práticos de memórias oficiais, conscientes, repetidas.

Para demonstrar a variedade de campos onde a memória já foi analisada, compartilhei percepções do campo da história, literatura, psicanálise, poesia e filosofia. Desta feita, atento-me ao fato de que a memória transita de duas formas para a concepção do fluxo do tempo: passado que vai em direção ao futuro e para a formação das memórias com base nas experiências, (RICOEUR, 2005). Refletindo sobre a complexidade do que a memória pode significar, gostaria de encaixá-la como, aparato cultural que pode ser utilizado na conscientização dos atos cometidos no decorrer do tempo, no sentido de dar novos significados e representações que possibilitem novos elementos capazes de orientar o pensar.

Os conceitos originados por esses escritores agrupam-se em torno do significado de um rememorar ligando-se as perspectivas de cunho emocional ligadas aos afetos. Os afetos se unem às memórias através de imagens psíquicas, formadas pelo exercício de lembrar. Evidencio que esse lembrar, trata-se de um lembrar paradoxal, pois não temos memória do que exatamente queremos lembrar. É comum os sujeitos não se lembrarem dos fatos históricos, mas sim, se apoiarem em símbolos e imagens da memória nacional, como se fossem “links”, que lhes permitissem acessar experiência vividas por outros. Logo, essas lembranças passam a ser emprestadas, e não vivenciadas pelo próprio sujeito. A partir desses mecanismos, a memória insere-se no cotidiano da sociedade por

⁸ Termo utilizado por Santo Agostinho na obra *Confissões*, livro décimo, 1977, pág. 248

meio de diversas práticas, como criações artísticas, seja na escrita da história, música, cinema, fotografias, pinturas etc. Independente do artefato cultural utilizado, cada um com sua subjetividade, seja ele oriundo das artes ou de um ato de militância, ou até mesmo de um simples “nó” costurado no formato de um coração, nas suas distinções carregam também semelhanças na medida em que as intenções se ligam às ações. Todas as formas de cultura (popular; material; imaterial; corporal), atribuem significados que podem afetar por meio da memória, esquecimento, ressentimento e trauma.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs, em referência à memória coletiva, nos diz que por meio dos caminhos dialéticos abertos pelos sujeitos através da ação, pode-se dizer que as memórias são construídas diante de padrões sociais, culturais e políticos. Esses padrões estabelecem a narrativa que guiará as formas de pensar e agir da sociedade. Dessa maneira, colocaremos “memória” como *sine qua non*⁹, do esquecimento, pois a existência de um, valida a existência do outro. Os sujeitos analisados neste estudo, buscam uma conscientização da memória. Caberá a transmissão da mensagem para sujeitos oriundos de múltiplas culturas e fazê-los assimilar a mensagem, de modo, que os afetos vivenciados por eles possam provocar a empatia e união, para o impedimento do apagamento da memória.

É utilizado como pano de fundo, o movimento de lutas sociais com as diferentes representações que legitimam a preservação da memória pessoal e exteriores, feito por esses dois atores sociais que culminam na denúncia da existência da tortura. Cada um viveu um período diferente, entretanto, a tortura estava presente na vivência de todos eles. Por um lado, existia nas experiências vividas por ambos, a performance de um governo que tentava controlar o povo. Por outro lado, formas de expressão desenvolvidas externadas com os diferentes mecanismos de cultura, apresentam-se manifestando sentimentos e atitudes contestadoras, levando em conta suas histórias pessoais e as vítimas diretas do aparato repressivo. A finalidade é chamar atenção para os entrelaçamentos visíveis e invisíveis que as histórias podem nos proporcionar. A forma individual ou coletiva, em que “os nós” de cada vivência marcam e chamam atenção dentro das sociedades, pois de acordo com Ortega Y Gasset, Teles (apud ANDRADE, 1990) “A história é a realidade do homem”. Relembrar as memórias e traumas vivenciados durante o período do regime militar no Brasil (1964-1985), é um exercício fundamental na luta contra os silenciamentos e esquecimentos impostos pelo vício normalista, existente nos discursos de sistemas conservadores dos governos autoritários/repressores. Sistemas esses que, a meu ver são regressivos, pois, são eficazes na promoção da estagnação da sociedade, na medida em que criam e fortalecem um “senso comum” que viabiliza hipóteses negacionistas de que a ditadura teve seu “lado bom”, ou, não existiu “tortura”. Os

⁹ É uma locução adjetiva, do latim, que significa “sem a qual não”. É uma expressão frequentemente usada no nosso vocabulário e faz referência a uma ação ou condição que é indispensável, que é imprescindível ou que é essencial. Disponível em: <https://www.significados.com.br/sine-qua-non/>.

entrelaçamentos desses “nós”, nos dizem que a tortura está aí, ela é real, e para demonstrar essa realidade temos pessoas desaparecidas, corpos que testemunham a sua própria tortura. Precisamos falar sobre. Precisamos lutar contra esse sistema de dominação.

Gostaria de chamar atenção para a forma que essas histórias me tocaram. No bordado de Isaura Botelho existe uma simplicidade e ao mesmo tempo um requinte carregado de simbolismo. O simbólico que trata das emoções vividas por familiares, o desaparecimento e o esvaziamento de vidas. José Porfírio de Souza, uma pessoa humilde que se tornou pública, tido como uma pessoa pacífica, também torturado e preso. Diante dessas duas experiências, o que me tocou, foram os sentimentos de tristeza e empatia. E o que me motivou foi, a oportunidade de continuar a divulgação dos seus trabalhos, como o objetivo de não deixar suas histórias, caírem no esquecimento.

Essa amarração dos nós na memória, esquecimento e trauma, parte da inquietação ocasionada pela desrazão que opera como expoente de desastres, pois seu ponto de partida se inicia nas reações “afetiva, imaginária e atemporal” (PELBART, 2009, P. 55). Partindo desses pressupostos, proponho uma reflexão da existência de uma linha tênue que interliga e baliza as experiências dos dois personagens, bem como, a forma que a memória, esquecimento, ressentimento e o trauma estão ligados pelos fios lógicos ou não tão lógicos assim, correlacionando esses trabalhos feitos em contextos repressivos, a vários sujeitos da sociedade. As críticas presentes nas ações de José Porfírio de Sousa e Isaura Botelho, demonstram a insatisfação das camadas que sofrem repressões e conseguem legitimar suas práticas abrindo caminho para resistir e confrontar as formas de autoritarismo.

A variante existente nesse conflito é a forma de como se narra, pois, quem narra o faz de várias maneiras. Temos um líder político que luta contra um tipo de sistema e uma artista, professora, pesquisadora e militante. Cada um ao seu modo, esses atores escolhem agir no mundo social, produzindo uma leitura dos seus modos de ver, apresentam a tortura e interagem seus pontos de vista com outros indivíduos, utilizando a releitura do olhar do outro, que gerará a ação dos nós da memória. Portanto, a representação cultural, política e a forma como esse assunto é revisitado no imaginário popular e no contexto da rememoração midiática, se fazem importantes no sentido de suscitar um debate que traga contribuições e entendimento dos polos entre, memória/esquecimento, sentir/ressentir e trauma/atravessamento.

Após o golpe de 1964, vários segmentos da sociedade, simpatizantes, apoiadores de Jango, profissionais de educação, movimentos populares, passaram a ser vigiados, sofrendo intervenções impostas pela “nova ordem”, “operação limpeza”. A caçada aos opositores do regime militar, resultou na materialização da violência por toda parte do país. Os grandes centros das capitais foram tomados por tanques, pelotão armado e repressão. O país passou a viver em um ambiente tóxico, com choques de ideias, incompreensão e muita luta. A historiografia sobre a ditadura civil militar brasileira, foi

produzida em sua maioria por cruzamentos de múltiplas realidades, ou baseada e refletida nesta diversidade de trajetórias.

Por meio desses cruzamentos de experiências, espero conduzir o leitor na interpretação das ações desenvolvidas pelo posseiro e a militante cultural, e seus diferentes registros memorialísticos de militância. Entendemos que a composição dessas trajetórias, acarreta a formação de outro modo de lembrar, no qual surgem questões, problemáticas e perspectivas, referentes ao ser humano e seus direitos. Essa memória de caráter denunciativo, pontuou impactos e ilegalidades perpetrados nesse período tenso. De forma subjetiva, essas construções históricas que aconteceram no meio político e cultural do Brasil, englobam as correlações dos nós existentes em nossa sociedade bem como, o modo que cada um contribuiu na luta contra o regime antidemocrático.

As fontes utilizadas na construção deste trabalho, são de cunho bibliográfico e artefatos culturais. Para auxiliar-me na abordagem, exposição das ideias e dos conceitos, contarei com o trabalho do jornalista e advogado Sebastião Barros de Abreu (2002). Contribuindo com a luta em prol da democracia, registrou o resultado de sua vivência com os personagens do movimento social goiano. Apresenta em sua obra “De Zé Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás a narrativa do movimento, se pautando pela sua própria memória, ao testemunhar fatos durante os anos do conflito.

Busquei respaldo na psicanálise, com as teorias sobre a elaboração do trauma em Freud (1917). Maria Rita Khel (2004), serve de aporte no que se refere ao trauma social. Dominick Lacapra (2005) e Seligmann (2008) nos auxiliou acerca, das repetições dos traumas na sociedade. Considerou-se a importância da elaboração do trauma que, quando não tratado pode funcionar com uma espécie de sugestionamento aumentado do sofrimento na sociedade, utilizando a conceituação desses teóricos especialistas nas áreas de trauma, para fazer o deslocamento desses conceitos para o ato de militância de Isaura Botelho.

Livros, artigos, bordados, que abarcam a multiplicidade existentes entre os sujeitos e suas experiências, permitiram a compreensão do que se passou. Contribuiu para a evolução da discussão sobre a importância da memória histórica. Estas várias participações e elaborações de lembranças, nos permitiram entrecruzar temporalidades distintas e verificar as diferentes condições que possibilitaram o processo de elaboração das lembranças. A partir desta perspectiva, destacamos os vários nós que permeiam os afetos das relações baseadas nas percepções da ditadura. Esses nós, se aliam às narrativas, quando diferentes culturas se unem em movimento de luta a favor da liberdade do corpo, pensamento e expressão.

Consideramos essa junção de experiências importante, para fazer prevalecer a memória social, e colocar na atualidade o reconhecimento da existência da tortura, dos traumas na memória que ainda pairam na sociedade. Tendo em vista estas premissas, a produção dos registros memorialísticos de José Porfírio e Isaura Botelho, foram utilizadas para contribuir na exploração destas questões.

As interlocuções presentes nesses olhares, trazem-nos questões levantadas por Walter Benjamin. O olhar histórico do autor, explicita um grau de obrigatoriedade em compreender o passado, com base nas experiências sociais, “O historiador é obrigado a explicar, de uma forma ou de outra, os acontecimentos a que se refere; não se pode limitar, de modo algum, a apresentá-los como modelos do devir do mundo...” (Benjamin, 1992, pág. 42). Observa-se, portanto, neste argumento, uma reflexão acerca da aplicabilidade da História e de como as narrativas serão apresentadas. Assim a proposta ganha novos cruzamentos empíricos e teóricos, por meio da fluidez dos saberes que nos projeta para uma nova perspectiva, que de acordo com Gagnebin¹⁰ é oposta à de uma sociedade que vive “o tempo deslocado e entrecortado do trabalho no capitalismo moderno”. (GAGNEBIN, (1994, p. 66).

Apresentando a experiência da arte e da vida como uma experiência que configura sentido, procura-se compreender o outro, por via das reflexões teóricas e históricas do patrimônio semântico do conceito de memória da tortura, trauma e esquecimento. O fio argumentativo desse movimento histórico ditatorial, espera contribuir e chamar a atenção para o processo de disputa e transformação que a sociedade constrói da memória. Dentro da condição e produção de cada um, e com determinações que se inserem dentro de suas especificidades, as narrativas tratadas estão articuladas com o historiador alemão Reinhart Koselleck. Estudioso do pós-guerra e fundador da história dos conceitos, Koselleck (2020) destaca ter o conceito social e político uma natureza singular e única. De acordo com o historiador, o mesmo conceito pode ter vários novos significados.

Tendo em vista, que o conceito de memória passa por reapropriações, releitura e ressignificações, sobretudo, quando se trata de ditadura, delimito diferentes narrativas, advindas de culturas diferentes, dentro de um contexto político semelhante, para destacar o deslocamento da memória do particular para o geral. De modo a explicitar a derivação teórica das noções empregadas sobre o conceito de memória na ditadura brasileira e suas variadas formas de rememorações, considerações serão realizadas a respeito, de trauma, luto, esquecimento, ressentimento. Utilizar-se-á, diálogo com a literatura disponível sobre o tema, feita por autores, cujas reflexões teóricas, contribuiriam para a construção das diferentes formas únicas e singulares de lembrar a ditadura, bem como, para a proposição e discussão das questões apontadas a partir dela.

Apesar da variedade que o conceito de memória pode abarcar, aqui, tratei da memória que se apropria de uma reminiscência para reacender fatos importantes da história do país que estavam caindo no esquecimento. Que este processo contribua para o banimento de tortura, censura, e diversas ações nocivas contra a liberdade e atrocidades do passado. Entendendo, que a partir do conceito de

¹⁰ Fragmento adaptado do texto “Não contar mais?” autoria de Jeanne Marie Gagnebin que se encontra na obra História e Narrativa em Walter Benjamin. p. 66.

memória é possível repensar e evitar conflitos, problematizar as diversas narrativas, é também, a busca de um olhar ativo para a compreensão de esclarecimentos do passado, por meio do presente.

O diálogo interdisciplinar presente nas associações dessas manifestações, acrescentam um ganho cultural, na construção de uma sociedade democrática, pois essas interações carregam um peso simbólico que perpassam camadas temporais.

Existe uma narrativa de comunicação arte no conteúdo do trabalho feito pelos dois envolvidos. Comunicação feita por obras, documentos da Comissão Nacional da Verdade de Goiás, testemunhos de familiares, exposições de arte, escultura. Não existe registro de que Isaura Botelho e José Porfírio de Sousa, tenham sido torturados. O que é possível estabelecer das experiências de vida dos envolvidos, além da ditadura, é que ambos definiram o real ditatorial, em discursos visuais, através de ações estruturadas por meio da linguagem. De acordo com John Langshaw Austin, filósofo britânico, a linguagem, possibilita o agir e o ato performar culturalmente. O filósofo assevera, ser por meio do ato performativo, que os elementos da experiência humana, são esclarecidos pois, “quando analisamos a linguagem nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade”. (AUSTIN, 1990, p. 10).

A forma que Austin, associa a linguagem com as experiências na sociedade, é a mesma que conceituamos a memória com as experiências. Ambas, dão intenção e estabelecem ligações ao ato, ação e representação. Embora, eles não tenham sido diretamente torturados, se valem dessas experiências para agirem, por meio do comportamento do interlocutor. Isso se dá porque cada um, à sua maneira e em seu meio de atuação, deixam uma mensagem no registro histórico, trazendo propostas distintas de afetos que tocam o outro.

Avalio essas representações como uma performance que causa impacto na cultura, pois compreendo, o conceito de performance como uma forma de posicionamento de ações atribuídas ao comportamento dos sujeitos no mundo, tendo em vista as questões políticas e sociais em que esses sujeitos se inserem. Tendo como referência, a perspectiva apresentada pelo antropólogo estadunidense Richard Bauman, que diz ser a “performance uma realização criativa”, as lutas de engajamento político por direitos, a arte que reivindica, o enfrentamento do esquecimento através das memórias, são performances, traduzidas pela criatividade, organizadas pelos sujeitos em seu espaço social.

Como um meio de dar forma, e ao mesmo tempo, interferir na cena social traumática, o performar, articula-se racionalmente na enunciação de um tema, pois, entre outros:

é um ato de tomada de posição (stance-taking) (Jaffe, 2009). Isto é, a pessoa que faz a performance, ao invocar o enquadramento (frame) da performance, adota uma determinada postura reflexiva, ou alinhamento, para seu ato de expressar-se, assumindo responsabilidade por uma exposição de habilidade e eficácia comunicativas. (BAUMAN, 2014, p. 733.)

O resultado desse enquadramento, é a possibilidade de falar de fraturas de um período tenso, de fatos e emoções pertencentes a uma história traumática. Essa transmissão feita por pessoas que sentiram ou não, a tortura em sua pele, é considerada um marco no exercício de intensificar a experiência de performar comportamento, fala e afetos.

Na primeira parte da pesquisa em curso, foi desenvolvida a reflexão e problematização dos conceitos de memória, esquecimento e ressentimento, mediante a história do líder político José Porfírio de Souza. Tratei desses conceitos a partir da importância de Porfírio dentro do movimento social e da sua experiência de camponês a político e de sua atuação no processo de ruptura com a ordem imposta pelos proprietários rurais no estado de Goiás. Para tanto, será explorada sua luta no movimento de resistência de Formoso e Trombas em Goiás (1948 – 1964), bem como, as motivações e a forma que a cultura concebe, estabelece e se relaciona em diálogo com os movimentos sociais. Lançarei a junção dos conceitos de esquecimento e memória intitulado por mim como “esquemória”, reportando-me aos testemunhos presentes na Comissão Nacional da Verdade de Goiás, demonstrando que, por mais que se queira esquecer a história de vida de Porfírio, isso não será possível, pois, existe uma comissão criada especificamente para deixar escrito na história sua existência e posteriormente seu desaparecimento. Busquei refletir sobre os efeitos do esquecimento e da memória no sentido de serem esses conceitos indissociáveis.

Meu intuito é dimensionar esses dois conceitos, associando-os ao conceito de resistência e a forma simbólica que esses conceitos se vinculam e dialetizam com o lembrar e o esquecer. Ao dimensionar o aspecto político da memória, centrarei inicialmente na trajetória e no desaparecimento de José Porfírio de Souza. O esquecimento de um corpo, em contraponto ao não esquecimento de suas ideias e sua luta como militante e deputado estadual. Assim como para Gadamer, “o lembrar e o esquecer não possui limites e nem definições, outrossim, um diálogo e cruzamentos que podem auxiliar na renovação da memória” (GADAMER, 1983, pág. 38), nossa narração servirá de aporte para o exercício desses processos elaborativos.

Na segunda parte, abordei acerca da memória como colaboradora na elaboração do trauma e a maneira que a arte orienta para interferir nas percepções coletivas. Segui este caminho, apresentando bordados da militante cultural, Isaura Botelho. Objetos de arte bordados carregados de simbolismo, que trazem rememorações de feridas que não foram cicatrizadas, não somente de sua vida pessoal, mas de várias outras famílias que viveram a mesma brutalidade com entes queridos.

Posteriormente, estabeleço as convergências entre os dois olhares e as demarcações das representações e visibilidade das movimentações dos atores, assim como, a possibilidade de mudança social e edificação da memória coletiva nacional, na perspectiva da construção de um futuro elaborado a partir da multiplicidade de saberes. Fazer o cruzamento dessas questões políticas do

período da ditadura brasileira, viabiliza o entendimento da “memória oficial” que o aparato repressivo tentava consolidar.

Tomam-se aqui, reflexões do historiador francês Pierre Vidal Naquet (1988). Após a investigação de um compilado de escritos sobre atos de extermínios no Terceiro Reich, o autor indaga a relação entre trauma e tortura questionando a consciência da verdade e sua aplicabilidade. Naquet, ressalta, entre outros, como a existência da tortura e do extermínio, podem ser forjados por desdobramentos teóricos. Desdobramentos frágeis discutidos igualmente pelo filósofo francês Paul Ricoeur. Em sua proposta, Naquet, pensa a dinâmica do tempo histórico, pelo viés fenomenológico e epistemológico da memória, passando pela discussão sobre memória, verdade na história, temporalidade, testemunho. O autor empreende uma reflexão sobre os paradoxos existentes na memória, refletindo sobre os “abusos”, “excessos”, “obrigada”, etc.

Para evitar o que Naquet (1988) chamou de “Assassinos da memória”, não podemos abdicar da memória. Por isso, transporto as duas histórias e as materializo em memórias. Apesar da utilização dos trabalhos de dois brasileiros, saliento, que não será trabalhada nesta pesquisa, de forma nacionalizada, a memória e suas ligações com o ressentimento, esquecimento e trauma, pois a memória, independente das origens geográficas, é, sobretudo, um conceito de grande valor que podemos utilizar como uma força aliada à luta dos direitos dos seres humanos. Independente de origem, aqui a memória será trabalhada, de forma, que possamos perceber que as ações no tempo influenciam os modos de vida.

Nesse sentido, nosso texto trata-se de uma escrita que reivindica a liberdade das ações do pensar e existir nas políticas e culturas. Aqui, a memória tem livre arbítrio e está no limiar de autoritarismos, repressões e torturas, pois seus desdobramentos representam um avanço no emaranhado da cultura.

Tentamos registrar nas páginas a seguir, experiências de humanidades, gestos de sobrevivência contra o autoritarismo das ditaduras. União de resistência da vida, que contam para o mundo, o que o homem fez a si mesmo. Nem todos os corpos sobreviveram às ditaduras. Mas a memória, esta sim sobrevive, através de testemunhos, relatos, escritos e da arte, para travar a batalha contra o autoritarismo.

CAPÍTULO I - REPRESENTAÇÃO, HISTORICIDADE, DRAMA E PERFORMANCE

*Tantas e tantas batalhas travadas
muitas vezes de arma na mão
até vida de trabalhadores foi ceifada mesmo sem razão
b nosso José Porfírio de Souza patriota e de bom coração
deu sua vida empunhando a bandeira e brasão
nesta terra são todos irmãos.
Letra e Música de Catarino José da Silva¹¹*

*O senhor vá ver, em Goiás, como no mundo cabe mundo
(Riobaldo, no Grande Sertão).*

Neste primeiro capítulo abordaremos os seguintes temas: práticas, valores, tradições, representações, cultura e a soma das experiências representadas pela união e mobilização dos envolvidos no período intenso do conflito armado no Estado de Goiás.

Será destacado, a performance da memória coletiva a representação social e o surgimento desse grupo, que reivindicou efetivamente suas posições na sociedade. Associações formadas por indivíduos com necessidades e interesses em comum. Unidos pelo drama, os sujeitos sociais estabeleceram relações sociais e se inseriram contra o contexto em que as relações de poder sobressaíam.

A contextualização se dará pela perspectiva da memória que integraliza as temporalidades como processo gerador de mudanças com ênfase na ruptura do esquecimento. A narrativa reúne em sua configuração, eixos disseminadores da ação, experiência histórica e da construção de significados na sociedade. Entrelugares em que os indivíduos se posicionam, falam, constroem identidades e reconhecimentos de si e do mundo em que vivem.

¹¹Hino do Município de Trombas.

Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Hino_do_munic%C3%ADpio_de_Trombas

1.1 - A CULTURA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA E O DESLOCAMENTO DA MEMÓRIA, ESQUECIMENTO EM FORMOSO E TROMBAS DE GOIÁS

Figura 1. Mapa de Goiás, municípios de Trombas e Formoso



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/brasil/estados/goias.html>

Ao iniciar este primeiro capítulo, faz-se necessário refletir sobre o movimento mobilizado por posseiros emigrantes de diferentes partes do Brasil, ocorrido nestes dois municípios goianos, e a história do desaparecido Deputado José Porfírio de Sousa e silenciamento sobre o fato. Controle, repressão e resistência, são fatores centrais na história do corpo perdido no passado, cuja vida foi-se extinta de forma misteriosa. Contudo, apesar do desaparecimento do corpo, a memória de suas ações permanece incomodando. Isto porque, reviver sua história permite repensar os efeitos político-econômico-sociais-afetivos daquele regime autoritário que praticava ações pautadas na coerção e violência.

A epígrafe acima, é um fragmento extraído do hino da cidade de Trombas-Go. Esse trecho nos auxiliará na observação do quanto a memória e história de José Porfírio de Sousa, está fortemente ancorada no passado e no presente da cidade. Representa – simbólico-historicamente – a memória da tortura e de toda truculência percebida em sistemas autoritários. O hino faz parte de uma reprodução memorialística que recupera as vozes dos participantes da luta de resistência contra o autoritarismo. Enfatiza a importância da representação mutável que os corpos podem alcançar, sobretudo, por não serem estático. De acordo com o que diz o pesquisador em educação Edvaldo Souza Couto, essa

mutabilidade corporal é característica inerente ao corpo: “mais que um objeto da natureza ele [corpo] sempre foi um objeto da cultura em todas as épocas e civilizações promoveram mutações corporais de acordo com os seus limites tecnocientíficos” (COUTO, 2012, p. 174). Levando em consideração esta conjuntura sócio-histórica que requer mudanças e movimentações, sobretudo do corpo, a que se refere Couto, percebemos que a memória preserva sentidos sociais e políticos, que propõem o compartilhamento do singular no debate público.

A nostalgia em torno do significado da luta armada, está evidente na letra do hino. Evidentes, também, são as contraposições de vida e morte. Momentos paroxísticos entre esperança e irmandade, lembranças dolorosas resultantes da luta armada que as cidades viveram. Nesse sentido, destacamos a representação e reconhecimento da memória para a cidade e a apreensão do passado, como elemento que ainda orienta o desejo nostálgico do presente. Ao trazer o caso goiano à tona, propomos indagar sobre a destruição da experiência do corpo, coibição e controle de memória, de modo, a elevar o impasse melindroso da existência ou não da tortura no país.

A investigação tem por finalidade, o entendimento das manifestações e representações dos sujeitos nos seus entrelugares, as estratégias discursivas e mecanismos empregados, que operaram naquele período histórico. Compreender como esses sujeitos são capazes de produzir ações, e como essas ações são pensadas e articuladas nas relações vividas por pessoas que migram de uma cultura para outra em busca de reconhecimento e subsistência. As trajetórias desses sujeitos valoram as ações, ancorando-se na perspectiva da reconquista de um modo de vida e de trabalho, nos modos de ser e de viver, ao mesmo tempo em que vivenciam no país, a motivação para fugir da ideia de atraso.

Neste ínterim, a representação do camponês nos movimentos de luta e a preservação de sua memória, será reconstituída, levando em consideração o fortalecimento da sensação de pertencimento dos sujeitos a seus municípios, estados e países. A performance e adaptação são elementos que fazem parte do vir a ser da cultura do campo. Memória e Cultura, serão abordadas como um meio de significação social e temporal entre os grupos e instituições. As incursões inquietantes da militância rural, ação política, foram entrelaçadas com a estratégia de luta e especificidade da história do camponês, na medida em que ele transmutou e performou suas experiências de vida e sua cultura.

As relações de performances, experiências e encontros de cultura, entrançadas dentro dos movimentos reivindicatórios na contemporaneidade, nos levam a uma ideia de que os símbolos culturais, são práticas alicerçadas nas memórias, e são fatores primordiais nas transformações culturais e experiências de boa parte das gerações de pessoas que viveram dentro do campesinato. Essas pessoas viveram, criaram valores, práticas e tradições. Adquiriram e influenciaram padrões e trajetórias moldadoras para seus filhos e netos. Esses mesmos, passaram a acalentar os sonhos de alcance de justiça social, igualdade de direitos, democracia e sobretudo liberdade, isso ocorre quando

A perspectiva que o sentido de cultura passa a ter dentro do movimento social é a mesma defendida pelo historiador britânico Peter Burke quando afirma que o desenvolvimento da cultura ocorre, “gradualmente a partir do modo como indivíduos e grupos têm refletido sobre as mudanças culturais através dos séculos”. (BURKE, 2019, p. 43). Em conformidade com Burke, o sociólogo José de Souza Martins (1991), nos fala do campesinato sobre uma nova ótica. Abrange a dimensão, tirando o camponês do papel de sujeito incapaz de fazer história. Martins (1991) faz críticas ao estereótipo do camponês considerado incapaz de exercer ou pensar politicamente, ressaltando que o camponês¹² faz parte de uma exclusão ideológica.

Em parte, este pensamento excludente, fortalece-se, na medida em que há o desconhecimento de que movimentos como o de Trombas e Formoso, foram confrontos, protagonizados, sobretudo por camponeses. Martins (1991), destaca a questão da propriedade de terra e seus conflitos, como um processo capaz de transitar “continuamente como projeto e tarefa política a restauração da autonomia do camponês, a sua independência” (MARTINS, 1991, p. 19). Deste modo, o camponês constrói um saber tradicional e transmissível que objetiva a sustentação da consciência coletiva rumo à ânsia de libertação capitalista. Vislumbra, o estar sempre de prontidão idealizando a construção de um país, a partir de um projeto revolucionário pautado na empiria do conhecimento local.

Com base neste contexto histórico, o campesinato será aqui analisado, como um conjunto de práticas que se utiliza das ações individuais e coletivas humanas, de caráter político ou sociocultural dentro do seu contexto social histórico como alternativa de sobrevivência. Nessa perspectiva, mostraremos o camponês e suas ações configuradoras de melhorias como um sistema de integração e não de negação. Portanto, um sistema possibilitador da captação de múltiplas dimensões do cotidiano de uma comunidade por meio de suas representações. Essas reflexões acerca da apropriação de terra, são condições sócio-históricas reforçadas por José de Souza Martins, como um lugar ideal, onde não exista expropriados e nem explorados, “onde o poeta possa ser poeta e o amor possa ser amor” (MARTINS, 1991, p. 21), ou seja, questionamos a problemática sociológica reduzida às ambiguidades construídas socialmente. Embora a meta e sonho do camponês sejam, sobreviver e garantir autonomia, a primazia da sua percepção é posteriormente modificada quando se percebe dentro de uma produção capitalista que visa a exploração de trabalhadores.

¹² Como nos indica José de Souza Martins, as palavras “camponês” e “campesinato” são importações políticas recentes no vocabulário brasileiro. Introduzidas em definitivo pela esquerda em meados do século XX, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país. Posteriormente, estudos antropológicos e sociológicos recuperaram a discussão de autores que se constituíam em base teórica para a análise do modo de produção camponês, ou das formas camponesas de organização, em oposição à leitura marxista/leninista corrente que tratava campesinato como uma classe em extinção. Essa discussão, contudo, não nos interessa neste trabalho; utilizaremos aqui o termo de forma genérica, como categoria que identifica formalmente o conjunto dos que vivem do trabalho no campo. In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010; MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

A ligação dos sujeitos passa de luta pela sobrevivência na terra, para, luta contra a renda da terra. A historiadora Maria Esperança Fernandes Carneiro, na obra “A revolta camponesa de Formoso e Trombas”, mostra-nos como o conjunto de trajetórias que influenciaram o movimento revoltoso em Goiás, podem interferir diretamente na sociedade. A busca por sobrevivência, controle de terras e jogo político se misturaram no mesmo contexto e causaram forte impacto no processo histórico do Estado. Carneiro (2014), explica que esse processo adquiriu novas nuances quando os camponeses estreitaram seus laços com “diversas organizações políticas, igrejas, entidades de classe e partido político” (CARNEIRO, 2014, p. 69). A partir desse novo olhar o camponês se insere em um ambiente de alargamento reivindicatório.

Nesse contexto, o camponês começa a conscientizar-se da realidade díspar em que vivia. Ante a esses fatores externos, o trabalhador rural camponês se percebeu em um ambiente reduzido, viu-se obrigado a colocar em prática um método diferente do original. Sua realidade fora colocada em convergência com novos entrecruzamentos. A partir daí, a reação entre a sua forma de vida e as variáveis externas concentrou-se na adoção de um novo comportamento para dar resposta às violações sofridas. A criação de uma nova estrutura que concorria com a organização consolidada foi então incorporada, e o conflito tornou-se aberto. Civis, militares, camponeses e proprietários de terras, protagonizaram um período turbulento de luta armada. Para os camponeses, a luta armada, significava a defesa e ao mesmo tempo uma reestruturação necessária. Não que valer-se de armas fosse a prioridade para os trabalhadores rurais, mas sim, apropriar-se das possibilidades inerentes ao que a situação pedia.

A finalidade do deslocamento dessas famílias de múltiplos Estados brasileiros para a área de conflito, era mais uma tentativa de fortalecimento da sua existência. O que o camponês *a priori* sonhara, segundo o Cientista Social Paulo Ribeiro da Cunha (2007) distanciava desse tortuoso desfecho violento, pois:

[...]o objetivo máximo do camponês é a subsistência e sua posição social, ressaltando sua resistência em participar do jogo “ameaçador” de mercado, por ser uma garantia de manutenção da família e reprodução social e também da propriedade da terra. É nesse sentido que o camponês se apegava ao esquema tradicional que lhes garante o acesso à terra e ao trabalho de parentes e vizinhos, e que, em outras palavras, pode-se dizer que ele produz para um mercado de fatores e produtos restritos. (CUNHA, 2007, p. 32).

Segundo o explicitado por Cunha (2007), um dos aspectos constitutivos da mudança de comportamento dos trabalhadores rurais, foi um aprofundamento no conhecimento dos seus direitos. Devido a essa conscientização, o descontentamento com a exploração da sua força de trabalho, tornou-se prática insustentável. Não houve consenso na relação complexa dos posseiros e os donos de terra. Essa discordância degenerou-se em atos violentos anômicos. Sustentados pela prerrogativa de se defenderem, os trabalhadores rurais, uniram forças a partido político, associação e comunidade.

Contra as sucessivas ações coercitivas dos proprietários de terras, fortaleceram suas ideias com estratégias e munição, e foram para o conflito armado.

Diante desses novos eixos de dificuldade de suas condições de trabalho, bem como a dependência do mercado criados em sua volta, o camponês se percebe em uma dialética entre sobreviver com a essência do “ser” trabalhador camponês, ou a luta pela existência do “ser” trabalhador camponês, proprietário da sua terra. A forma de reação encontrada deste momento em diante, é uma nova consciência de sua existência como sujeito entrelaçado ao mundo. Consciente de onde veio, mas, ainda sem noção nenhuma para onde irá - corpo sujeitado a novas expectativas, novas culturas e novas projeções. O que sabemos é que mudanças sociais, econômicas e políticas ocorreram, e por continuidade ao processo histórico, por força da memória ou do esquecimento. O movimento de luta é o produto de uma memória e de pensamentos nacionais, étnicos, linguísticos e culturais complexos.

1.2 - A CULTURA E A MEMÓRIA NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA

Na história das economias mundiais, momentos de dificuldades econômicas e de embates culturais, impulsionaram inúmeros movimentos sociais que foram construídos de diferentes maneiras e ideologias, cada qual com suas particularidades e especificidades. Esses movimentos puderam contar com nomes expressivos que contribuíram com as lutas pela inclusão dos direitos sociais, socialização de conhecimentos, fé como catalizador de esperança e paz, ideários relacionados à igualdade, gênero, raça e classe social. Mohandas Karamchand Gandhi com sua fé no hinduísmo, procurou um diálogo com outras tradições religiosas, utilizou a ação política para pregar a paz. Emmeline Pankhurst é considerada um ícone na defesa dos direitos das mulheres. Sufragista, liderou os protestos, nada pacíficos, da conquista do voto feminino. E como não citar, Ernesto Rafael Guevara de la Serna, o revolucionário marxista Che Guevara, médico, autor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino. As ações revolucionárias de Guevara (1982) e seus guerrilheiros funcionaram como uma espécie de catalisador político, pois, o êxito da guerrilha dependia da incorporação à luta guerrilheira do fator social dos trabalhadores rurais.

É essencial demarcar essas muitas ações sociais surgidas nas mais variadas regiões do mundo. Mas afinal, o que as ações dos movimentos revolucionários têm em comum? Uma resposta para esse questionamento, é a necessidade de se colocar as aflições nas mãos de um herói ou mito. O refúgio, também pode ser fator que explica o seguimento a líderes que comandam movimentos, visto que, através de seu herói, o homem encontra a possibilidade de salvação, sentindo-se capaz de enfrentar obstáculos impostos pela transitoriedade de sua existência ou crença na existência de um mundo utópico. Por um motivo, ou outro, os movimentos sociais encarregam-se de abrir novas expectativas

e muitos deles conseguiram se não o sucesso total esperado, pelo menos uma mínima mudança na sociedade que os tenha vivenciado.

Os afetos transferidos para o herói, constituem-se na materialidade do que se deseja, transformando-se em arquivo, ou sensações que excedem o corpo vivo, enquanto que a memória pode ser representada pelo repertório, se encarregando da preservação das performances que estão presentes, nos sonhos, nos gestos e nas lembranças dolorosas etc. Essa composição dos afetos de corpo vivo e representação da memória performática estão intimamente relacionadas ao rememorar. A Professora de Estudos da Performance Diana Taylor trabalha a ligação desses sentimentos “como atos de transferência vitais, transmitindo o conhecimento, a memória e um sentido de identidade social por meio do que Richard Schechner denomina ‘comportamento reiterado’” (TAYLOR, 2013, p. 27). O movimento revoltoso de Trombas e Formoso expôs a prática institucionalizada que se valia do arquivo fraudulento¹³, em detrimento do repertório, praticado aqui pelos trabalhadores rurais com seu trabalho árduo na terra.¹⁴ O trabalhador do campo traz para seu corpo físico o repertório dos sonhos, gestos e oralidades.

Esse movimento social gerou dois diferentes escopos metodológicos: primeiramente, a luta pela posse da terra, como uma alternativa pela sobrevivência e posteriormente, o movimento adquire caráter de reivindicação econômica. Desta forma, o motivo primeiro de conquista de autonomia, deu lugar a posições e dinâmicas mais avançadas, configurando-se assim no alargamento e expansão da compreensão da consciência dos papéis exercidos. Os deslocamentos de comportamentos, geraram a ação performática da resistência. O real, da realidade física, confronta-se com a utopia do direito a terra. Com a nova articulação em andamento, consequentemente o movimento muda de perspectiva e aprimora o repertório, as táticas, reposiciona dinâmicas, gerando sentimentos de pertencimentos nesses sujeitos, considerados excluídos. Daí em diante, as ações passaram a ser coletivas, a confluência do pessoal com o geral caminhou em busca de alteridade e divisão de renda justa.

Muito pode ser dito sobre os movimentos reivindicadores, pois eles suscitam novas perspectivas de vida, pensamento, experiência e consciência nos sujeitos. Além disso, podemos pensar na disseminação do performático dentro do movimento, como uma via que privilegia fluxos criativos suscitadores de: embate pela conquista da legitimidade das camadas subalternizadas; oposição aos atos dos proprietários de terra; formação de *consciência de classe*. Nas elaborações de Thompson (1981) encontramos referências à cultura e a consciência de classe, como conceitos que se expressam e se relacionam concomitantemente:

¹³ Me refiro aos documentos falsos que os grileiros apresentavam aos camponeses para validar a expulsão das terras.

¹⁴ De acordo com Diana Taylor o repertório não se vale da escrita. Realidade da maioria dos trabalhadores rurais. Encenam uma prática não arquivada, como gestos, oralidades, danças, movimentos, cantos e performances.

E verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentescos, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. [...] que toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores; [...] (THOMPSON, 1981, p. 189-190).

Defendendo valores contrários à lógica opressora, caminhou Porfírio representando um projeto coletivo de ação que divergia¹⁵ com os objetivos das oligarquias de Goiás, e por conseguinte, fortaleceu a resistência e a rede de sociabilidade no campo. Essa união em torno do mesmo objetivo, concebe de acordo com Jacques Sémelin (1994), a manutenção da identidade cultural ante a um processo tenso, marcado por fraturas violentas de ruptura. Nesse caso, a resistência pressupunha, reunir as concordâncias à dada situação objetivando a conquista do objetivo almejado. Portanto, a resistência do movimento revoltoso, foi uma ação plural e conjunta que ganhou consistência de outros para um, e de um para outros. Tanto Arendt (1989), como Sémelin (1994), entendem a ideologia como fator determinante dentro do sistema autoritário, ambos são impostos aos outros por meio do terror.

Para que a resistência seja considerada eficaz, Sémelin chama atenção para a necessidade de criação e solidificação de um contato político com influência para coordenar a organização e influenciar a opinião pública, positivamente em favor do grupo. A busca pela adesão social consistiria na força motriz dos movimentos de resistência (SÉMELIN, 1994, p. 53). O processo de luta é sempre fluido e complicado. A incerteza do resultado infelizmente é uma preocupação constante e, para se atenuar esse imaginário de aflição, é importante manter um discurso coerente e verossímil, de forma a tranquilizar as angústias dos que aderiram ao movimento.

O historiador inglês Thompson (1998) percebeu potencialidade em um movimento organizado, pois, “longe de ser cega a multidão era em geral disciplinada, tinha objetivo claro sabia negociar com as autoridades e, acima de tudo, empregava suas forças com rapidez (THOMPSON, 1998, p. 67). Essa organização no movimento de Trombas e Formoso se deu pelo trabalho do Deputado Porfírio. Em primeiro lugar como desejo de posseiro, atuante no manuseio da terra e, segundo por sua atuação política, por exemplo, quando por exemplo questionava projetos de reforma agrária feitos para beneficiar a classe dominante. Evocou sobremaneira a resistência, por meio de seus discursos. Fica destacado, nesse processo, a atuação do posseiro, migrante, militante e deputado diante de situações políticas repressivas.

Embora o movimento nas cidades de Formoso e Trombas (Go) não tivesse no início o amadurecimento do conceito de *consciência de classe*, Carneiro (2014), relata que os camponeses

¹⁵ Essa divergência de Porfírio dava-se pela sua oposição a leis institucionadas pelos donos de terras. Constantemente recorria as leis para agir de acordo com a lei.

conseguem um salto qualitativo quando, em meio a este processo de luta, conseguem a compreensão “do que é capitalismo” (CARNEIRO, 2014, p. 69). O corpo físico do camponês se torna o lugar do experimental, ao mesmo tempo em que o campo é o laboratório das experiências vividas da cultura individual para a cultura coletiva. Essa nova consciência, se determina tanto pelo sofrimento herdado e lembrando da vida difícil que os motivara a migrar, quanto pelas imposições vividas dos problemas equacionados do presente. Os infortúnios que os camponeses viviam associados às transformações políticas, hierarquia de grandes proprietários, afetaram os corpos e os atos, levando-os as ações das reivindicações, ao esforço de fortalecimento e vínculo identitário com comportamento de *resistência*, guerra e reação contra as ações opressoras.

Ao longo das últimas décadas houve um crescimento significativo nos projetos revolucionários, como a exposição da prática da grilagem¹⁶; As CEBs Comunidades Eclesiais de Base, surgidas nos anos sessenta, eram locais onde os trabalhadores rurais se reuniam para se organizarem contra o sistema agrário dominante; surgimento do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra¹⁷. Consideramos que as performances existentes dentro dos movimentos, auxiliam nas várias formas de intervenções sociais. De forma simbólica, restauradora, construtiva, a memória e a cultura atuam com a dinâmica social, ligando os fios das estruturas dos poderes e dos espaços gerando novas representações.

O movimento revoltoso de Trombas e Formoso cresceu de forma extensiva. Isso porque foi assimilado de forma intensa despertando reações ao sistema desigual predominante de: cobrança de arrendo; restrição aos alimentos produzidos; ameaças de expulsão efetivada pelos grileiros etc. Esses fatores os uniram na corporação de costumes contra a exploração que estavam expostos comumente. Esse processo ganhou força com a troca de saberes proporcionados pela liderança, com a representatividade na política, e na formação do consenso de reação na comunidade. Expectativas em torno da emergência de ações sociais seja na política, religião e educação, foram colocadas na pauta do movimento de luta. Os movimentos sociais e suas ações contribuíram largamente na construção de caminhos que favoreceram os sujeitos a se tornarem agentes capazes de transformarem o *status quo*. Essa transformação está intrinsecamente ligada aos sujeitos sociais, quando despertados pela vontade do agir, bem como a contribuição do individual/coletivo e a representatividade que a cultura adquire por meio da diversidade existente dentro dos movimentos, como nos diz Tourane (2004):

Um movimento social é uma convocação a si e à liberdade criadora de um ator que luta contra sua desumanização, sua exploração e sua dependência. (...) É por isso que definir o

¹⁶ Grilagem é uma arte política, utilizada historicamente pelos latifundiários brasileiros. É um processo de falsificação de documentos oficiais, que “certificam” a propriedade da terra.

¹⁷ A origem do MST está vinculada ao intenso processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, em especial no Sul do país, na década de 1970, dificultando cada vez mais a reprodução das unidades familiares de produção, característica de vastas áreas do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst>. Acesso: 05/03/2022.

movimento social apenas com a denúncia de um ultraje ou de uma injustiça não faz sentido algum, já que tais expressões não dizem nada sobre o sentido da ação e que essa ação não pode ser chamada de movimento social se ela não puser em causa a gestão social das grandes orientações e dos grandes investimentos de uma sociedade. (TOURANE, 2004, pg. 159).

Em conformidade com Tourane, entende-se que os movimentos sociais são constituídos por sujeitos sociais, imersos em um conjunto de “costume comum”, que remete ao conceito trabalhado pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, na sociedade inglesa no século XVIII e em parte no século XIX. Na análise feita pelo autor o “costume”, foi substituído por “cultura” como “segunda natureza” (THOMPSON, 1998, p. 14) inerente ao homem. Esta “boa” característica denotava a formação da “consciência de classe”, obtida em nome do “costume”. Observou-se, ser possível a paridade da consciência e dos objetivos coletivos em comum. Sua teoria analisava sobretudo, a organização de classe da plebe do século XIX como “classe”. O camponês adquire essa consciência coletiva, quando se tratava de não se sujeitar ao domínio ideológico dominante. Assim como a plebe inglesa os camponeses no movimento revoltoso de Trombas e Formoso, agiram em defesa dos “costumes”, que representavam. Colocam em prática o princípio do “comum” como instituição efetivada no coletivo trabalhada pelos filósofos Pierre Dardot e Christian Laval. A proposta desta instituição é decidir, em última instância, se os interesses serão conversados ou não na esfera do comum. Na concepção dos filósofos o “comum” ativa a luta política pois, radicaliza a democracia ao incentivar a libertação da dominação seja, de Estado, ou de sistema econômico vigente.

Nesse escopo, os movimentos desempenham um papel basilar na construção das identidades sociais. Ademais, sendo o campo, sua cultura, economia e fazeres ordinários tratados sistematicamente por adjetivos de inferiorização como “atrasado”, “rústico”, “simples”, pelo processo modernizador do capitalismo, o movimento de luta camponês incorpora um novo estigma social de ocupar, lutar, resistir e contestar o autoritarismo predominante e seus efeitos perversos de acumulação de capital.

O objeto unificador presente nos movimentos sociais, nasce da elaboração de projetos partilhados que contribuem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, como forma de se fortalecerem mutuamente frente a um processo global que os compreende como “menos importantes”. Portanto, movimentos sociais e representações culturais estão interligadas. Surgem a partir da reflexão de realidades conflitantes e impulsionadas por interesses mútuos.

A atuação dos sujeitos sociais constitui-se de elos simbólicos. Nesse caso, a cultura é interpretada como teias de fatos entrelaçados pelas ações comumente experimentadas. O resultado desse entrelaçamento será a produção da maneira como esses sujeitos enxergam a realidade, ou seja, sua visão de mundo. Diferentemente, na concepção de Geertz (1989), é preciso fazer um exercício de interpretação das experiências *in locu*, para posteriormente utilizar as vivências e memórias. Assim serão formadas outras interpretações capazes de explicar o ato em si, ou seja, uma descrição feita com

densidade, do fato e das sensações captadas pelo sujeito cognoscente. que parte da origem dos acontecimentos e, portanto, podendo o ato ser explicado a partir do contexto do seu surgimento. Salientar a visão de Geertz acerca do conceito de cultura e sua elaboração na sociedade, é pertinente pois, “Compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir sua particularidade” (GEERTZ, 1989, p. 24).

O apresentar das culturas pode ser percebido nas performances dos envolvidos, assim como um palco é ajustado para permitir determinada peça teatral. As narrativas dessas culturas deslocadas para um lugar em comum, passam a recontar novos diálogos culturais, recriando uma nova versão de cultura formada de habitantes rurais de diversas localidades. A associação do conceito de cultura dentro do movimento social de resistência, transforma o “eu” que passa a pensar em favorecimento do pensamento coletivo. A interconexão dos indivíduos para o crescimento e distribuição de renda justa, aumenta o desejo e a disposição de avançar na luta contra os sistemas autoritários montados. A importância performática dos sujeitos compartilhada na vida social dos movimentos, se entrecruza e transita, flui e acontece em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. A prática exercida por esses indivíduos requer disposição para enfrentar as barreiras que suprimem, separam zonas e isolam regiões e, sobretudo, gerar o comprometimento. Sujeitos pensantes e sujeitos pensados se adaptando e se entrelaçando em busca do grande “eu sou”.

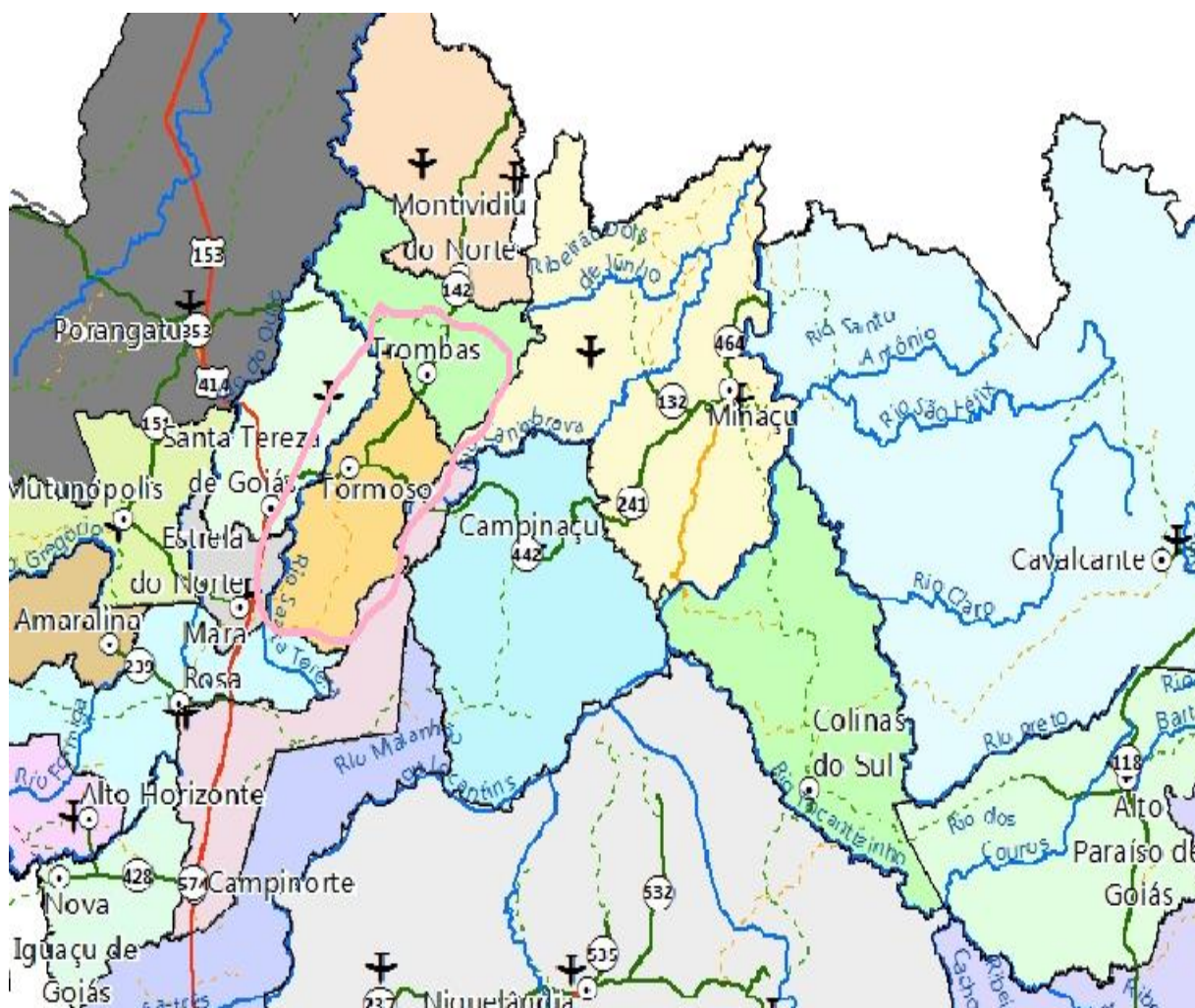
1.3 - DE CAMPO A CAMPO, AS REPRESENTAÇÕES E AS PERFORMANCES NO MOVIMENTO RURAL

O crescimento do Estado de Goiás com a chegada da estrada de ferro em 1913 foi marcado por um intenso fluxo migratório. Esse período nos indica que a região passava por um processo de crescimento econômico, sobretudo na agricultura. A partir de 1938 a acumulação de capital do Estado impulsiona e intensifica a migração, com o patrocínio do governo Vargas em seu período conhecido como Estado Novo (1937-1945) e com ela surgem as tensões e desordens traumáticas com as modificações da vida no campo.

No início dos anos de 1940, ocorreu uma série de conflitos em todo o Estado de Goiás pautados pelas disputas referentes ao direito e uso efetivo da terra. Foi neste espaço geográfico brasileiro, pouco habitado nesta vasta área do Médio-Norte goiano, que os posseiros protagonizaram essa disputa marcada pela obstinação com que os pobres do campo defendiam seu direito à terra. Essa narrativa protagonizada por pessoas envolvidas direta e indiretamente com o movimento camponês para defender seu pedaço de terra, tornou-se imprescindível, como observa a historiadora Maria Esperança Fernandes Carneiro, “o Estado mediador que se consolidou após 1930, necessitaria da participação real das massas populares, tanto no campo como na cidade” (CARNEIRO, 2014, p. 103).

A partir desta reorientação política, o Estado concentrou uma grande entrada de trabalhadores rurais vindos de toda parte do Brasil em busca de novas chances de vida. A região de Trombas e Formoso-Go, se destacou no mapa por estar próxima à construção da Rodovia Transbrasiliana, que prometia ser a ligação entre a futura nova capital do país, Brasília e a cidade de Belém (PA)¹⁸. Localizadas no norte goiano, as cidades tinham potencial em termos de condições socioeconômicas e espaciais com estratégia de planejamento para investimentos governamentais. A região possui área cortada por eixos de fundamental importância, como o Eixo da Belém-Brasília, a rodovia BR-153, que integra o Norte ao Sul do País.

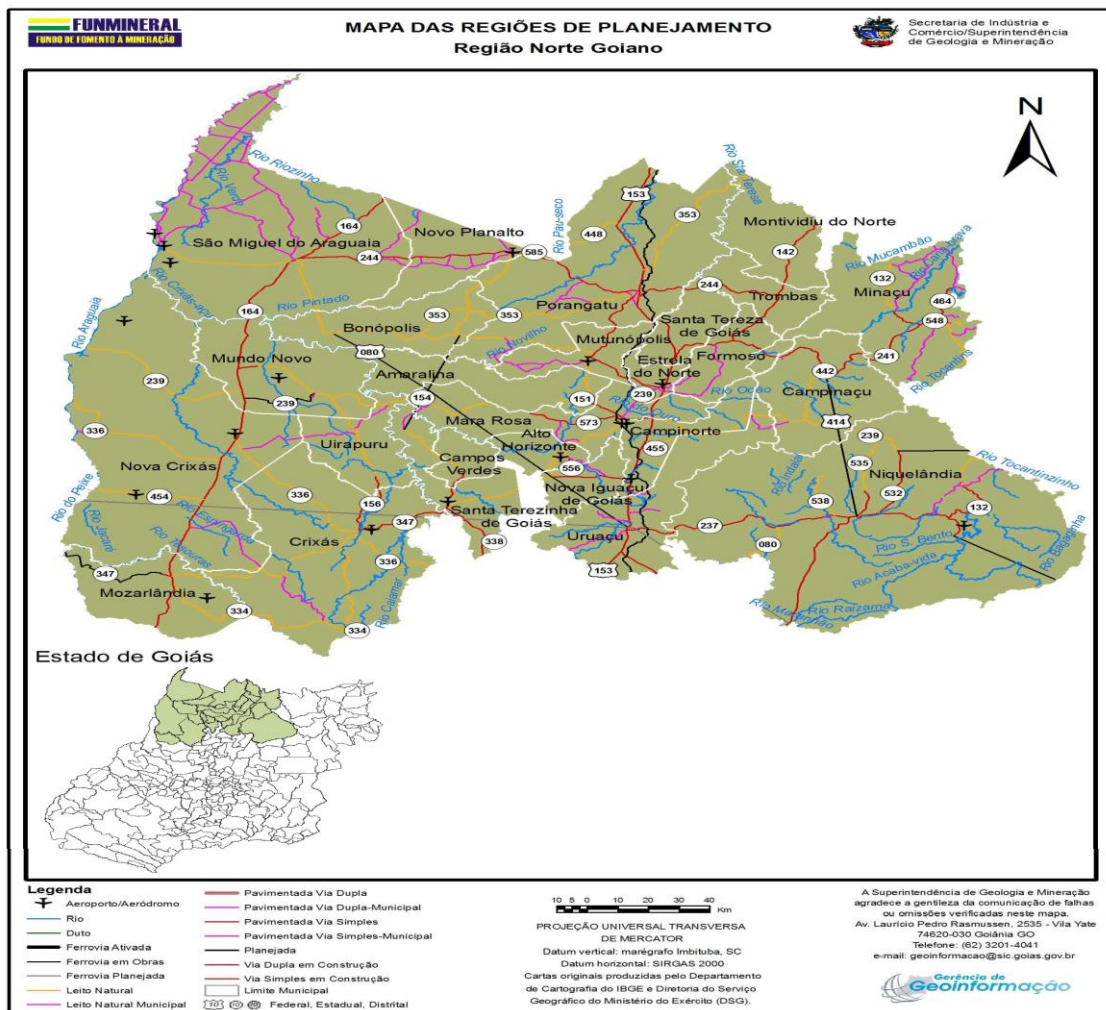
Figura 2 – Mapa das Mesoregiões de Goiás



Fonte – IMB (Instituto Mauro Borges)

¹⁸ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/21/trombas-e-formoso-uma-referencia-de-resistencia-camponesa/>

Figura 3 – Mapa Região Norte de Goiás



Fonte – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

Cidades de Trombas e Formoso

Nesse cenário, surge a problemática social da divisão de terras. E abordaremos essa questão enfatizando o movimento de revolta nas cidades de Trombas e Formoso, com destaque para a atuação do posseiro¹⁹ deputado José Porfírio de Sousa. Sua atuação será contada por meio do diálogo entre cultura e o ato performático que se entrelaçam do individual para o coletivo. A memória será reconstituída por meio da visitação de sua história de posseiro vindo do que é hoje Estado do Tocantins para Goiás, onde se tornou líder do movimento dos posseiros, em seguida se elegendo Deputado Estadual. Sua história é repleta de transformação corpórea, apesar das suas tradições culturais serem originadas do campo. Coexistia nele a vontade de ultrapassar seus próprios limites. Assim, usando suas experiências e tradições, performou em um espaço de conscientização e com isso agregou forças para o fortalecimento do movimento.

¹⁹ Posseiros – é aquele que, por si ou preposto seu, mantém morada habitual, aliada à cultura efetiva, numa gleba de terra. (Cultura efetiva caracteriza-se pela existência de: quintal fechado e plantado, pastagem cercada e provida de curral ou lavoura aproveitada). (ESTEVE, 2007, p. 122)

Para o detalhamento das ações desse corpo na sociedade, abordaremos seus medos, desejos, interculturalidade, identidades e fronteiras. A experiência cultural de José Porfírio e de outros tantos que habitaram esse chão goiano em plena expansão econômica, é indispensável à compreensão da repressão social e cultural, até mesmo do apagamento do seu corpo. Os elementos da sua trajetória são caros ao conceito de memória por nos permitir entender os processos que buscam esclarecer as faltas, os vazios e as rupturas, existentes nos modos constitutivos entre sujeito/cultura presentes nas relações entre lembrar/esquecer.

Podemos observar, a correlação entre performance e cultura existente em José Porfírio a partir do seu repertório oral, quando inicia seus discursos de aconselhamento aos posseiros. No gestual, o deputado demonstrava desenvoltura quando se dispunha a entreter os camponeses suas ideias e propostas, conforme relatos de Abreu (2002):

Quando estava despreocupado e encontrava um auditório disposto, era capaz de recitar durante horas seguidas versos de literatura de cordel que narravam as estrepolias de Pedro Malazarte, os amores proibidos de Bocage, ou as aventuras de Cancão de Fogo. Não importava se o auditório fosse constituído de uma única pessoa. Desde que lhe dessem atenção, declamava quatro, cinco, histórias inteiras, interrompendo-se ao fim dos versos mais jocosos para rir e fazer um breve comentário: “Moço levado esse Bocage”. (ABREU, 2002, p. 80).

As novas experiências culturais vividas por Porfírio, contribuíam para seu crescimento na comunidade, e ao mesmo tempo, lhe proporcionavam uma desenvoltura performática com ênfase no crescimento da sua oralidade. Percebe-se nessa característica unificadora da experiência do corporal e gestual percebidos em Porfírio, a perpetuação do contar e do narrar, observados por Walter Benjamin (1985), percepção que recria e fortalece a tradição.

A oralidade como força da expressão narrativa corporificada por Porfírio, não se trata de qualidade originada somente nele, mas sim da efetivação do discurso de consciência contra a exploração que todo grupo adquiriu. De acordo com Richard Bauman, “os atores sociais usam a linguagem como um recurso para a efetivação de suas vidas sociais.” (BAUMAN, 2010, p. 21). Portanto, a desenvoltura de Porfírio estabeleceu confiança entre os posseiros, por fortificar a perspectiva identitária e cultural de comunicação do movimento.

Nesta concepção performática, destacamos a dialética da linguagem que esculpiu o posseiro de “tímido e ressabiado” (ABREU, 2002, p. 79), para líder carismático e corajoso. Lembraremos por meio de sua história, que o coletivo através da liderança de alguns, superpõem-se como operador de formas, capaz de reativar resistências, estabelecendo, portanto, novas relações espaciais que operacionalizam outras redes de comunicação.

A comunicação corporificada por Porfírio na resistência do Estado de Goiás é pautada também na ação. Isto se assemelha ao ato performático citado por Richard Schechner “no teatro ritual pré-histórico, como no ritual contemporâneo, o fazer é uma manifestação mais do que uma comunicação”

(SCHECHNER, 1977, p.38). Diferente de Ervin Goffman que sustenta que há, a experiência que transmite e a experiência que emite. No caso do movimento de Trombas e Formoso, a teoria de “manifestação” de Schechner e de “comunicação” de Goffman, Porfírio e os posseiros, pensaram e fizeram.

Por essa via, a ressemantização da performance do personagem é demonstrada pela articulação adquirida na política e na liderança. Todavia, a relação do camponês com seu corpo foi mais um empecilho cultural a ser vencida. Por meio da pesquisa de Pierre Bourdieu (2006), observamos que a sociedade urbana construiu um corpo estereotipado do camponês como: inibido; incapaz de comunicar-se; desprovido de cultura; com vestimentas, modos de andar e falar “arcaicos” ou “atrasados”; pouco sociável; grosseiro etc. Essas formas de impressões sociais, remetia o rural ao atrasado e o urbano ao moderno. Além disso, levava os camponeses a se sentirem inferiorizados diante da classe dominante.

Tal estereótipo, nos leva a pensar que o posseiro fora do rural, era tido como, um fora de lugar, cheio de dúvida, estranhamento, descorporificação do eu. Todavia, Porfírio recebeu destaque e admiração entre seus pares, justamente por ser um símbolo de orgulho do modo de vida do camponês. Reforçou e legitimou que ser camponês não era motivo para sentir-se inferiorizado. Isso revela o *habitus* camponês, manifestando a distinção o grupo lutava para quebrar.

O camponês representado por Porfírio, foi sujeito capaz de transformar seu deslocamento de uma cultura para outra, superando condições físicas e psicológicas, submergindo do escuro, através da experiência, comunicação, gestos etc.

O desígnio elaborado pelo posseiro/deputado estabelece não somente uma via de expressão individual, mas fortalece campos importantes, como: diversidade territorial, cultural e linguística. Nos revela ainda um processo de luta eficaz contra repressão e perseguição, fortalecido pelas estratégias, resistências culturais e sociais, capazes de unificar os que o ocupam a parte de baixo da pirâmide.

No cenário da região do Brasil Central, na medida em que avançava o capitalismo e a subordinação da agricultura ao capital, avançava também uma nova compreensão dos valores do movimento de luta social de campesinato. As características marcantes do movimento considerado consistente e organizado, (apesar da morte e desaparecimento de muitos), ficou conhecido por ter sido bem-sucedido. Embora, cada movimento tenha sua estrutura e características regionais, de acordo com a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), o campesinato possui um aspecto axial. Para a autora:

O camponês é um trabalhador rural cujo, produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário: devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. (QUEIROZ, 1973, pág. 29).

Está implícita na visão de Queiroz a formulação clássica do campesinato brasileiro. Pois, caracteriza o camponês com produtor autônomo, livre para gerir suas finanças e formas de produção de bens. Entretanto, quando o camponês percebe que essa autonomia tornasse inviabilizada pela exploração agrícola, sai em busca de novas alternativas de sobrevivência. Geralmente migrava para outras fronteiras agrícolas pois, para os centros urbanos era inviável devido à incapacidade de os centros urbanos abrigarem todos que vinham do campo. Essa problemática social, motivou a saída de Porfírio do seu local de origem e vir para o Estado de Goiás.

O estudo com olhar atento sobre a história de José Porfírio, ajuda-nos a desnudar a luta dos posseiros para além de uma luta por domínio da terra. Antes, faz-nos refletir sobre os direitos dos usos da terra e o significado da propriedade através da ótica ecológica e sustentável do plantio e do livre acesso à terra. Além de nos propiciar pelo conceito de memória, a recolocação de resquícios e flagelos sofridos no passado ditatorial.

O protagonismo pretérito de José Porfírio de Souza, inicia-se com seu processo de ruptura com a região em que habitou por muito tempo e começa com a escolha de novos caminhos a serem palmilhados rumo ao futuro, na imensidão territorial do sertão do Estado de Goiás. Porfírio recorreu a sua experiência de vida quando percebeu a hora de se mover. Procurou raízes em lugares se não mais promissores, pelo menos livre de exploração. Partiu atrás de uma janela que lhe permitisse um novo olhar, nova paisagem, nova possibilidade. O camponês fez uso da memória de sua vivência para refletir sobre suas raízes articuladas à terra, para concluir que dali precisava se afastar, na esperança de melhores condições de vida.

Entendo que a memória e experiência foram norteadores na narrativa de reconstrução e reparação de Porfírio. Na perspectiva de Walter Benjamin (1992) a memória, também pode ser percebida na ruptura, quando “arranca a tradição do conformismo”, possibilitando por meio do passado e das tradições, aspirar prospecções de outras histórias possíveis. Presentificar a memória camponesa de Porfírio, assemelha-se à ação de trazer o passado para o presente, tendo por suporte à memória, a cultura e história não somente como uma escrita de um fim traumático, mas sobretudo, como ação reivindicadora de justiça. Neste sentido, se dá o entrelaçamento dos nós entre memória, mediada pela concepção de justiça.

Em seu processo histórico o estado de Goiás, passou de espaço distante do restante do país, para o panorama de ascensão da modernização, tal estratégia conclamava o país a participar da reconstrução de uma nova região. Esse novo tempo, inaugurado e caracterizado pela percepção de um *novo tempo*, fazia ruptura com a visão de Estado distante, ao mesmo tempo buscava um novo ciclo de progresso. Na efervescência do crescimento extensivo da economia, o Estado de Goiás promovia um projeto desenvolvimentista e por isso passava por uma fase de ampliação das relações de trabalho pautadas em dinâmicas do capitalismo. Muito embora notável, esse novo cenário

econômico que o Estado de Goiás passou a vivenciar, fomentou a formação de duas frentes sensíveis de interesses regionalistas e conflitantes. Os posseiros desejantes de nova construção interativa, perfila-se com a proposta divulgada de povoamento do Estado²⁰. Nesse contexto, os posseiros almejavam a expansão do projeto de distribuição de terras, a tão sonhada reforma agrária, um projeto em comum aguardado por diversos trabalhadores rurais. De um lado governo, grandes proprietários com interesse no crescimento financeiro, do outro trabalhadores rurais com expectativas de conquistar um pedaço de terra²¹.

As fontes utilizadas sobre a linha temporal de Porfírio ao Estado de Goiás não são precisas quanto a data da sua chegada ao Estado. Maria Esperança Carneiro (2014), referencia sua chegada em 1950. Por sua vez, Sebastião de Abreu (2002) nos diz que foi em 1944. O fato importante é sua chegada à cidade de Ceres (Go), que ocorreu em um período em que a valorização do capital humano começou a ter uma utilidade na capacidade de produção. As ações em favor do trabalhador rural começavam com estímulo ao labor, ao cultivo da terra com as próprias mãos. Os trabalhadores rurais assumiram seus papéis sociais na multiplicidade dos variados contatos culturais, permitindo assim, a construção do discurso do trabalhador de terra, que se deu, por meio de leituras pluralizadas e da resistência aos discursos dominantes. Os encontros, desencontros e as múltiplas transgressões sofridas por esses sujeitos, problematiza a inscrição cultural desses corpos, que agiram não somente como produtos em contextos políticos e sociais, mas sobretudo, como agenciadores de sua convicção, reelaboração e reconstrução de direitos e liberdade.

A busca pelo grande desenvolvimento econômico engendrado pela abertura da fronteira estadual, foi acompanhada de uma ideia romantizada de facilidade na aquisição de terras. Porém, podemos perceber a existência de duplas narrativas que estão interpenetradas na História do Brasil, que indica que adquirir a propriedade não é um processo simples, nem tampouco fácil. Portanto, essa ideia romantizada de facilidade, foi uma jogada para transformar o cerrado goiano, mais lucrativo e produtivo. O rural transformou-se em agrícola. O que na verdade acontecia era que, toda essa

²⁰ Trata-se da política implantada pelo Estado Novo a partir de 1938. O intuito era promover a ocupação dos vazios de terras. Teve origem na crise de 1929 com início do declínio da hegemonia do café no Centro-Sul. Outro fator influenciador dessa proposta política, foi o nacionalismo exacerbado que cogitava ameaças exteriores de invasão das terras em desuso. Visava combater o isolamento e as ameaças com a expansão econômica, obtendo assim equilíbrio nas regiões do país.

²¹ No Segundo Reinado, o Brasil tomou uma medida que seria determinante para a sua histórica concentração fundiária. Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras. Documentos da época hoje guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam como a composição do campo brasileiro foi planejada. Os próprios senadores e deputados eram, em grande parte, senhores de terras. Fonte: Agência Senado.

capacidade capitalista permanecia nas mãos da elite. Apesar da mudança nos avanços econômicos, a estrutura social se mantinha seletiva e excludente.

Ao analisar as transformações na estrutura econômica de Goiás, o historiador Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2004), destaca que ocorreu a industrialização da agricultura, e que as fazendas foram os pilares da acumulação capitalista. Levando em consideração o histórico brasileiro de país colonizado e mantenedor de práticas de escravização, a crença de privilégio para o coletivo, sobretudo para o rural, transforma-se quase em utopia.

Os desígnios da transformação de Goiás com a narrativa densa de transformação e progresso da estação ferroviária inicia-se em 1935 com a “Marcha para o Oeste”. Entre outros motivos, a marcha destacava o encurtamento das distâncias, abertura de caminhos para estender as fronteiras. A ideia de urbanização se aliava com essas justificativas, mas era também uma estratégia posta em prática pelo nacionalismo no combate à futuras invasões externas.

Para auxílio e acolhimento dos migrantes recém-chegados, foram criadas as colônias agrícolas. Essas instituições exerciam um papel vital muito importante nas demandas do sistema produtivo regional. Foram elementos fundamentais nas colônias: a aplicação da legislação trabalhista no campo; atendimento médico; disponibilização de remédios; construção de escolas etc.

“A Marcha para Oeste” tinha como intuito ocupar os imensos vazios demográficos existentes no centro do país. A proposta fazia parte da política desenvolvimentista implantada por Getúlio Vargas, a qual tomava como bandeira a unidade e a segurança nacional. Nesse sentido, o Estado patrocinou a incorporação de Goiás ao processo produtivo, como fornecedor de gêneros alimentícios e absorvedor de excedentes populacionais. Para tanto o governo de Goiás, tendo à frente o interventor Pedro Ludovico Teixeira, promoveu a implementação da infra-estrutura básica para a ocupação do estado. Uma das primeiras ações dentro da perspectiva de colonização foi a criação, em 1941, da primeira colônia agrícola do estado de Goiás, a Colônia Agrícola Nacional (CANG), no município de Ceres. Subsequente a ela, outras CANGs foram surgindo, na década de 50, nos municípios de Rubiataba, Rialma e Carmo do Rio Verde.²²

Além de materializar as definições dos decretos da Marcha para o Oeste, as colônias também objetivavam o controle dos territórios, além de serviços de educação e saúde para a manutenção da sociedade, promovia também, apoio ao cultivo na produção das terras para os trabalhadores nacionais. A articulação às demandas nacionais era de fundamental importância para as colônias. Tais medidas serviam de segurança e impedia que o território brasileiro fosse ocupado por refugiados²³.

Segundo Martins (2009), a frente pioneira assumiu o papel de acolhimento ao estrangeiro, criando mecanismos para fixar o homem na terra. A finalidade era o rompimento da atividade de deslocamento do migrante. O processo de identificação do indivíduo com o lugar era de vital importância, no sentido de interromper o fluxo migratório. Perpetuar-se definitivamente e fidelizar o

²² Disponível: <https://trombaseformoso.cidarq.ufg.br/p/11836-linha-do-tempo>. Acesso em 27 de fev. de 2022.

²³ ANDRADE, Nair Leal. História e Histórias da Cang. 1990. Pg. 19

funcionamento daquela economia, era o objetivo a ser alcançado. Dessa maneira, procurou-se a consolidação de um modelo de permanência na terra fazendo com que a rotatividade de cultura substituísse a rotação de terras. De acordo com Martins (2009), a frente pioneira:

Compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento de população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (MARTINS, 2009, p. 135).

As maneiras de viver, pensar as trocas, os modos de expressão seriam então definidos por normas coletivas, integradoras de várias culturas que se uniram e transformaram-se em uma só. Esse novo modelo democrático com valores pautados na igualdade, liberdade e laicidade, poderia ter sido considerado um momento revolucionário da cultura, não fosse, a subversão radical produzida nos parâmetros particularistas e individualistas dos sistemas autoritários seguidores de dinâmicas próprias.

Em 1948, eclodiu no sertão de Goiás, o movimento revoltoso de *Trombas e Formoso*, e com ele alguns autores sociais com papéis fortalecedores da democracia e da cultura. Dentro desse horizonte cultural marcado pelo superinvestimento caracterizado pelo desenvolvimento da economia, está foi engendrada a performance da luta representativa de um líder migrante, posseiro, cujo corpo físico foi erradicado. Apesar disto, a representatividade do seu legado, deixou demandas comunitárias. Demandas pautadas em sua experiência no espaço-tempo, que nos orienta no presente, por meio da memória sobre sua existência, sobretudo para outras “causas” que necessitem resistir à sistemas de exclusão social.

A estrutura montada para a marcha da modernidade foi afetada por um mal-estar, e o reforço dos vínculos da nação foi comprometido por não conseguir consolidar as demandas prometidas. Foram muitos Josés, Joões, Manuéis, Marias e Sebastianas, que não corporificaram seus meios e que tiveram seus destinos semelhantes ao de Porfírio. Foram personagens conduzidos a fluidez do parafuso retorcido repetidamente, pelas promessas dos tempos modernos. Esses sujeitos foram lançados ao motor do funcionalismo da exploração, que sucumbiram diante da lógica pragmática dos interesses regionalistas.

Na esperança de transformação social, face a essa conjuntura estrutural, salientamos, que o movimento de *Trombas e Formoso* foi de grande relevância histórica e memorialística, pois, serviu de influência para as futuras gerações, que puderam assumir novas posturas perante a demanda pública pela memória da Luta. Desta forma, foi possível fazer uma exposição e exteriorização, ao

mesmo atribuir à memória do movimento camponês novos valores, sob uma perspectiva de posituação.

A integração de pensamento e ação presentes na postura de engajamento de luta estabelecidas pela liderança de Porfírio, deixou marcas fortalecedoras na política militante do campesinato na região do Brasil Central. A construção simbólica de sua liderança, é abarcada por sua personalidade pacífica. Segundo, Abreu:

Camponês do mais puro cepo, Zé Porfírio se identificava com as coisas da natureza, aceitava os fenômenos naturais com resignação franciscana e se extasiava contemplando um bando de maritacas ou um milharal balançando ao vento. As vezes íamos em grupo de dez ou quinze pessoas conversando animadamente pelos trilheiros rumo ao locais de uma reunião. (ABREU, 2002, p.81).

A paciência de que fala Abreu (2002), é característica significada pelas raízes do homem do campo, capaz de observar do mínimo, o máximo, de riqueza da natureza. A fleuma de Porfírio coaduna com o “homem cordial” no que tange, ao espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade e não da negatividade do ser passivo incapacitado de reagir diante dos extremos que as injustiças estão posicionadas. Podemos colocar o posseiro dentro das dualidades contidas na interpretação de Freyre (1995) e também, nas reflexões feitas por Holanda (1996)²⁴. Entretanto, é imprescindível demarcamos, na sua cordialidade, os preceitos estabelecidos no destacamento dos modos de agir do homem, como um ser pensante, capaz de reagir no corpo social, como sujeito contestador de submissões. Apesar dos impasses nacionalistas existentes nas raízes brasileiras serem embasadas na colonização predatória, habita um ser de desejo que se sobrepunha a tais estruturas.

Ressaltamos essas características, para enfatizar que a composição do homem novo, nascia em conjunto com o novo projeto de renovação. Da mesma forma que o projeto salientava e exaltava do trabalho rural, a valorização do esforço, qualidades cruciais, capazes de elevar o sentimento de pertencimento dos posseiros, os ideais desses sujeitos, dependia da equalização desses preceitos. Na busca de uma política democrática e construção de espaços para reconhecimento e desenvolvimento coletivo, Porfírio incorporou essa mentalidade, chamada por Ângela de Castro Gomes (1982) de “conjunto de ideia central capaz de caracterizar um determinado projeto político-ideológico” (GOMES, 1982, p. 110). Nessas condições forma-se o imaginário social projetado em liames da servidão e libertação no campo. Frente à estas considerações, a nova ordem muda de perspectiva. Os moldes de enfrentamento e resistência remetem ao nascimento do corpo do líder e posteriormente simbólico.

²⁴ A dualidade do homem cordial é observada em (Cândido, 1996, p. 13) em sua introdução clássica a Raízes do Brasil, Buarque trabalha com dualidades, com pares, como "trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo".

1.4 - DE POSSEIRO A DEPUTADO: O ESPELHO DO HERÓI NO CAMPO

O ato de heroísmo aqui trabalhado realça alguns traços e virtudes, observados nos sujeitos capazes de despertarem emoções coletivas em seu meio, sobretudo, os atos de heroísmos, sustentados por narrativas ocorridas em determinados períodos históricos que o glorifiquem, tal qual descrito pelo filósofo Tzvetan Todorov (2017) “sem narrativa que o glorifique, o herói não é mais um herói” (TODOROV, 2017, p. 72). Além dessa peculiaridade da narrativa, a concepção do herói aqui suscitado, denota a dualidade do corpo do rei, nas instâncias de corpo natural e simbólico de acordo com as teorias do historiador da arte germano-americano Ernst Hartwig Kantorowicz (1998). Corpo natural e corpo simbólico se misturam ao mítico, imortal, representado pelo poder adquirido de ser um escolhido dentre tantos para liderar e direcionar causas. Ambos os corpos coexistem no herói pelo compartilhamento de valores interligados pelos grupos. Esses sujeitos estão ligados com um mundo de crenças destroçadas pelas falácias de injustiças autoritárias e totalitárias. Desta forma, os dois corpos do “herói” aqui trabalhados, se assemelham ao rei pelo caráter corporativo. Portanto, trata-se de representação. Essa representação pode ser ambígua, como sugere Carlo Ginzburg, pois, se “por um lado, a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001, p. 85). A trajetória de Porfírio não foi diferente da representação descrita por Ginzburg. Sua presença foi evocada pelos iguais e sua ausência evocada pelos contrários ao movimento.

Diante de diversas semânticas que o herói adquire, Todorov nos atenta para a importância de as tomadas de decisões não conflitarem com “a defesa de uma seleção de fatos dentre outros, aquela que garanta aos seus protagonistas a manterem-se no papel de herói, de vítima ou de moralizador por oposição a qualquer outra seleção que ameace atribuir-lhes outros papéis menos gratificantes” (TODOROV, 2002, p. 206). Para não se tornar suscetível a este conflito, faz-se necessário o cuidado de não configurar o desejo individual, fundamentando-se nas questões coletivas, mantendo o foco contra as injustiças impostas, em favor da transformação reivindicada. É importante destacar que esses sujeitos unificadores das práxis, são considerados heróis. principalmente após a ausência do seu corpo, pois, tanto o nascimento, quanto o reforço do seu legado, ficam evidenciados após a morte pelo simbolismo da sua ação que atua através de sua representação.

Em conformidade com essas ações, ocorre a valorização do passado e da história do movimento empreendida no planalto central. A memória passa a ser evocada e mobilizada, por meio deste marco simbólico rural. Por meio, deste simbolismo rememorado, a reflexão memorialística em torno dos atos revoltosos em Formoso e Trombas, demarca a liderança do posseiro, ressaltando sua forma coletiva, na formação da identidade das cidades de Goiás. A narrativa do líder transformou-se

em memória quando seu nome passou a ser preservado na letra do hino da cidade, escola²⁵ e CNV (Comissão Estadual de Memória)²⁶. O reconhecimento da importância do posseiro para memória de luta está presente na imagem (escola) e no arquivo (Comissão Estadual da Memória). São memórias materiais que se ancoram no material social e simbólico, convertidos em patrimônio memorial de acordo com a leitura feita por Pierre Nora (1993). Nesta perspectiva, Nora, associa a memória do vivido, com o que está presente no grupo. Assim, “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” (NORA, 1993, p. 9).

Nas figuras 4 e 5 constatamos a memória de Porfírio sendo fixada da historiografia goiana. Instituição de ensino construída para a valorização do trabalho no campo, e o Governador Marconi Perillo em cerimônia assinando documento da criação da Comissão Estadual da Memória em 2015.

Figura 4 - CEFA



Fonte: Conexão Tocantins

Figura 5 – Governador Marconi Perillo



Fonte: OAB-Go

Nesse sentido, percebo que além da importância dos lugares de memória, os deslocamentos, feitos por Porfírio na sua transição, consolidam o enraizamento de sua história no imaginário e no

²⁵ CEFA- Colégio Família Agrícola José Porfírio de Souza atende as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino fundamental e anos finais e o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Inaugurada no dia 06/06/2016, tem como objetivo incentivar a educação no campo.

Disponível: <https://conexaoto.com.br/2016/06/06/seduc-entrega-colegio-familia-agricola-jose-porfirio-de-souza-em-comunidade-de-sao-salvador>. Acesso em 28/02/2022.

²⁶ A Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça tem como objetivos examinar e esclarecer, na esfera do Estado de Goiás, as graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura no País ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. “Esses dados vão nos ajudar a reescrever a nossa história e apresentar documentos que vão ajudar a lavar a honra de pessoas que foram assassinadas a pretexto de outras justificativas. Disponível: <https://www.goias.gov.br/servico/96642-comissao-da-verdade-vai-investigar-crimes-politicos-em-goias.html>

real do movimento revoltoso. De cunho, revolucionário ou romântico, o discurso²⁷ proferido na época, demonstrava o inconformismo e corroborava com legitimação de um projeto de equidade, pautado na igualdade do trabalhador camponês.

O ser e o tempo, estão explicitamente ligados a todo esse repertório de reflexão do passado brasileiro, ora constituído por entusiasmos nacionalistas, ora por mobilizações revoltosas contra os interesses regionalistas. Entre a nação e a região, existe o camponês. Embora a questão do trabalhador rural não esteja tão consolidada nas políticas públicas, os rituais elaborados nesse ciclo, oferecem um avanço para estes temas.

A perspectiva de herói aqui levantada, apoia-se nas escritas e registros *in loco* das fontes utilizadas. Percebe-se a legitimação de Porfírio como herói através de sua presença no hino da cidade até testemunhos fornecidos por participantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁸, sobreviventes do movimento de luta camponesa de Goiás. As matérias feitas pelo jornal “O popular”²⁹ destacam a trajetória do posseiro no movimento revoltoso. O documentário “Cadê Profiro?”³⁰ dirigido por Hélio Brito em 2015, aborda a reforma agrária por meio da história de Porfírio. A audiência pública da Comissão Nacional da Verdade em Goiás, contou com familiares de José Porfírio, jornalistas e políticos goiano. Nesse mesmo dia, foi inaugurada a sala José Porfírio que serviria de local para se fazer a apuração de casos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) estadual e também como um espaço para reunião de lideranças. Em 1995, seu nome foi incluído no acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos³¹

Tais fontes, levam em consideração: a preservação da memória coletiva popular, questões sociais da época; exclusão de classe etc.³² Apoio-me nesse material, para dizer que neste meio de luta por legitimação de direitos, houve mudanças e aprimoramento de comportamentos e ações, portanto, “Performances culturais” inovadoras da cultura. Há, nesse sentido, a ideia de que a luta intensificada na região centro-oeste, deu lugar à uma dimensão histórica ainda presente nas cidades. Isso, mostra

²⁷ Aqui refiro-me as informações fornecidas por Sebastião de Barros Abreu (2002). De acordo com o jornalista, Porfírio fez tentativas pelas vias legais em busca de documentos que provassem que o território foi doado pelo governo. Outras tentativas foram feitas com representantes políticos. Porém, não obteve resultados positivos. Em discursos proferidos em comícios enfatizou que se protegeriam da forma que fosse necessário.

²⁸ Cumpre destacar as fontes utilizadas sobre nascimento, filiação, atuação profissional, filiações políticas estão nos arquivos da Comissão Nacional da Verdade, sites de jornais e documentários. Ver em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/jose-porfirio-de-souza/>. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outrosdestaques/448-violencia-da-repressao-em-trombas-e-formoso-atingiu-filhos-de-camponeses>.

²⁹ <https://opopular.com.br/noticias/80-anos/jos%C3%A9-porf%C3%AAdrio-1.1490971>.

³⁰ <https://tvbrasil.ebc.com.br/doctv/episodio/cade-profiro>.

³¹ Depois de 22 anos do seu desaparecimento a luta do posseiro é lembrado no acervo. Disponível em: <https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/210>. Acesso: 01 de março de 2022.

³² Além desses dados, é possível contar com o recurso do cenário natural e imagens de arquivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a23K24gWCxQ>. Acesso em 15/11/2021.

que a história vivida por Porfírio, ganhou destaque positivo para a causa, pois, sua memória permanece viva na lembrança dos moradores das cidades.

Essa capacidade de lembrança presente nas cidades é explicada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), pois:

“[...] a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto. (Halbwachs (1990, p. 51).

Nessa perspectiva, a memória do movimento despertou sentimentos que resultou em iniciativas importantes de incentivo ao trabalho no campo incorporadas à educação; memória documental no arquivo político; medidas incentivadoras da política de memória e do combate ao esquecimento do período de tortura. Portanto, houve mudanças e transformações no meio que favoreceram o todo.

Todas as fontes citadas acerca da vida do posseiro, são essenciais para as pesquisas, pois, narram, representam e atuam na constituição da memória local em articulação com a história nacional. São elementos capazes de produzir identidades coletivas em sociedade, além do destaque da eficiência da produção do conhecimento. Mas, em relação à direitos relativos à justiça, destacamos como fonte importantíssima da sua legitimação no movimento, sobretudo, como homem político, seu reconhecimento pela Comissão Nacional da Verdade de Goiás. Na mesma proporção que o movimento perdia seu chão e corpos, o reconhecimento pela CNV/GO, tornava-se mais conectado com o sistema examinador as graves violações aos direitos humanos praticados no período da ditadura militar. Contar a história do que já passou é fundamental, entretanto, somente isso não resolve a questão. Faz-se importante, sobretudo, a conscientização desse passado no presente. Afinal, nem tudo é passível de superação. Em alguns casos a memória é uma cicatriz presente no corpo. Corpo ausente, é história inacabada, implicando no luto vivido eternamente.

Com base nas fontes descritas, reconstituímos a linha temporal de Porfírio para nos auxiliar, a situar sua atividade de rural e de representante eleito do povo, para depois nos atermos ao foco deste estudo, ou seja, sua permanência na memória sobre um período traumático da história brasileira.

Filho do Sr. Teófilo de Souza Gil e Maria Joaquina, José Porfírio de Sousa nasceu na cidade de Pedro Afonso no Estado do Tocantins, em 27 de julho de 1912. Em 1914, Pedro Afonso, antiga “Travessia dos Gentios”, era considerado um lugar, “manso, de águas mornas e férteis, de margens embelezadas por babaçuais infndos” (MIRANDA, 1973, p. 11). O nome do município homenageava o herdeiro do império brasileiro, príncipe “D. Pedro Afonso de Orleans e Bragança” (MIRANDA, 1973, p. 24), em virtude da lei de 5 de agosto de 1849 emitida pelo Comendador Pádua Fleury³³.

³³ Em agosto de 1875 a Lei Provincial nº 546 criou um distrito de paz. Com o aumento considerável da população, a que vieram juntar-se mais 500 índios, vindos de Riachão, Estado do Maranhão, o arraial desenvolveu-se rapidamente,

Embora, o nome fosse pertencente a monarquia, o município era discreto e acanhado, outrora povoado por indígenas das etnias Xerente, Guajajara e Krahô ³⁴. Uma convenção de antropólogos em 1953 definiu que os nomes de grupos étnicos do Brasil seriam grafados no singular e com inicial maiúscula em artigos acadêmicos. As características indígenas foram se perdendo transformando-se em povoado de sertanejo, com o tempo demandou para o crescimento devido a sua grande potencialidade econômica. Com o acultramento provocado pela catequização e o desenvolvimento da agricultura, começava a transformação de matas fechadas em grandes lavouras e ricas pastagens.

Ainda considerada “vila”, ganhou destaque sobretudo, com o ciclo da borracha da mangabeira. O crescimento econômico capitalista no território de Pedro Afonso repercutia negativamente devido às lutas partidárias das elites políticas e modificações em sua administração. A mesma fase que consolidava o município para agrícola pastoril por suas riquezas naturais, formava uma oligarquia dos grandes proprietários que explorava a força de trabalho do trabalhador rural.

Com localização entre os rios Sono e Tocantins que privilegiava o comércio, Pedro Afonso foi dividido basicamente em dois períodos. De acordo com a estudiosa da cidade, Anna Brito Miranda (1973), de 1847 a 1914 foi o período em que os índios foram aldeados. De 1914 a 1930, a cidade passou por período conturbado de conflitos políticos e comerciais. Apesar da potencialidade econômica da febre da borracha ter intercâmbio comercial alto em 1910, pontos positivos e negativos fizeram parte deste cenário. Atraiu particularismo gerando organização centrada na grande propriedade rural. Hegemonia política e estrutura autoritária marca um intenso período de violência ³⁵.

Em condições precárias, foi criado na roça com formação escolar básica, tendo estudado em escola rural e não concluído o primário. Autodidata. De acordo com Abreu (2002) a leitura era um exercício recorrente e sua escrita possuía desenvoltura, tendo inclusive lecionado aritmética em escola rural ³⁶. Considero essa propensão em aprender, uma abertura para seu crescimento diante das diversidades culturais. De certa maneira, Porfírio era um dentre vários homens e mulheres cuja estrutura vivida já se revestia de uma representação que não se limita ao indivíduo, que demanda a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, tornarem-se mais forte com sua resiliência e potencialidades de tratar de realidades sociais. Entendendo a memória como uma síntese temporal da

passando em 1903 à categoria de vila de São Pedro Afonso. Disponível em: <https://pedroafonso.to.gov.br/historia/>. Acesso: 27 de fev. 2022.

³⁴ Apesar dos poucos dados históricos, havia povos indígenas que habitavam este território. Frei Rafael de Taggia no ano de 1852 traz um pouco sobre os modos de vida e os costumes da população pedro-afonsina, que, em sua grande maioria, era composta basicamente por indígenas das etnias Xerentes, Xavantes, Krahôs (TAGGIA, 1898) in: (NASCIMENTO, 2021, p. 40). Esses povos indígenas sofreram decréscimo em suas aldeias na medida em que aumentava o contato com o “civilizado”. Além desse fator, disputas territoriais podem ter motivado a migração para outro Estado.

³⁵ Ver em fascículo II do Projeto Conhecer para Preservar, 2ª etapa organização da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Tocantins; Pesquisadores/autores: Egle Roberto M. de Melo; Lídia Soraya Liberato Barroso; Maria Cisalpina Cantão da Silva. Gráfica Valci Editora LTDA.

³⁶ Disponível em: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1773>.

história vivida, a narrativa construída pelo camponês é marcada pela percepção e experiência, reconstruída e ressignificada desde cedo na sua história.

O desejo de reconstrução de vida que move Porfírio está explícito, assim como suas intenções de mudar o rumo das relações entre trabalhadores rurais e grupos de poder econômico local de Trombas e Formoso “por via legal, com várias tentativas de diálogos com fazendeiros e autoridades do estado” (RIBEIRO, 2007, p. 240). Sua determinação, só não foi maior que as condições repressivas impostas pelos donos de terra e reafirmadas pelo golpe militar. É justamente, nessa variação entre sentido de estar e percepção para mudar, que seus vínculos culturais se sobressaem, pois, embora seu lugar tenha mudado no espaço físico, sua percepção de lidar com as eventualidades reforçava sua perspectiva de mudança.

Toda essa trajetória de comportamento social é performada, quando, como mostra-nos Carlson (2009), quando as “relações sociais são vistas como papéis” (CARLSON, 2009, p. 45). O “papel” representado pelo posseiro passa pelas contingências da vida, e isso, lhe garante amadurecimento suficiente para tratar das condições sociais, pessoais e coletivas. Há aqui, indivíduo e sujeito sob duas perspectivas indissociáveis, uma sociológica e outra política. A sociológica é endereçada ao que o faz o indivíduo ser e tornar-se o que é, enquanto a política, delimita o esclarecimento sobre a responsabilidade nas decisões que tomará em defesa do querer coletivo.

Além disso, o desejo de mudar as injustiças, o motivou a aprimorar sua experiência, buscando orientar-se por modelos vitoriosos de resistência. Começou a elaborar novas perspectivas, quando:

No ano de 1960, José Porfírio passa oito meses em Cuba para acompanhar o desenvolvimento da revolução. Rompido com o Partido Comunista desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Porfírio se lançou candidato à Assembleia Legislativa de Goiás em 1962 pela coligação PTB-PSB, sendo eleito o primeiro deputado de origem camponesa da história do Brasil. Com quase 5 mil votos, foi o mais votado da chapa. Enquanto isso, seu companheiro Bartolomeu Gomes da Silva, também posseiro, elegeu-se prefeito de Formoso. (SANTOS E POZZETTI, 2017, p. 117).

Tornar-se deputado significou para ele, a busca pela união entre lei e direito, atingir seus opressores. A transformação de camponês em deputado lhe dera a oportunidade de vivenciar do lado do oprimido e negociar melhorias junto ao opressor. Todos os votos que recebeu foram fator interessante, que o incentivou na melhora de sua expressão oral e na sua comunicação corporal. Esse novo posicionamento tornou-se possível a partir do papel aglutinador na transmissão de ideias da coletividade, como nos mostra o historiador Claudio Lopes Maia (2008):

José Porfírio era lembrado não só pela sua coragem e decisão, fatores essenciais num período de conflito armado, como também pela sua capacidade de aglutinação. Estes elementos se articulavam para produzir em torno de si, os principais significados da luta, pois sua imagem representava o sucesso da empreitada do camponês em Trombas até aquele momento: a do homem simples que resolveu tomar o seu destino pelas próprias mãos. (MAIA, 2008, p 174).

Levando em consideração esses elementos, a dinâmica social em prática, pensou novas ideias e novas soluções, como base do método de revalorização do camponês, sobretudo, como ser humano

que persiste na sua historicidade. O falar e discutir essas ideias, consistiam em atingir o maior número de pessoas, que falavam entre si, por sua vez conversava com outro grupo, até formar uma cadeia incessante de novas ideias. As manifestações orais e corporais passam a dar sentido e significado, expressão, conteúdo e norteamento ao aparato de resistência.

A posição sociológica a que me refiro, situa-se em face da fundamentação feita por Norbert Elias (2006), quando analisa conhecimento e pensamento, dizendo-nos que a “construção de um problema a partir de elementos aparentemente insignificantes, que vão sendo, pouco a pouco, alinhavados, conectados e engrossados, terminando por oferecer uma virada sugestiva de um problema complexo” (ELIAS, 2006, p. 12), essa virada sugestiva consiste em formas de compreensão do “fato social” (1999), que não são fazeres exclusivos de intelectuais acadêmicos.

Estas características descritas por Norbert Elias, foram primordiais nos diálogos interdisciplinares que ocorreram do campo para câmara. Neste espaço social transitado por: posseiros, proprietários de terras, advogados, procuradores, existiram variados condicionamentos sociais e psíquicos, ou seja, as ações dos posseiros que à priori parecia irrelevante, tornou-se um movimento forte, apoiado por políticos importantes.

As fontes analisadas sobre a vida de Porfírio não entram em detalhes sobre a vida que antecede sua chegada em Goiás. No relatório³⁷ da Comissão Nacional da Verdade (CNV) consta o seu nascimento na cidade de Pedro Afonso, filiação, atividades políticas e data de oficialização do seu desaparecimento. Sua chegada no Estado foi datada em 1950, por Carneiro (2014). O caminho escolhido para superação das condições precárias que vivia foi o norte de Goiás. Os conflitos políticos e comerciais surgidos no desenvolvimento econômico na cidade de Pedro Afonso, somado a influência da Marcha para o Oeste foi o incentivo que o levou a buscar por melhoria de vida. Ainda, segundo Carneiro (2014) à princípio pensava em instalar-se na colônia Agrícola em Ceres. No entanto, como o fluxo migratório lotou a colônia de Ceres (Go), os posseiros foram orientados a irem para a cidade de Uruaçu para os povoados de Trombas e Formoso.

É importante enfatizar, que o regime autoritário diminuiu as chances de conquistas do trabalhador, pois o investimento do governo, era voltado mais para a agricultura do que para os direitos dos trabalhadores rurais. Tanto Estado Novo (1937-1946) como a Ditadura Militar (1964-1985) instauraram a centralização de poder, endossada pela aversão a política de massas. Faço referência aos dois períodos, para destacar que a luta dos posseiros sob a liderança de Porfírio iniciada em 1951³⁸ teve influências diretas tanto de um regime quanto do outro. Articulação de alianças

³⁷ Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Página 1253. Acesso em: 01 de mar. de 2022.

³⁸ “Assim iniciou-se o período denominado pelos camponeses de “legalidade”, de 1951 a 1954. Período este em que os camponeses vão tentar conseguir o título jurídico da terra, sob a liderança de José Porfírio de Souza. (CARNEIRO, 2014, p. 130).

partidárias, interesses oligárquicos, alianças da burocracia com a burguesia industrial, geraram privilégios para determinadas categorias. Não que o cenário fosse bom nos períodos que antecederam a ditadura. Conflito no campo é uma questão antiga no Brasil devido seu histórico de país colonizado. Mas o avanço, mecanização e capitalização do campo, foram fatores que aceleraram a dificuldade de sobrevivência do trabalhador do campo. A ditadura piora essa relação ao limitar movimentos reivindicatórios com censura, prisões e torturas.

Essa realidade serviu, em grande parte para fortalecer as construções simbólicas do mundo social em que Porfírio estava inserido e estabelecer o papel de transferência que a cultura popular e a tradição têm com a memória. O reavivamento desse reflexo adquirido pelas construções simbólicas foi capaz de modelar um sistema de ideias e um conjunto de crenças e sensibilidades políticas. Esse sistema ressignificou e provocou intervenções de diferentes tipos no contexto intelectual e no debate político da época, contribuindo para dar consistência às demandas por direitos e igualdade. Esta linha de análise, fomentava a esperança por uma mudança no regime de propriedade de terras e uma reforma agrária que proporcionasse à classe média no campo, uma chance de romper com a hegemonia dos grandes proprietários.

A ruptura com a hegemonia do mercado fundiário, também conhecida como “agitação comunista”³⁹ fortalecia a perspectiva de renovação dos laços sociais do caráter simbólico e funcional com a percepção da memória conjurada nesse material. Entretanto, é interessante notar que a categorização dada a Porfírio como comunista não seja totalmente verdadeira. Isto, porque quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) chegou à região em 1954, a estrutura formada pelos posseiros já estava montada. Segundo Cunha (2007), a intervenção dos militantes do Partido aconteceu com pouco entendimento entre as partes, “principalmente na elaboração de estratégia de ação, e compreensão desses em relação ao camponês, seu conservadorismo, bem como a defensibilidade de suas posições como agente político-revolucionário”. (CUNHA, 2007, p. 159).

Em parte, esse conservadorismo presente no comportamento do camponês que os militantes do Partido Comunista encontraram na região de Trombas e Formoso, da sua gênese de agricultura familiar. O filósofo Karl Marx (1974), entende que o camponês está inserido em uma lógica de economia, ditada pelo mercado, logo, encaixava-se em uma economia mercantil. Para Caio Prado Júnior, o camponês, é designado como “pequeno agricultor que é empresário de sua própria

³⁹ Expressão implantada pelos integralistas que considerava como ato comunista tudo que diferia dos que eles propagavam.

Em cumprimento ao despacho exarado no Ofício nº 051/2006 da Comissão dos Direitos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos, de 19 de junho de 2006, no qual solicita certidão de dados existentes nos fundos SNI/CGI/CSN sobre Jose Porfírio de Souza, autuado sob o nº 00322.001233/2006. CERTIFICO que a pesquisa nas bases de dados identificou que o nome "José Porfírio de Souza" é citado nos seguintes dossiês/ACEs: Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Jos%C3%A9%20Porf%C3%ADrio%20de%20Souza&v_fundo_colecao=. Acesso em: 01 de mar. de 2022.

produção” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.204-205). O historiador David Mitrany o camponês “não era um proletário, tão pouco era um capitalista” (MITRANY, 1957, p. 25). Diante das considerações, a matriz da forma de organização dos camponeses não é comunista. Contudo, é importante observar que mesmo partindo de matrizes diferentes, movimentos com causas parecidas, permitem a construção de vínculos. O camponês, rompeu o isolamento e começou resistir a dominação das premissas de ordem capitalista de produção. Adquiriu coesão e consciência política coletiva unidas a capacidade de representação.

Relacionamos os fios entrelaçados nos novelos de cordões, aos olhares e andares compartilhados, desde o momento que os deslocamentos desses variados grupos passaram a fazer parte do mesmo repertório de práticas e representações sociais. Assim, os caminhos são traçados por esses sujeitos, na medida em que se inscrevem neste processo social organizado por reivindicações e estratégias, com a finalidade de serem vistos e ouvidos. O historiador francês Roger Chartier (1988) destaca que o discurso é importante para o processo social organizado, logo podemos afirmar:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Com a incorporação do discurso dos camponeses e militantes do PCB, o movimento cresceu em organização e influência. Passaram a se envolver e integrar-se por meio de congressos para reivindicar as pautas, inauguração do jornal “*Ranca Touco*”⁴⁰ dirigido por Geraldo Tibúrcio, contribuiu em muito na consciência de luta. Como resultado da conscientização do objetivo de permanecer e aumentar seus direitos no uso da terra, a reação ganha formatos estratégicos. Essa reação é percebida no movimento social, quando as práticas de resistência são colocadas em favor da ação coletiva, deixando nítido a insatisfação dos camponeses subalternizados diante dos grandes proprietários de terras e grileiros. A luta de representação de si e do outro começa, quando se tornam ávidos militantes do movimento social. Essa união dos camponeses e militantes é percebida por Thompson (1998) quando diz que “É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde” (THOMPSON, 1998, p. 20). Essas elaborações desses modos de luta, faz crescer a valorização desses sujeitos na história.

Como se percebe, a luta do movimento reuniu diversidades que se articularam em busca da promoção da justiça social. As duas experiências de luta e articulação, colocaram em prática em

⁴⁰ Inaugurado em 1953, o jornal não durou muito tempo, mas no período veio a ser um instrumento eficaz de denúncias e propaganda, bem como debatia a linha em rigor e as resoluções partidárias, particularmente quando, naquele momento, o objetivo de ação do PCB tático e estratégico no Estado de Goiás era ter um “Meio olho na cidade e olho no meio do Campo”. (CUNHA, 2007, p. 34).

dúvida a lógica excludente. Além disso, é possível inferir que essa articulação está em consonância com a empatia presente nos Direitos Humanos revisitados pela historiadora estadunidense Lynn Avery Hunt, segundo ela, “esses indivíduos autônomos tinham de ser capazes de sentir empatia pelos outros.” (HUNT, 2009, p. 26). O movimento, assim como os Direitos Humanos descritos por Hunt, não foram “autoevidentes”, mas, o desdobramento de um caminho de duas posições.

Esses comportamentos estabelecidos por meio da militância, intensifica a cobrança de resultados e centraliza a resistência em torno da figura de Porfírio. Esse comportamento é considerado empático. A conscientização da organização garante integração de sua história pessoal com a política, levando-o a se tornar imprescindível ao movimento. Os membros do Partido Comunista movimentaram estratégias para “visualizar e centralizar a resistência na figura de José Porfírio” (CUNHA, 2007, P. 185). É tênue, a linha que fragmenta galvanizador de uma causa para agitador comunista. Todo esse destaque é incorporado e reincorporado pelos meios de comunicação, que parecem se confundir com o real papel do posseiro.

As plataformas dos periódicos⁴¹ não eram as únicas em demonstrar confusão com o “papel” social explanado por Porfírio, por vezes, os posseiros goianos interpretavam suas decisões políticas por arroubos impensados e explosivos. Cunha (2007) mostra esse traço de sua personalidade “Ainda que muito inteligente e corajoso, despojado de ambições pessoais e com uma grande capacidade de assimilação, era ao mesmo tempo incapaz de pensar politicamente em um horizonte amplo e estratégico de intervenção. (CUNHA, 2007, p. 242). Sobretudo, “era tido como muito indisciplinado e individualista nas tarefas e compromissos políticos partidários” (CUNHA, 2007, p. 242).

Apesar dos pontos negativos, a liderança de Porfírio foi considerada “máxima da luta e praticamente seu galvanizador em todo o processo” (CUNHA, 2007, p. 239). Entre paroxismo e contradições, o fato é que José Porfírio de Souza foi eleito Deputado Estadual, e isso construiu uma ponte entre posseiros e autoridades políticas, fato este que em tese, facilitou negociações, mas por sua vez, colocou o posseiro/ deputado na linha de frente do conflito. As leituras feitas sobre Porfírio, indicam que ele não era “esquerdista” nem “comunista”, mas foi assumido como tal, em prol do interesse do grupo.

Não obstante, todas as considerações⁴² feitas sobre o movimento dos posseiros goianos, o que importa reter dessa reflexão, é a consideração de que há performances culturais dentro da constituição do campesinato e das representações sobre ele que nos interessa. Desse ponto de vista, vimos que as

⁴¹ Revistas *Novos Rumos* de 21/07/1961, p. 08. Jornal O Movimento. São Paulo, 21/08/1978.

⁴² Movimento iniciado com terras devolutas em Goiás, com conflitos gerados por proprietários que se diziam donos das terras apresentando documentos falsificados. Tentativas foram feitas por José Porfírio de Souza de encontrar aliados que o apresentasse os documentos das terras pelo Estado. Sem sucesso pelas vias legais, foi caracterizado de luta armada. Apesar de movimento ter começado por camponeses, cujas origens são de outro cunho sociológico, sua composição foi considerada “comunista” e “esquerdista”.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/go>. Acesso em: 01 de mar. de 2022.

manifestações culturais que assentam o sujeito social e político, podem ser vistos, “na dinâmica particular do eu social como definida interna e externamente, pelos papéis culturalmente condicionados, mas também o reforço destes pelas vestimentas, propriedades e cenários fornecidos pelo “diretor do palco” da sociedade”. (CARLSON, 2009, p. 47).

Desde a sua saída do município de Pedro Afonso, até seu papel ativo no contexto de Formoso e Trombas, caracterizo seu deslocamento como uma ação de cunho sociopolítico performado, pois, promove a interação entre os comportamentos sociais. Diante desta perspectiva, e da relevância histórica que o movimento trouxe para o Estado, dediquei-me a esmiuçar a história de luta de José Porfirio de Souza, para explicitar que a vida de um posseiro que se tornou líder regional e deputado estadual, se insere diretamente nas formulações do conceito de performance. Assim vislumbrada a questão, o desenvolvimento do movimento, contribuiu para a denúncia de atrocidades, como a tortura e violência simbólica.

1.5 – MEMÓRIAS DE UM MOVIMENTO E OS TRAUMAS DE UM DESAPARECIMENTO

Com aproximadamente quatro anos de duração, o movimento social⁴³ da luta camponesa de Formoso e Trombas Goiás, foi reconhecido pelos periódicos⁴⁴ do Brasil por organizado e bem-sucedido⁴⁵. Seu início foi aproximadamente em 1949-1950 em um cenário onde a vegetação predominante era o cerrado, cujo, os pequizeiros, cajueiros, jatobás, guarirobas e as palmeiras sinalizavam o solo do planalto central. Induzidos pelas propagandas do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo DIP⁴⁶, o território que avistavam os recém-chegados, era de uma terra com córregos e rios, com capins e gramíneas, ora muito úmidas, ora muito secas. Impressionaram-se com o espaço de chão consideravelmente extenso para começar a lida na terra. A ocupação dessas terras férteis estava associada a necessidade de ampliação das fronteiras, mas, ditaria também a centralização de poder.

⁴³ Movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou do fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto. (GOHN, 2000).

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>

⁴⁴ O Popular, Goiânia 1950 a 1957. Manchete Rio de Janeiro 1977. Rumos Novos 1960. (CARNEIRO, 2014, p. 195).

⁴⁵ Organizado politicamente por ter recebido contribuições do PCB. Bem-sucedido, pelo reconhecimento do Estado em sua agenda: “planejar o aproveitamento e a colonização das terras devolutas, para a formação do maior número possível de propriedades, amparando-se preferencialmente os nacionais e, dentre estes, os pequenos produtores que necessitem do amparo direto do poder público e os imigrantes das zonas empobrecidas do País; “estudo do problema da posse ilegítima, no sentido de encontrar soluções conciliatórias que visem resguardar o direito de propriedade e amparar o trabalhador rural; (DIÁRIO OFICIAL, 17/11/1956, p. 1).

⁴⁶ Pelo Decreto Lei 1915 de 27 de dezembro de 1939, regulamentado pelo Decreto Lei 5077 de 29 de dezembro. “Eram atribuições do DIP controlar e exercer a propaganda e a censura, assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo. (LENHARO, 1986, p. 40). A Revista Informação Goyana, publicada no Rio de Janeiro e divulgada em todo o território nacional entre os anos de 1917-1935. A Revista Oeste publicou pronunciamento de Pedro Ludovico ao Brasil. In: Oeste. 1943.

Muito maior que a extensão geográfica, eram os sonhos que eles carregavam em seus corações. Sonhos de liberdade para trabalhar e ganhar seu sustento com autonomia sem precisar despendar o fruto dos seus esforços à coronéis e comerciantes. Esses chegavam de várias localidades do Brasil; Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Ceará, Piauí etc. Partiam desses lugares pois estavam sem expectativa, impulsionados por fatores climáticos (secas) ou para fugirem de represálias e abusos dos donos de terras, “eles vieram em pequenos grupos, desordenadamente, trazendo nas costas suas traias e no coração uma grande esperança” (ABREU, 2002, pág. 10).

Esses trabalhadores chegaram, trabalharam de sol a sol e acreditaram que com o passar do tempo, adquiririam a posse das terras e que o Estado lhes entregaria os títulos de propriedade. A priori não tiveram problemas para se instalarem. No entanto, essa aparente tranquilidade sofreu uma reviravolta a partir de 1950, quando os grileiros começaram com suas investidas ilegais para expulsar os posseiros das terras.

Dentre tantas histórias de sonhos, liberdade e dilemas sentidos na ocasião acerca de: desenvolvimento do país, distribuição de terras, falemos de Nego Carreiro⁴⁷. Em uma noite de muita inquietação, atordoado e preocupado, refletia sobre a sua produção de arroz. O sono foi-lhe tirado pelo desassossego consumidor de sua paz. A luz do querosene em seu barraco fazia um contraste em seus pensamentos sombrios. Estava inconformado com fato de ter que pagar arrendo (taxa cobrada pelos donos de terra) outra vez, logo aquela safra que lhe dera tanto trabalho e que por sua vez foi muito farta. Nascido em Catalão, Nego Carreiro desde a idade de sete anos, capinava roças de milho e arroz junto ao seu pai. A imagem do pai aparecia nos seus pensamentos, e sua memória lhe trouxe à figura do seu velho dizendo que, por mais que trabalhassem, a miséria sempre estava presente. Tais palavras ecoavam de maneira que ele sentia-se voltar no tempo, para aquele passado penoso que tanto fazia seu velho pai sofrer. A vida era dura na lida com a terra, e ainda tinham que fazer a meação e sua produção sempre acabava antes de chegar o próximo mês. Nos devaneios personificados por seu pai, mencionava existir umas terras distantes que o governo doaria, era só chegar, trabalhar e tomar posse. Aí sim ficariam bem, pois não teriam que repartir seus ganhos com os fazendeiros. O velho morreu, e deixou a herança de um “sonho da terra livre”⁴⁸

Assim como Nego Carreiro, muitas famílias se deslocaram de suas cidades porque ouviram falar das terras devolutas disponibilizadas pelo governo. Essas terras devolutas eram “Terras que não estando afetadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, não caíram regularmente no

⁴⁷ Conhecido apenas por “Nego Carreiro” era um camponês, natural de Morrinhos. Estava no meio do conflito por ter matado um sargento da polícia. Segundo Janaina Amado, “Nego Carreiro” foi apelido ganho na infância quando começou a guiar carros de boi. A partir desta ação, o movimento ficou conhecido em todo Estado de Goiás como movimento do massacre de policiais. Após o ocorrido os posseiros armaram-se contra as tropas policiais destinadas ao território

⁴⁸ ABREU, 2002, pág. 40.

patrimônio dos particulares. Terras devolutas são espécies de terras públicas.” (ARAÚJO, 2009, Pág. 112).

Para assegurar o direito às terras devolutas ao camponês, foi primordial a criação da Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas cujo presidente nomeado foi José Porfírio de Souza. Assim foram estabelecidos os laços e nós sociais que através da criação dessa associação: “Surgira, enfim, a cabeça. A tarefa agora era reunir os membros dispersos, juntar os braços e as pernas da resistência. Estava tudo pronto para entrar em cena ...” (ABREU, 2002, pág. 35). Os membros que compuseram o restante da resistência eram crianças na fase de 12 e 14, cuja função consistia em se embrearem nas matas e rios com o objetivo de levarem e trazerem mensagens sem os que os jagunços dos grileiros percebessem.

As mulheres também deram sua contribuição ao movimento de resistência. E que contribuição!!! Elas possuíam em seu interior uma valentia e um espírito de luta, admirável. Cabia a essas mulheres ter o psicológico sob controle, pois além de lidarem com seu medo pessoal, tinham por incumbência, despertar a coragem nos seus companheiros. Quando estes se encontravam em estado de desesperança, elas recorriam aos seus sonhos de liberdade e de coragem que estavam guardados lá no íntimo do ser de cada homem. Para além desse trabalho de força interior, as mulheres desenvolveram táticas de segurança, com um sistema de códigos, uma toalha na janela ou uma fogueira acesa, faziam parte de um sistema de avisos que significava que os jagunços estariam presentes. Outra estratégia elaborada pelo movimento, foi constituída uma diretoria de reserva, formada por outros posseiros. Presidida por Geraldo Marques, poderia entrar em ação, caso seus companheiros fossem impedidos de trabalhar por qualquer motivo.

Todos os fatos mencionados na manifestação do movimento de Formoso e Trombas - Go, nos remete a uma reflexão dos dramas ocorridos no coletivo e no individual. Drama presente no entre das ações, interações e relações dos comportamentos experienciados. É no espaço rural que acontecem as interações e representações do posseiro. Um papel que lhe propicia uma experiência singular, tornadas significativas por seu desfecho. A forma vivida pelo posseiro está diretamente associada aos seus dramas pessoais. É uma fidedigna representação de sua realidade, e de muitos de uma sociedade em que a desigualdade cresce e torna-se acentuada. Tal relação, desloca o real do simbólico para o traumático, isso faz recair no sujeito a necessidade de renovação e a cultura atua como produto cultural potencializador de transformações.

Nesta transformação almejada no individual que se ampliou para o coletivo, estava presente o jogo dramático que permitia inverter, subverter, a estrutura social dominante, e escapar da hierarquia, possibilitando novas ações políticas. No aqui e agora da experiência de vida do posseiro/deputado, e de toda aquela comunidade, o movimento revoltoso foi construído, sobretudo, no drama experienciado e encaminhado para a ação, fortalecido foi por indignações que perpassaram

o político e o social. Efervescência de afetos moldou comportamentos e um espaço igual, mas com diferentes narrativas. Luta por direito compõe é o eixo central do conflito. Consideramos luta uma forma de manifestação cultural carregada de dramaticidade.

Marcado por momentos dramáticos e realistas, o movimento revoltoso possuía um viés sentimental e mobilizador, por possuir elementos do drama social. Em Victor Turner (1996) o drama social é o entrosamento natural da ação dos comportamentos. Em outras palavras, foram as características ou o conjunto dessas características reunidas que propiciou que a manifestação ganhasse voz. A voz que chegou por intermédio do deputado/posseiro, tornada sensível, materializada e personalizada por emoção e gestos, favoreceu a imersão da narrativa dos posseiros ao protagonismo do projeto desenvolvimentista goiano.

Os principais elementos deste cenário foram linguagem, comunicação e efeitos sonoros. Estes componentes foram basilares nas diferentes necessidades narrativas. A linguagem e comunicação acentuava-se nos debates nas manifestações, pelos afetos, gestos e discursos. Os efeitos sonoros são associados aos sons de tiros, choro de mulheres e crianças, quando expostos a alguma forma de tortura. A ausência de som também é um marcador expressivo nos acontecimentos. O silêncio está ligado diretamente ao desaparecimento do posseiro/deputado. O impacto desse silêncio, intencional ou estratégico, não se sabe ao certo, resultou na perda da hegemonia do movimento.

O canal múltiplo da comunicação que transitava do campo para o legislativo, não mais emitia sonoridade. Os signos e movimentos que seu corpo incorporou ao movimento, desapareceu junto com a gestualidade e interação, inscritos na perspectiva da conquista e superação de diferenças. A partir daí, iniciar-se-ia outra fase do movimento que não mais contaria com as ações do deputado/posseiro.

A corrida pelo drama e luta do reconhecimento é o que move e dá sentido as narrativas e isso é cultural. Os movimentos revoltosos estão carregados de cultura, memória e afetos. Narrativas que contrastam maldade/bondade, vilão/herói, justiça/injustiça estão sempre nas narrativas, sejam elas reais ou ficcionais. Infelizmente, a história mencionada foi real, fez parte universo do cotidiano das pessoas. O desfecho triste do deputado/posseiro, chama atenção para a interação entre o sujeito que performa e o sujeito que recebe a performance. É preciso reconhecer a existência desse elo como uma expressão capaz de gerar mudança em determinado quadro social.

Independente do partido político, a representação do posseiro/deputado, mostrou-se como uma forma eficaz de divulgar, seja para nichos específicos ou para outras tantas pessoas, a importância cultural das mais diversas formas de narrativas. Sejam elas folclóricas, míticas, românticas, populares, todas tem sua especificidade e como tal, contribuirá para a diversidade e aceitação do ser humano.

Para entendermos a importância da ação que José Porfírio de Souza protagonizou na presidência da associação e depois como deputado, é importante fazer um destaque entre o passado e o presente. Essa temporalidade contribuiu para a memória ou o esquecimento, não somente do nosso

protagonista, mas, sobretudo, a importância social e das especificidades herdadas deste movimento, que foi considerado vitorioso, apesar do desaparecimento de Porfiro⁴⁹.

A reflexão feita por Beatriz Sarlo (2007), nos mostra que esse ciclo temporal independe do sujeito, pois, a lembrança se assemelha aos cheiros, eles surgem não se sabe de onde, pois, “A lembrança insiste porquê de certo modo é soberana e incontrolável”, (SARLO, 2007, pág. 10). Partindo das contribuições de Sarlo, podemos entender que o passado se faz presente de maneira inesperada. Vincular a memória do deputado estadual a história do movimento é pertinente pois, sua atuação se fez presente de forma veemente com autoridades nacionais.

Essa superação foi possível por intermédio da integração dos comunistas com os camponeses. A ideologia proletária do Partido Comunista do Brasil, ajudou os camponeses a romperem com o individualismo característico e trabalhar através de associações e outras formas, fortalecedoras da formação da consciência de classe. Portanto, a memória se liga ao nosso personagem social porque existe esquecimento, memória viva e lembrança desaparecida ou morta. Por conseguinte, no que tange a experiência vivida do líder do movimento, faz-se pertinente a afirmação de Sarlo (2007):

Justamente porque o tempo passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimento da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis a independência de fatores externos a seu domínio. (SARLO, 2007, pág. 12).

Diante desta forma retratada do passado, presente e narrativa, chamo atenção para a rememoração que temos, desde o dia em que começou o movimento de luta pelas terras devolutas em Goiás até o presente.

Para apuração dos atos ocorridos em Trombas e Formoso entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, foi criada uma Comissão Nacional da Verdade no Estado de Goiás com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos. Esse material nos dá aporte para manter viva a memória desse movimento. Os arquivos consistem em depoimentos de participantes camponeses do movimento, familiares do Deputado José Porfírio e militantes do Partido Comunista designados para Goiás na época. Testemunharam de acordo com a função desempenhada, desde ações voluntárias até as involuntárias. A metodologia utilizada de acordo com o Secretário Estadual Edemundo Dias, foi designar uma Comissão de Instituições⁵⁰ reconhecidas pela sociedade para

⁴⁹ O movimento foi considerado vitorioso por se tratar de interações de experiências absorvidas de culturas diferentes em prol de uma causa que tinha como lema questões humanitárias. Simplesmente “Porfiro”, era assim que ele era chamado na associação e no assentamento, pelos seus camaradas. (ABREU, 2002).

⁵⁰ As instituições que fizeram parte deste processo foram: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; Secretaria de Estado de Segurança Pública; Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; Ordem dos Advogados do Brasil; Associação dos

deliberar em concordância com a Legislação brasileira. Os arquivos são de domínio público e podem ser consultados livremente.

Na década de 1940 o Brasil era governado pelo regime do Estado Novo, onde argumentações do discurso de valorização do trabalhador estavam a pleno vapor. As leis trabalhistas estavam sendo instauradas e começaram a ser utilizadas para embasamento na construção de um país novo, com possibilidades de formação de um novo homem.

No movimento social de Formoso e Trombas – Go, o nosso ator social é José Porfírio de Sousa. possuía um sistema de valores e crenças condicionados que assimilava esse processo de expansão dos direitos trabalhistas com vistas à igualdade e direitos a todos. Se posicionava, impulsionava e ressignificava suas ações sociais em prol dos trabalhadores rurais, reivindicando políticas públicas que assegurassem aos camponeses a posse das terras.

Frequentemente relatado como brincalhão e extrovertido, cujo comportamento era marcado por duas marcas de caráter, a coragem e desambição, tais características de Porfírio lhe garantiram boa atuação no decorrer de sua militância, pois lhe garantiram uma boa desenvoltura nos comícios com seus discursos e nas suas falas diante de autoridades. Sua iniciativa em 1944 de denunciar atos ilegais dos grileiros então interventor Pedro Ludovico, fora considerada um comportamento de extrema coragem e empatia com pessoas que colocavam seus sonhos de realização de vida no trabalho naquelas terras devolutas.⁵¹

Colocava em evidência sua boa memória para narrar os casos de Pedro Malazarte, em conversas sérias sobre as situações jurídicas dos posseiros. Contemplava e absorvia as boas energias da natureza do cerrado goiano com a simplicidade de quem aceita a natureza como uma espécie de mãe, pois dela vêm as dádivas da multiplicação dos grãos que mata a fome, não somente de uma parte do território goiano, mas do mundo. Exaltava a figura do camponês, afinal, partia deles efetuar o plantio para se ter o direito a colheita, em seu modo de entender, os atuantes na lida com a terra, “Carecia de merecer mais respeito e até gratidão. Mas não é isto que acontece. Obrigam a gente matar ou morrer pra ter direito de plantar” (ABREU, 2002, pág. 81). Com essas inspirações filosóficas pautadas no cotidiano, Porfírio despertava em intelectuais extasiados a vontade de contribuir para o crescimento intelectual e culturais do líder.

O movimento de resistência precisou se fortalecer, na medida em que o Estado não conseguiu cumprir com as promessas feitas aos posseiros de tornar legal sua permanência na terra.

Anistiados; Conselho Estadual de Direitos Humanos; Comitê e Combate à Tortura. Disponível em: <https://www.dgap.go.gov.br/noticias/governo-de-goias-cria-comissao-da-verdade-para-esclarecer-paradeiro-de-presos-politicos-durante-a-ditadura-militar.html>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

Consequentemente, sem a participação do Governo de fazer prevalecer o que Mauro Borges propagara na sua campanha política. Surgiu uma necessidade por parte dos posseiros de lutar pelas suas terras, “a luta tem início em 1950 e dura até 1954” (CUNHA, 2007, p. 166). Algumas etapas foram organizadas até chegar na luta armada. A primeira etapa deu-se no ano de 1953, através da união entre os camponeses e os militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), através da CANG e dos jornais *Ranca Touco* e *Voz Camponesa*, sobre os ocorridos na região.

Desta forma, o movimento adquiriu uma experiência de organização, pois, os militantes já tinham experiência das atividades partidárias. Embora o comportamento dos camponeses fosse de desconfiança com os militantes, porque temiam e não concordavam com o comunismo, conseguiram chegar a um denominador comum, que era priorizar a reforma agrária. José Porfírio de Souza, com seu prestígio que lhe era característico, representou uma nova etapa na luta de resistência pelo trabalhador rural, além de apresentar propostas organizadas voltadas para a busca do apoio político, conseguiu apaziguar a desconfiança que os camponeses sentiam acerca dos comunistas.

O movimento de Formoso e Trombas – Goiás, não era composto por camaradas com experiências e táticas militares, mas sim por camponeses, que colocavam em prática seus conhecimentos da mata, dos rios e da caça, adquiridos no dia a dia que foram aprimorando, de acordo com as necessidades da resistência. Apesar de existir características peculiares no que poderíamos chamar de “intelecto”, a cultura estava sim, presente nas ideias dos camponeses. Chamo atenção para este aspecto cultural, pois, ele é um elemento que está presente em todas as ações efetuadas pelos participantes do movimento.

À medida que se inteiraram, acerca das técnicas de origem inglesa, como o *shadow cabinet*⁵², chinesa como a revolução de Mao Tsé Tung, com a utilização das técnicas da revolução chinesa, levando-os a aprimorarem os piquetes⁵³, com a poesia, cujo poeta Castro Alves, com seu “navio negreiro”, trouxe veemência aos camponeses de Goiás, podemos dizer que a cultura passa pelos movimentos sociais, na medida em que as culturas transitam e influenciam de diferentes formas pessoas e comportamentos de várias partes do mundo, no sentido de dar continuidade aos atos utilizados no decorrer dos tempos históricos. As atuações culturais nos movimentos sociais

⁵² Um grupo de líderes de uma oposição parlamentar que constitui a provável composição do gabinete quando seu partido voltar ao poder.
Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/shadow%20cabinet>

⁵³ Pequeno corpo de tropa que forma guarda avançada ou pronta à primeira voz.

contribuem para mudanças a partir do momento em que ganham notoriedade e com isso exercem mudanças nas realidades dos contextos.

A voz da resistência que transitava entre os posseiros e políticos calou-se. Não porque desistiu de defender a pauta levantada no movimento dos posseiros. Seu desaparecimento foi mais uma forma de eliminar um eixo que causava desconforto na implementação da expropriação. De certa maneira, a comunicação gestual e performada por Porfírio, foi fragmentada, contudo, sua narrativa não desapareceu. Pelo contrário, o sentido dado a essa comunicação, atribuiu ordem, conferiu status, na medida que suas indagações e memórias continuam inscritas no hino da cidade, no muro da escola. Esses mecanismos de memória auxiliam na reconstituição da história social da cidade, ao mesmo tempo que interfere no apagamento e esquecimento do movimento.

A forma que o Deputado Estadual José Porfírio de Souza é lembrado, faz parte da prática da memória, onde o narrar torna-se fundante para sua duração no contexto espaço-temporal. Embora trate-se de memória traumática, a passagem do deputado pode ser considerada como característica de liminaridade, onde é permitido aos autores sociais estarem à margem de uma sociedade. Nesse sentido, o modelo de liminaridade oportuniza “os indivíduos ou grupos representarem papéis correspondentes a uma posição invertida do status que geralmente possuem na hierarquia da estrutura social” (GOMES, 2017, p. 25).

Vale lembrar que o movimento revoltoso de Trombas e Formoso foi período turbulento. Posseiros, sentindo-se sem apoio das autoridades públicas, viram como única forma de defesa, armar-se contra as ações dos grileiros. O resultado como vimos, foi o conflito direto entre camponeses, proprietários de terra e corporação militar do Estado. Porém, após implementação da Ditadura Civil Militar, influenciou negativamente o cenário. Houve o endurecimento e coerção da liberdade sob o falso pretexto de ordenamento. Todos os líderes e atuantes do movimento foram perseguidos, cassados, presos e torturados. Pessoas ligadas ao movimento desapareceram forçosamente⁵⁴. Até a criação da Comissão Nacional da Verdade em Goiás em 2014, os desaparecidos políticos ligados ao movimento eram tratados como assunto de família. Sem reconhecimento por parte do Estado, os desaparecidos seguiam na tendência do apagamento.

O trauma embutido à narrativa do movimento, eram sentimentos recorrentes entre os que perderam entes queridos. Mas, apesar da tentativa de apagamento, descaso e omissão governamental a persistência dos familiares em busca de solução e justiça, foi fundamental para resolução desse

⁵⁴ No Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, Artigo 7º, diz que: “Por desaparecimento forçado entende-se a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo”.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 03 de mar. de 2022

quadro complexo do indizível do Brasil. Outra conquista importante, foi a devolução simbólica⁵⁵ dos mandatos políticos do estado de Goiás, aos que foram cassados durante o regime militar. A Sr. Arão, irmão de José Porfírio, compareceu a sessão representando o movimento e o irmão. O ponto importante a ser considerado sobre a memória do evento político de Trombas e Formoso é a circulação em documentários, Assembleias, pesquisas acadêmicas. É, portanto, reconhecido porque promove reinterpretação e ressignificação dos sentidos, da história e da narrativa dos camponeses.

Por um tempo a memória do movimento foi posta no anonimato por causa da repressão. Em depoimento ao *Jornal Diário do Norte*, a sobrinha de Porfírio, Isabel Oliveira relata que "Naquele tempo qualquer coisa que mostrasse nossa ligação com ele representava perigo para nós"⁵⁶. Apesar do medo constante no período da ditadura, reviver as memórias da região, após a promulgação da Lei da Anistia⁵⁷, começou a ser um exercício constante contra a memória reprimida e vigiada. Os familiares buscam a reconstrução dos laços de pertencimento que convergem para o rompimento do silêncio e priorizam a humanização da vítima. Longe de ser inofensivo, o movimento produziu forte impacto na sociedade, atuando diretamente na transmissão de memórias, reproduzindo padrões, valores e condutas.

1.6 - PERFORMANDO PARA EXISTIR: A LUTA CAMPONESA NA HISTORIOGRAFIA GOIANA

A motivação de apropriação de terras foi o principal fator motivacional que trouxe os trabalhadores rurais à Goiás. A ocupação. A vida compartilhada nas barracas seguidas dos mutirões de construção das primeiras casas. A repressão policial. A resistência. Tudo é memória. Por sua vez, a ausência da liberdade, a imposição do terror aos posseiros, a violência totalitária, são componentes que formam as memórias coletivas de Trombas e Formoso. Para Ecléia Bosi (1994, pág. 46-47) a memória “permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações, nos fazem “repensar, com ideias de hoje, as experiências do

⁵⁵ A homenagem ocorreu no dia 01/04/2013, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás em parceria com a Associação dos Anistiados Políticos do Estado de Goiás (Anigo).

Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/55309/karlos-cabral-presta-homenagem-aos-anistiados>. Acesso em: 01/03/2022

⁵⁶ “As lembranças de família tiveram que ser destruídas inclusive pela irmã de Porfírio, que se desfez de manuscritos e fotos dele temendo represálias da polícia”.

Disponível em: <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/familia-de-ze-porfirio-indenizada-2213>. Acesso em: 01/03/2022.

⁵⁷ Em 28 de agosto de 1979, o presidente João Baptista Figueiredo concedeu o perdão aos perseguidos políticos (que a ditadura militar chamava de subversivos) e, dessa forma, pavimentou o caminho para a redemocratização do Brasil. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 01/03/2022.

passado”. A partir dessa perspectiva memorialítica é que se conjectura o potencial investigativo presente no movimento. Ademais, a praticidade da memória como hábito, possibilita a conscientização através da experiência adquirida.

São essas experiências conjuntas das pessoas que circularam e ocuparam o mesmo espaço em Trombas e Formoso de Goiás que inevitavelmente se transformaram recordações consonantes em trauma social. Porém, o aspecto importante dessas recordações guardadas nas memórias desse coletivo, é a reconstrução do passado com a finalidade de contribuir diretamente na tarefa árdua de evitar que mais corpos sejam torturados, tornem-se desaparecidos ou caiam no esquecimento; assim como, a heroificação de Porfírio por uma memória coletiva camponesa local, que permite aos camponeses continuarem alimentando esperanças de um futuro promissor.

Portanto, a esperança fornece o insumo mobilizador ao trabalhador rural. Mesmo quando seu líder desaparece, a memória sobre ele passa a exercer o papel de fazer presente o líder ausente, representando-o e apresentando-o às gerações futuras. Ou seja, nesse sentido, visto pela ótica da memória, mesmo um ato violento e repressivo é performado pela cultura campesina local, transformando o trauma em ferramenta de batalha simbólica. Ou seja, os camponeses não apenas sofreram com o desaparecimento de Porfírio, mas fizeram disto um motivo da necessidade e incentivo na permanência pelas lutas travadas pelo herói. A esperança, nesse caso, está associada à possível liberdade como possibilidade.

Esses corpos⁵⁸ mortos e desaparecidos são sobretudo atores sociais de um tempo em que a justiça fazia vistas grossa para a tortura. Essas pessoas deixaram práticas no tempo e no espaço, operaram e simbolizaram efeitos, consequências materiais e imateriais, que causaram impacto em gerações passadas, presentes e futuras. Isso significa dizer, que a memória passou a ser um registro no qual os códigos adquirem nuances primordiais à comunidade social implicando na construção de uma memória coletiva local pautada da combatividade por direitos. O sociólogo Maurice Halbwachs (1990), explicava essa construção social composta, sobretudo por estímulos afetivos:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Portanto, são essas experiências que viabilizam um processo que se dá por meio da transcrição que retém a recordação de quem está vivo, na consciência do grupo sobre o desaparecimento de seus membros, ou seja, representações do passado que estão diretamente ligadas a situações vivenciadas no presente em coletividade e auxiliando na construção de um quadro social específico.

⁵⁸ São considerados desaparecidos: Durvalino Porfírio de Souza. Desaparecido no ano de 1973. Goiás. João Soares. Disponível em:

http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Violacoes%20de%20Direitos%20no%20Campo%201946-1988.pdf. Acesso em: 10/03/2022.

A integralidade do movimento procurou refletir e compreender a nova perspectiva de sua luta, a fixação dos vínculos sociais, valores e condição humana. Estabeleceram-se corpo e afeto na comunicação daquele sistema simbólico, nascido da reação dos posseiros expropriados. Reverberou por meio desses atores sociais os “gestos que sustentam a relação com o mundo e que colorem a presença” (LE BRETON, 2019, p. 9). Ações e emoções, fazem parte do repertório cultural do movimento. O exercício de tocar o outro de acordo com Breton, é uma “maneira simbólica, e disso decorre o imperativo de descrição que marca, em princípio, as trocas de olhares em nossa sociedade” (BRETON, 2019, p. 13).

É preciso considerar a plasticidade, postura, resistência e sobretudo os gestos expressados nos discursos do deputado. A fala associada aos gestos, demonstram a afetividade que foram modelados foi modelada das relações de uns com os outros do grupo. O sentimento de pertença existente entre os posseiros, traz à tona o debate da reforma agrária e a necessidade de transformação fundiária, conforme destacado abaixo:

Um dos oradores do evento, José Porfírio, se mostrou favorável a uma reforma agrária que promovesse profunda alteração na estrutura fundiária. Segundo o Diário do Oeste, o líder camponês salientou “categórico que a melhor das providências dos governantes para com o homem do campo seria a instituição da Reforma Agrária nos moldes de Cuba” (DIÁRIO DO OESTE, 26 de setembro de 1961: 1).

O entrelaçamento do gesto, afeto e palavra do deputado, decorrem não só de sua postura adquirida no movimento, advém de sua experiência quando foi à Cuba. Desta forma, a comunicação transmitida aqui, é um comportamento compreendido através do coletivo e não isoladamente. Processo este moldado por múltiplos canais que não se resumem pela linguagem. Para além disto, performam, corpo, linguagem e afetos.

Nesse sentido, a estrutura social montada no movimento de Trombas e Formoso sentiu diretamente o desaparecimento físico de Porfírio. Contudo, a força da representação exercida pelo líder, mesmo após seu desaparecimento é dotada de comportamento integrador e coesivo. Essa representação compreende e presentifica suas ações. Tal associação, é entendida conforme expressado pelo historiador Roger Chartier (1988), na medida em que esse contexto possibilita:

[...] pensar em uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse. Destarte, o idealismo crítico designa por “forma simbólica” todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação (CHARTIER, 1988, p.19).

De certa forma, o desaparecimento funcionou como um mobilizador da representação. Isso porque o simbolismo do líder se adaptou tanto na presença como na ausência do seu corpo. A forma de consciência com que o grupo se percebe, estabelece valores e normas, capazes de orientar gostos e percepções que definem limites e autorizam comportamentos e papéis sociais.

Outro elemento preocupante é a tendência ao esquecimento induzido sobre o desaparecimento do deputado e sobretudo, da violência presentes nos atos de tortura, antes, durante ou após a ditadura. Esse esquecimento induzido se dá na medida em que a explicação e solução do sumiço não acontece, automaticamente sua memória corre risco de desaparecer pelo silenciamento. A superação do silêncio é primordial na conscientização da essencialidade da vida.

O jornalista Bernardo Kucinski (2016) empreende em uma análise sobre “desaparecimento” tomando como ponto de partida uma ironia. Em sua narrativa ele diz: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.” O autor utiliza um tom sarcástico para chamar atenção dos fatos criminosos ocorridos na ditadura brasileira. Fatos esses que são amenizados e banalizados por indivíduos apoiadores da ideia de inexistência da tortura.

Denunciar e repercutir a violência é uma forma de ruptura, que viabiliza a discussão e enfrentamento da cultura do autoritarismo em defesa dos direitos democráticos, contra os passados traumáticos. Com relação a essas narrativas, Kehl (2010) indica que este novo cenário é otimista, pois:

[...] não faltaram iniciativas de debater...nas universidades e em outros espaços públicos, assim como não faltaram textos de reflexão, denúncia e/ou resgate da memória, de autoria de sobreviventes da luta armada, de parentes de desaparecidos e das próprias vítimas de abusos sofridos [...] (KEHL, 2010, pág. 127).

Utilizando uma forma admoestadora, podemos trabalhar por meio da divulgação dessas histórias, a elaboração publicamente bem como, a construção de uma postura reflexiva na tentativa de ampliar uma consciência capaz de atribuir valores morais e éticos na ementa da realidade da sociedade.

A luta pelo rememorar em questão, está diretamente ligada ao direito à memória que os corpos desaparecidos têm, pois passado e presente se condicionam o tempo todo. Com a memória coletiva, Porfírio é retirado do desaparecimento e do esquecimento, uma vez que os camponeses e a historiografia local contribuíram em fazê-lo lutar mesmo após sua morte, exercendo pressão no governo opressor que encerrou sua vida física.

Nesse sentido, a edificação de uma memória coletiva por parte dos locais, demonstra um ato performativo, ao invés de somente sofrer e desesperar com o desaparecimento de Porfírio (o que era pretendido pelos militares ao assassinar líderes de movimentos sociais), os camponeses continuam exercendo sua luta, performando as consequências da ação violenta, transformando o trauma e a perda em conquista, esperança e baluarte da luta por direitos dos trabalhadores do campo. Continuam alimentando a esperança por meio da transformação através do pensamento engajado. É sobre esse caráter incentivador do pensamento engajado que fala o filósofo Ernst Bloch (1959).

Nesta perspectiva, não apenas a vida do trabalhador rural demanda performatividade. Mas também a forma como ele se vê e edifica suas lembranças sobre seu próprio passado coletivo. Com

vistas a esperar um futuro melhor, demanda a habilidade de fazer os atos violentos se performarem em atos de esperança. Isto porque, a memória não é construída de maneira isolada, mas sim através de narrativas sucessivas, discursos produzidos num contexto social determinado, sujeito a recortes políticos, sociais e econômicos, e posteriormente, apropriadas pelas práticas historiográficas.

Além disso, repetir a história de um corpo desaparecido é clamar por justiça. Além de proporcionar a elaboração da memória, auxilia no processo de elaboração da perda. A perda é irreversível e traumática, contudo, a memória torna-se constituinte importante de uma construção circunstancial. Ao fazer desaparecer um líder de um movimento que ganhava notoriedade por lutar por uma causa pautada em direitos, realizava-se também a construção da memória pela via negativa, que não tem de ser apenas comemorativa.

Todavia, a memória que as propagandas do governo tentaram consolidar, foi a dos grupos sociais contrários ao movimento. Portanto, proprietários de terras, a mesma camada proprietária com o mesmo “*modo operandi*” de apropriação de terra e enriquecimento através da exploração da força de trabalho do trabalhador rural. Assim, como herói camponês, Porfírio tornou-se, no contexto do processo de emancipação, o modelo do que a “Nação” não podia ser.

Por se tratar de um aparato social de representação do passado, a memória funciona como elemento de reconhecimento dos grupos que sofreram danos e violências. Para que os danos sejam reparados, é necessário a implementação de ações que reforcem pautas sociais contrárias à violência, assegurando-lhes direitos. O reconhecimento do corpo desaparecido, significa luta contra a eliminação física e simbólica. Por conseguinte, luta contra a legitimação da violência propagada nos atos de tortura, surgidos da intencionalidade dos aparatos estatais dos regimes autoritários e totalitários.

Embora o Brasil não tenha vivido no sistema político do totalitarismo, ele é empregado em contraposição ao conceito de democracia igual o autoritarismo. Nesses dois sistemas, a participação da sociedade é considerada limitada. Ambos se assemelham por terem características parecidas como: tirania, hierarquia, anti-igualitarismo, antirracionalista e coadunadores da tortura. O poder que institucionalizou a tortura agia se empenhando no controle do passado escolhendo certos eventos do passado em detrimento de outros para integração de seu discurso histórico. Como nos aponta Todorov (2000):

Los regímenes totalitarios del siglo xx han revelado la existencia de un peligro antes insospechado: la supresión de la memoria. Y no es que la ignorancia no pertenezca a cualquier tiempo, al igual que la destrucción sistemática de documentos y monumentos: se sabe, por utilizar un ejemplo alejado de nosotros en el tiempo y el espacio, que el emperador azteca Itzcoatl, a principios del siglo xv, había ordenado la destrucción de todas las estelas y de todos los libros para poder recomponer la tradición a su manera; un siglo después, los conquistadores españoles se dedicaron a su vez a retirar y quemar todos los vestigios que testimoniasen la antigua grandeza de los vencidos. Sin embargo, al no ser totalitarios, tales regímenes sólo eran hostiles a los sedimentos oficiales de la memoria, permitiendo a ésta su supervivencia bajo otras formas; por ejemplo, los relatos orales o la poesía. Tras comprender

repudiados, e todos que viveram tem o direito de lembrar e de testemunhar. A tortura é um ato perverso que resulta na desumanização de quem sofre, pois:

A tortura (e outras formas de violência de Estado) é parte necessária de um projeto político e de um sistema de poder. O calvário de alguns é suficiente para que a sociedade em seu conjunto seja afetada. O objetivo manifesto de obter as informações e a confissão é acessório em relação ao projeto final de aterrorizar e de submeter: o alvo é mais a coletividade do que a própria vítima. [...] A tortura é todo dispositivo intencional, quaisquer que sejam os meios utilizados, engendrada com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização pelo medo da sociedade governada (VIÑAR, 1992, p. 60).

Para além de prevenir a repetição dos abusos cometidos contra grupos que simbolizam direitos iguais, as memórias estabelecem outro tipo de interlocução simbólica com a sociedade. Almejam ultrapassar a honra da lembrança dos que se foram. Tencionam a provocação do olhar voltado para dentro de cada geração e experiência, fazendo o pensamento crítico sobre a história, fomentar a reação contra a violência e a opressão política. Lembremos que o grande mérito do momento do movimento era trabalhar e lutar pela igualdade.

Em tese, a política repressiva do período ditatorial, passou, porém, a constituição das memórias sobre esse período, ainda possuem limites sobre o esclarecimento de muitas atrocidades. Apesar do que muitos falam sobre não “ter havido ditadura” as dores sentidas pelos torturados precisa ser instrumento de luta e por sua vez não podem ser esquecidas. A história de contestação e a denúncia daqueles que se colocaram em posição de antagonistas, optaram pela resistência e pela oposição, ao fazerem opção por quebrar o silêncio e o esquecimento, reafirmam que o ato de lutar vale a pena. Por esta razão é de fundamental importância que as novas gerações tomem consciência desses fatos de um passado tão recente e se percebam interessadas e engajadas nessa luta.

CAPÍTULO II – DO APAGAMENTO DO CORPO AO ENTRELUGAR DA MEMÓRIA: OS USOS DOS MOVIMENTOS NA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA

“Meus mortos, eu não os pude contar, mas guardei-os, um a um no meu grito”.
Oswald de Andrade

Não é exagero afirmar que algumas ações desenvolvidas a partir do golpe militar no ano de 1964, compõem um cenário de terror no Brasil. Para uns, mais do que para outros. Perseguidos políticos, artistas, familiares que perderam seus entes queridos, precisaram buscar de acordo com as particularidades afetivas vividas, alternativas para resistir e superar o turbilhão de acontecimentos ocorridos entre os anos de 1964 a 1985.

Nessa segunda parte, o estudo se dedica a refletir sobre a maneira como a memória atuou no arbítrio de pessoas diretamente ligadas às vítimas de tortura do regime militar brasileiro. Para tanto, abordaremos também a importância de essas ações não incorrerem no esquecimento. Como destacou o historiador francês François Hartog, “a história nos une aos séculos passados e transmite o que nós somos aos séculos futuros.” (HARTOG, 2017, p. 12). Sendo a memória um importante elo para constituição das identidades e perpetuação de um povo, a união destas temporalidades a que Hartog se refere, impulsiona-nos a tratar sobre os fatos ocorridos na história do Brasil.

Isto posto, faremos considerações sobre o momento frágil vivido pela sociedade brasileira, apoiando-nos no trabalho artístico e performático encontrado nos bordados de Isaura Botelho, analisando-os como espaços para outras interpretações, que diferem da cultura do medo implantada pelos militares. Retomar a memória do lado oprimido, reproduziu e destacou a efetivação da memória dos mortos e desaparecidos no regime ditatorial. Assim como no capítulo anterior, falaremos da performance discursiva e o papel de liderança de outro sujeito social que desapareceu de forma misteriosa no contexto violento da ditadura. A narrativa desse líder, será trabalhada pelos trabalhos bordados de Isaura Botelho.

A forma de expressão por meio dos bordados, soma-se há vários outros que deram relevância a produção simbólica do não dito, dos silenciados. Apesar do fogo das armas e da tortura, exercerem um forte impacto na sociedade, meu argumento é mostrar que os afetos que levam nossos protagonistas a lutar contra o sistema, possui mais poder, força e determinação que qualquer arma disparada e tortura realizada. O que espero fazer, é mostrar que a memória desse período possa ser percebida para além do que a “memória oficial” sugere e reproduz. Em suma, viabilizar a memória

viva dos acontecimentos, com intenção de evitar que os resquícios da cultura do medo instaurado pelas atrocidades da ditadura, retornem ao país.

2.1 – OS NÓS DOS DRAMAS SOCIAIS NA ARTE E CULTURA: ASPECTOS DA RESISTÊNCIA DA CLASSE MÉDIA

Preocupações sistemáticas com a cultura da humanidade, têm sido objeto de vários estudos desde o século passado. De modo genérico, a cultura “diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade.” (SANTOS, 1949, p. 24). No tocante a esfera social, a existência humana, segundo o sociólogo pesquisador da cultura Edward Palmer Thompson (2011) é um “conjunto de crenças, costumes, ideias e valores”. Outra característica relacionada ao conceito de cultura, o autor afirma ser, o “padrão de significados incorporados nas formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 176).

Em contrapartida, a cultura evoca interesses multidisciplinares, pois é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Por isso, cabe ponderar que existem distintos conceitos de cultura, sobretudo, em seu aspecto semântico. Tomemos a cultura na França iluminista como conceito associado ao progresso, evolução, educação e razão. Cultura e civilização caminhavam juntas, evocando progressos individuais e progressos coletivos. Por sua vez, em dado momento, o povo alemão começa a discordar com o sentido de cultura dado pela França, caracterizando a cultura como um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.

Levando em consideração as variadas interpretações e usos do termo cultura, viabilizamos para este capítulo, os eixos que consideramos fundamentais para o entendimento de cultura, tais como: modos de vida que caracterizam uma coletividade; obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; desenvolvimento humano. Esses eixos são associados a ações ligadas a um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais.

Grupos sociais que por meio “da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”, (BOTELHO, 2001, p.2). Ideias e comportamentos resultantes de vivência particular, oriunda de uma cultura, para outra, cuja característica pode apresentar-se de forma diferenciada. Ou seja, o ser-no-mundo, seu modo privado de vivenciar suas experiências, permite-nos notabilizar os vínculos, significados e o proceder das vivências permitindo além do reconhecimento coletivo, arranjos de valores que oscilam de indivíduo a indivíduo. Assim, Isaura Botelho expõe seu bordado com

questionamentos que englobam o início de 1964 até o momento de 1973, propondo discussões fortuitas do cenário de repressão política militar

Esses vínculos, se manifestaram nas convivências, apesar de, se originarem na vida social particular de cada pessoa. Através da dimensão dos interesses estabelecadores de eixos sociais em comum, causas sociais são levantadas e objetivadas para os atos coletivos por meio da suscitação da afeição, empatia ou interesse. Ou seja, um parâmetro de ação pessoal de cada ser, passa a repercutir nas relações sociais das vontades de vários sujeitos. Nesse sentido, uma postura individual, possui o potencial de mobilizar várias posturas, que na perspectiva coletiva, influencia na transformação das relações humanas.

A ênfase especial dada a este capítulo, será dimensionada em torno de causas sociais, demonstradas por peças bordadas pela professora, autodenominada como “militante cultural”, escritora e artista, Isaura Botelho. Especificamente na esfera que compreende a divulgação, protesto e militância de causa social, por meio de objetos artísticos confeccionados a mão. Esses objetos, são tratados aqui, como recursos na ampliação do repertório de indagações sobre mortos e torturados no sistema ditatorial brasileiro.

O entrelace dos fios do bordado, aparentemente uma tarefa artesã com finalidades de ornamentação, se dedica a fiar a trama das experiências e desaparecimentos de muitos, reforçando a busca por respostas que o governo varria para debaixo do tapete. Cabe-nos esclarecer que, os objetos escolhidos foram bordados pessoais, colocados à mostra em exposições de Universidades, para contribuir com a ressignificação de um capítulo triste em nossa história.

Traçamos alguns pontos relevantes para retratar a performance da escritora e militante cultural Isaura Botelho. Sua teoria argumentada diante da “democracia cultural”, foi proposta no meio de produção que se esbarrava no paradigma do sistema autoritário brasileiro, cuja fundamentação partia do controle intimidatório, marcado por vários acontecimentos, que não se restringiram a um local específico. Sua postura, discutiu e relacionou narrativas de perseguidos políticos mortos e desaparecidos, através da arte, rumo a consolidação da memória, pela perspectiva artística.

Isaura Botelho Guimarães tornou-se doutora em Ação Cultural pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1996. O curso de Pós-doutorado foi concluído na França em pesquisas socioeconômicas na área da cultura. Gestora Cultural desde 1978, é especializada em planejamento e formulação de políticas públicas, trabalhando junto à Fundação Nacional de Arte (Funarte), à Biblioteca Nacional e ao Ministério da Cultura. Coordenou a pesquisa “O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo” no Centro de Estudos da Metrópole (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).⁶⁰

⁶⁰ Disponível em <https://www.cena.ufscar.br/isaura-botelho> em 28/11/2021.

Isaura Botelho define-se como militante cultural. Trabalha com as dimensões antropológicas e sociológicas, conceitos caros as ações articuladas e performadas na interação social e no plano cotidiano dos sujeitos. Neste trabalho, foram destacados, os bordados que confeccionou para questionar um modo de governar a nação que ocorreu em nosso passado.

Posteriormente ao período da ditadura, valeu-se de inferências subjetivas definidas por ela mesma em sua obra “Dimensões da Cultura: Políticas Culturais” e mostrou-nos como a “capacidade do homem de se exprimir, de se situar no mundo, de criar seu entorno e de se comunicar.” (BOTELHO, 2016, p. 20), pode ser potencializada para o cotidiano como elemento de superação. Isto posto, os bordados que serão aqui analisados, foram confeccionados por mãos de uma pessoa letrada, e carregam o viés da sua formação acadêmica e artística da autora. Isso nos permitirá reconhecer lastros de seu pensamento político em seu modo de costurar assuntos do passado de modo que eles enredem narrativas não escritas para nos contar sobre nosso passado.

Isaura Botelho, é pesquisadora por profissão e militante por escolha. O bordado produzido em período sombrio, assemelha-se ao labor de reorientação de sua vida, e a cultura é a ferramenta utilizada para capturar temas, sobre o domínio de um grupo incorporado para manter o foquismo da ditadura no país. Isaura pôde com isso, colocar em evidência, diversas identidades, portanto, viabilizou expressões de tempos diferentes, com resultados igualmente positivos tanto para os tempos passados como os tempos presentes.

Nesta direção, objetiva-se neste capítulo analisar os sentidos e significados de duas peças bordadas em 1973. Uma, com a temática principal que questiona a morte e desaparecimento de líderes e participantes do movimento estudantil e o outra centralizado no desaparecimento de um ente querido. Ambos, retratam a memória do desaparecimento do líder do movimento dos estudantes da Universidade de Brasília (UNB), Honestino Guimarães. Embora, tenha sido confeccionado em 1973, mesmo ano do seu desaparecimento, o meu conhecimento sobre os bordados, ocorreu pela leitura do artigo “Desconstrução do esquecimento” ocorrido na exposição da peça no “Memorial da Anistia” no Centro Cultural da UFMG em 2017.

As peças são instrumentos de contestação de temas questionadores sobre tortura e morte de pessoas de vários segmentos da sociedade na Ditadura civil-militar brasileira. Para atingirmos o objetivo de análise dos sentidos e significados dos bordados, procuramos identificar a percepção manifestada pela autora sobre o conceito de cultura, de dentro da academia para a sociedade, bem como, suas motivações. Assim analisar como a artista produziu simbólica e narrativamente diante da violência da ditadura civil militar (1964-1985) e de que maneira seus bordados ajudam na criação de uma memória coletiva para a justiça de transição.

Para tanto, é necessário destacar, que a problemática central da militância de Isaura Botelho em 1973, se dá por meio de militância de pessoa próxima, ligada ao movimento estudantil (UNE).

Para compreendermos esse processo, faremos a análise de três bordados elaborados por Isaura Botelho, bem como, textos, produzidos pela artista. Discutiremos a partir do conceito de memória coletiva e individual de Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Aleida Assmann, entre outros, a forma como sua narrativa se relaciona com sua arte.

É preciso salientar que a arte além de ter suscitado emoções, funcionou como contágio de reações por relacionar-se intrinsecamente com a vida de boa parte da população brasileira. Por isso a importância de entender o envolvimento sensível que exprime resistência é necessário, pois, uniu força e intencionalidade de romper com os padrões impostos pelo regime. Ao mesmo tempo, a artista faz uma intersecção de cultura e arte, como um instrumento de batalha contra a situação traumática de desumanização e violação aos direitos humanos. Para além, da estética, esses objetos artísticos foram inseridos no contexto político e social do governo antidemocrático ditatorial, e geraram grande impacto na sociedade brasileira da época no que se refere a busca de reconhecimento e direitos.

Esses objetos artísticos, foram trabalhados com a intencionalidade de gerar reações, bem como assimilação de ideias contra as ações do regime opressor. Se para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1969), o entendimento da obra de arte está reservado para os dotados de conhecimento, que lhe permite a real compreensão do bem cultural, por sua vez, o que existe no bordado de Isaura Botelho, é a possibilidade de apropriação do objeto presente. Isto porque, há nessa exposição artística, afetividade gerada em um cotidiano específico. Os afetos que partilharam no período de horror ditatorial, suscitaram compreensões capazes de expressar sentimentos e costurar *nós* soltos, outrora marcados por intervenções de ordem políticas sociais.

O processo cultural estudado na linha interpretativa de Bourdieu (1969), sobre o reconhecimento e a apreciação da arte, compreende a importância da acessibilidade desde a infância aos meios de cultura. Embora a arte tenha sido aberta para vários públicos, o filósofo argumenta que existe uma diferença entre apreciação, entendimento e apropriação da arte. Ambos, requerem desenvolvimento de competência para sua apropriação. Estas questões são de extrema importância para a mudança do lócus e democratização da arte. Entretanto, os bordados de Isaura Botelho nos oferecem um exemplar que, rompe com essa conceituação de cultura e a arte num lugar de privilégio.

O cotidiano em comum gerador da compreensão das obras de arte do estudo, deu-se em um momento de fermentação política em que os laços sociais estavam imersos em uma interação coletiva de dominação autoritária. Apesar do cenário se mostrar negativo às reações, esse momento é descrito pelo sociólogo Marcelo Siqueira Ridenti (2014), pelo fortalecimento e constituição do coletivismo que possibilitou a inserção das práticas culturais na sociedade latino-americana.

De acordo com Ridenti, entre as décadas de 1960 e 1980, houve emergência “das classes médias na política brasileira contemporânea, diretamente proporcional às dificuldades de representação das outras classes” (RIDENTI, 2014, p. 37). De tal forma, o propósito da elaboração

dos bordados, propiciou a representação e por consequência a comunicação entre as classes com os que tinham vivenciado as mesmas experiências e alcançar empatia dos que não viveram. A Arte foi confeccionada em um contexto de oposição à forma de submissão e dominação social, do processo histórico de opressão autoritária.

Além do mais, pairava no ar um certo romantismo revolucionário, fator que influenciou vários setores a resistirem politicamente.⁶¹ Essa fusão de ideias de acordo com o sociólogo Emir Sader, fez que artistas, estudantes, intelectuais direcionaram seus esforços e vozes para exaltar o “é proibido proibir” e “seja realista: peça o impossível”, mesmo diante da violência e do medo constantes. Essas iniciativas “demonstram a retomada da utopia como dimensão da transformação radical da sociedade capitalista numa sociedade libertária, solidária, humanista” (SADER, 1995, p.56).

Neste contraponto, onde inovações de ideias e ações para resistir se consolidavam e se tornavam viáveis, bordar tornou-se possível como ato de mostrar a si, e de interagir sociabilidades que pautavam a mudança social. Ao se bordar, é possível mostrar o que se sente, o que se pensa, da mesma forma que, ao dizer alguma coisa, ouve-se o que se diz. Estabelece-se uma relação entre o indivíduo e sociedade destacado pela emergência que a história tem em escancarar os efeitos da ditadura. Vale mencionar que ao tomar posse desta linguagem simbólica, a escritora, militante e artista estava assumindo seu comportamento político e ideológico.

O “mostrar-se fazendo” de Schechner (2009), reforça a ideia da ação cotidiana da vida em comum. Essas ações que podem ser tanto individuais quanto coletivas, ajudam a pensar e engendrar em seu espaço tempo, novas linhas sensíveis entre arte e vida, capazes de te se tornarem ações políticas bem elaboradas e possíveis. Nesse ínterim, incorporamos a ideia de Ariano Suassuna (1977) ao dizer que a arte “é legítima quando se engaja, quando se alista, quando se põe a serviço de uma ideia, de uma causa, quando desempenha uma função social educativa, tornando ideias abstratas acessíveis à massa”. (SUASSUNA, 1972, p. 128).

A definição de arte utilizada na pesquisa, se dará em torno das concepções estabelecidas pelos critérios configurados através da incorporação de narrativas históricas que a arte pode propiciar. Esta perspectiva é defendida pelo filósofo, crítico de arte, Arthur Coleman Danto (1981), cuja interpretação social pode ser historicamente fundada, contextualizando elementos materializados com ocorrências sócio-históricas. Para o filósofo “obras de arte são significados incorporados” (DANTO, 1981, p. 214). Portanto, a realidade que um objeto de arte pode conter, o potencializa como é gerador

⁶¹ “A iniciativa agitacional e organizativa, que sempre coube aos homens de teatro, notadamente aos grupos de esquerda. Note-se também que ao atingir as mais elevadas formas de luta – a greve e a passeata – a chamada “classe teatral” esteve praticamente sozinha, alcançando então uma unidade em si mesma que é um dado dos mais significativos. Áreas conservadoras do próprio teatro então se uniram aos setores mais progressistas, saíram de seu individualismo e de suas comodidades para empunhar faixas e cartazes nas escadarias do Teatro Municipal e até chegaram a enfrentar, com surpreendente destemor, um choque da polícia do exército”. GOMES, O engajamento é uma prática de liberdade p. 7

de afetividade e reconhecimento. Isso é possível graças ao engajamento de ações e afetos integrados à protestos⁶², bem como, a utilização do espaço público para lutar por causas do privado.

Foi através desta perspectiva da arte como representação que ligamos os bordados ao momento de tortura ocorridos na ditadura. Para que esta comunicação fosse eficaz com a sociedade, a artista, precisou dominar, controlar e transformar a experiência individual em memória, e esta memória em expressão, bem como, matéria em forma. A emoção foi indispensável, mas, foi preciso tratá-la e transmiti-la. O trato com as técnicas, recursos, formas, convenções foi necessário para concentrar os afetos em direção à intencionalidade de chamar atenção para as perguntas sem respostas daquela época. Com essa perspectiva alcançada, concordamos que a qualidade libertadora, advinda da coletividade, colocou um freio na indiferença e esquecimento acerca dos fatos.

Partindo desta contextualização, percebemos que, as reivindicações culturais contribuíram no processo histórico brasileiro. Trabalhos com eixos fundamentados no repúdio aos atos violentos, tortura e censura como os de Isaura Botelho, influenciaram largamente no processo de democratização. Ações de reivindicações espelhadas umas nas outras, articuladas com o drama social, que pedia “direitos”, “diretas” e humanidade, foram essenciais na luta de preservação da vida. Tecidos e linhas coloridas, contra tanques e fuzis.

A articulação de resistência adotado por Isaura Botelho, socializou diversos afetos, compreendendo, assim, um lugar de memória. Entretanto, esse lugar de fala difere do defendido por Pierre Nora (1984). De acordo com o historiador francês deve existir arquivo para que a lembrança permaneça. No caso de Isaura, o lugar de memória parte do arquivo, mas também por meio da performance do momento experienciado e que se faz novamente arquivo quando terminado o produto bordado.

Nesta perspectiva, os bordados, reforçam a dinâmica e o compromisso político que ocorre entre a artista e a realidade social de seu tempo. Ela explora a forma e o conteúdo de sua obra para caracterizá-la como um instrumento de resistência e de denúncia contra a situação política da época. Eleva as discussões sobre o conteúdo, e isto é de fundamental importância para se compreender os processos artísticos. O conteúdo e a forma, daquele contexto político e social era indissociável do estilo da artista, pois, a realidade social do momento era fator de identificação da artista e da sociedade, portanto, precisava ser mostrada, para ser pensada na afetividade coletiva. Aquele objeto

⁶² Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o projeto de uma entidade. No encontro, no Rio, os jovens criaram a União Nacional dos Estudantes. Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças da sociedade.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-80-anos-uniao-nacional-dos-estudantes-faz-historia-no-pais>. Acesso em: 03/03/2022. Fonte: Agência Senado.

físico e sensível foi formado por um gesto que incentivasse um apelo à razão, e que esta razão possibilitasse ação e decisão.

Os bordados foram criados e apresentados no intuito de mobilizar sensações suprimidas, desta forma, abrangeu o universo cultural, e corroborou com a causalidade política do momento, elevou a questão afetiva e sensível da memória das pessoas mortas e desaparecidas. A partir dessas premissas, os bordados existem por meio do uso e diálogo com as vertentes culturais e memoriais. Primeiro porque apoiam o acesso à cultura, e segundo por contribuírem no desenvolvimento do raciocínio crítico, fato este, que permite enxergar a tentativa que existia em 1970 de morosidade das resoluções de ajustamento das leis punitivas para as ações de tortura e violência.

A performatividade intermediada pela militante cultural ocorreu quando o governo interferia ideologicamente na padronização do pensamento da população, censurando e controlando os conteúdos deliberados por eles. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), foi criado em 1939 e garantia a centralização e o controle do governo federal sobre a forma de comunicação realizada no país⁶³. Apesar disso, atuou publicamente com sua expressão crítica aos sistemas e circuitos à repressão coletiva imposta pela ditadura militar. Isso reforçou a arte da resistência para romper com o controle do regime opressor. De um lado, aprisionamento, censura, exílio, torturas; de outro, posicionamentos em prol da democracia e defesa de direitos sociais. Este trabalho artístico representativo de experiências entremeadas, ampliou a dimensão da memória dos desaparecidos ao mesmo tempo, possibilitou solidariedade e construção de afetos. Ressaltou, indagações provocativas representadas pelos fios dos bordados, sobre as marcas visíveis e invisíveis de histórias que caminhavam para o esquecimento.

Os bordados foram confeccionados por fios lógicos, em uma sociedade que necessitava rememorar para reparar. Essa onda intensa de reparação já estava acontecendo principalmente nos ambientes universitários. A perspectiva de esquecimento que rondava o país começava a ser combatida por iniciativas que incentivavam o exercício do lembrar. A artista assumiu-se como sujeito político, projetando seu objeto artístico, em prol da ruptura entre o fato esquecido e o ato lembrado.

⁶³ O objetivo era explicitamente combater a difusão de ideias consideradas “perniciosas”: em um momento em que o comunismo começava a despontar como opção viável e a repressão ao movimento sindical se fazia cada vez mais presente, tornou-se necessário impedir o quanto possível a divulgação de tais ideais. O DIP também atuava como um propagador de cultura e informação “oficiais”, incentivando a cultura nacional em sua forma mais domesticada e fornecendo aos órgãos de imprensa as notícias que convinham ao governo.

O SCDP (Serviço de censura as diversões públicas) foi criado pelo decreto-lei 8462 de 26 de dezembro de 1945, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública, deixando a esfera imediata da presidência da República — durante o governo de Getúlio o DIP estava diretamente ligado ao presidente —, passando a integrar o conjunto de instituições policiais do estado. Este decreto pautaria durante décadas a atuação da censura de diversões públicas no Brasil, orientando os agentes responsáveis por sua aplicação e fornecendo embasamento jurídico para o veto, total ou parcial. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/136-censura-no-brasil.html>. Acesso em 10/12/2022.

Desta forma, sobrevivente e vítima coexistem através do fato experienciado. Isto significa que a narrativa foi desenvolvida por meio da ação de bordar. A produção artística comunicou e envolveu os participantes, propiciando as condições circunstanciais, espaciais e temporais para a interpretação do objeto. Está presente neste ato, a característica de performatividade do trauma, pois, a temática estabeleceu afetividade e empatia entre os envolvidos, por meio de outro suporte, permitindo o reconhecimento e compartilhamento da perda e do sofrimento de vidas. Nesse sentido, Isaura Botelho demonstra como as ações artísticas brasileiras tiveram um papel importante na construção histórica e social de um país com leis mais justas.

A intencionalidade na confecção desses bordados, demonstrava a leitura que a artista fazia da realidade, ao mesmo tempo, incentivava o exercício do lembrar a experiência individual e entremeá-la no coletivo. Ou como descreve a militante, brasileira, presa em cárcere uruguaio e torturada no período de ditadura civil-militar, Flávia Schilling (2013) “lembrar é uma das formas contemporâneas de resistir” (SCHILLING, 1993, p. 146). Desejo de trazer à tona algo que se encontra escondido. Em 1968 a necessidade de resistir, manifestar e protestar, foi um fator importante no aspecto de crítica social que envolveu diferentes setores da população, interessados na transformação social do país. Este período foi considerado pela historiadora Heloisa Maria Murgel Starling:

Os primeiros anos da década de sessenta correspondem ao que talvez tenha sido a mais intensa fermentação ideológica e política da história de um país que então se politizava – ou se ‘conscientizava’ para usarmos a palavra mágica da época. Existia uma vontade ativa e um sopro generoso de mudanças agitava o país. (STARLING, 1986, p. 19).

Contra uma série de arbítrios do governo autoritário, manifestações como a arte de vanguarda, que assumia o papel de ruptura e transgressão, tanto estética quanto comportamental, ganharam visibilidade inclusive com a arte que, como vimos, se exprime difundindo significados em meio a esta narrativa. As artes plásticas por sua vez, tiveram um papel relevante pois, desafiaram o conservadorismo do regime e a carência dos olhares convencionais sobre as representações do mundo.

A movimentação contra o cerceamento, exílio, desaparecidos, mortos por torturas, foi concebida com atos ideológicos, comunicados por estudantes, artistas, operários, políticos da oposição etc. Essa efervescência de reação contra a violência corporal e psíquica, rompe até mesmo com as diferenças entre classes sociais. O momento difícil em que todos viviam, transformou-se em fio condutor do desdobramento de ação política em ação coletiva, que visava, entre outras coisas, à ruptura do processo de silenciamento que a categoria autoritária mantinha.

O trabalho de apoio aos movimentos, passou a fazer parte do cotidiano dos grupos. Intelectuais e artistas sempre se reinventavam exercitando a criatividade, motivados a protestar contra a superestrutura montada pelo governo. Outra realidade que esses grupos tiveram que ser inseridos, foi a necessidade de ir para a clandestinidade. A inserção de familiares nesse meio, era inevitável, de

forma indireta, os familiares acabavam tornando-se partícipes do processo. As transformações na vida cotidiana mudam as interações e o espaço.

A ligação da representação do bordado e os afetos sentidos naquele momento, demonstra a força que o simbólico tem no real. Os fios carregados de lógica manifestam sentimentos latentes e as incongruências que o sistema procurava esconder. O bordado possui o método conectivo entre fios e afetos latentes. Essa conexão é de fato muito importante para inscrição do traço mnemônico e a formação da memória.

Como salienta o psicólogo Lev Semionovitch Vygotsky (1999), a arte, compreende uma categoria central, e como tal, é a técnica social do sentimento. Configura-se no envolvimento de todos os processos biológicos e sociais do sujeito. Logo “A arte é o social em nós” (VYGOTSKY, 1999, p. 21). O fato de haver violações contra os Direitos Humanos em plena ditadura, implica diretamente no processo de criação dos bordados. Isto porque, reação aos acontecimentos da vida pessoal se associam às reações ligadas aos fatos sociais da nação.

Ao discorrermos sobre essa perspectiva, percebemos o quanto a associação de acontecimentos individuais e coletivos acionados nas relações cotidianas, podem ser impulsionados por transformações socioeconômicas. Neste caminho, as ações protestantes contra a dor, repressão, censura, tiveram seu lado positivo, pois, direcionaram a sociedade para a escala comunitária, possibilitadora do bem comum.

Porém, segundo o jornalista escritor ítalo-brasileiro Elio Gaspari (2002) até o início de 1969, estima-se que, aproximadamente oitocentos militantes estavam envolvidos com a militância armada. Este dado, infelizmente, contrapõe-se com o lado positivo, todavia, também foi um lugar onde o cotidiano da política e da troca de experiência acontecia. Isto é, o cotidiano aconteceu de uma forma ou de outra. Seja, com arma em punho, letras de canções, cartazes em praças, salas de aula, pincéis, novelos de linha, partidos políticos, o protesto acontecia.

Tanto o lado positivo, quanto o negativo trazidos para a reflexão, demonstram o interesse por espaços formais mais participativos. Sobretudo, no que tange à participação igualitária de toda estrutura social. Do período ditatorial, surgiram diversas movimentações confluídas motivadas a pôr fim no regime ditatorial brasileiro. A identidade coletiva, por intermédio do sentimento de solidariedade, sensibilidade, empatia, permitiu essa coesão social, pois, gerou a identificação de pessoas de várias categorias pela mesma “causa”.

Acreditamos que no campo artístico, a identificação com a “causa” foi adquirida por elaboração da atividade coletiva ligada à atividade mnemônica. Atividade criativa concentrada na militância e com a memória na busca da materialização do sensível particular para o sensível público. Ou seja, transportou cumplicidade, e isto serviu de alicerce para o processo de pacificação social

fortalecedor da democracia. Essas ações foram relevantes para o processo de pacificação da esfera social e cultural. Os esclarecimentos sobre as atrocidades do período autoritário

Começamos por apreciar o bordado como arte, amparando sua essência na narrativa mimética fundada na esperança de auxiliar o vínculo com o movimento libertário de rompimento da tortura. Ademais, postular sentidos para o povo e restaurar sentimentos importantes entre os homens e a realidade cotidiana de modo mais político.

Desta forma, o agir coletivamente sustentou a disposição individual que cada um designa para o compartilhamento de situações semelhantes. Neste lugar, a condição de classe não interferiu, somente os sofrimentos, injustiças e violências sofridas são incorporados aos atos. Esses atos formam trajetórias políticas com os elementos sociais, racionais e emocionais de consciência, capazes de enfraquecer a “memória oficial” criada no Brasil. Além disso, o fortalecimento da crítica, elevando-a a um nível de comprometimento, é de fundamental importância para o afetar-se com o sofrimento que a ditadura imputava à sociedade.

2.2– MEMÓRIA, IMAGINAÇÃO, TRANSGRESSÃO E PRODUÇÃO CULTURAL CONTRA A TORTURA

A contribuição de Isaura Botelho, é ampla no campo da cultura, pois tornou algo ausente em presente. Isto é representação, a mesma representação trabalhada por Carlos Ginsburg (2001), que trata da realidade apresentada, e que passa a evocar a parte ausente. Assim, os significados dos bordados tomam o lugar da artista, no sentido análogo, através das atribuições de significados. Pois, eles evocam a memória dos mortos e desaparecidos, e ao mesmo tempo necessita que a ausência de atitudes do governo se torne presentes.

Além de ser propagadora da cultura por meio de suas pesquisas, percebemos a militância em seu bordado, pelo viés do conceito de “quadro social”⁶⁴, proposto por Maurice Halbwachs (1990), onde o filósofo sugere que, quando recordarmos, a lembrança é organizada e sustentada por grupos de pertencimento. Deste modo, as interações sociais que a sociedade vivia naquele momento, eram reais, no espaço, tempo e linguagem e se inscreviam no presente daquele coletivo. Assim, os bordados se aderiram ao processo social e foram incorporados pelos indivíduos.

Isto, nos permite reafirmar a existência da memória coletiva em seu trabalho, pois, a memória aqui, se insere em um campo de lutas e relação de poder, estabelecendo o embate entre o lembrar e o esquecer. Ao mesmo tempo, ao discorrer sobre o passado, apropria-se da reminiscência de um

⁶⁴ Memória construída através do mesmo fato coletivo. “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupa e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p.51).

“relampejo” Walter Benjamin (1985). O bordado, parte da premissa de lembrança dos desaparecidos políticos, cuja insistência do discurso opressor, quase perpetua-se no esquecimento. O ponto crucial é interligar arte e associá-la ao pensamento, e suas tênues e delicadas relações com o referido período histórico.

Reverbera assim, o comportamento de combate ao sistema instaurador da “nova ordem”. Fato que reforça outro cenário do Brasil, descrito pelo frade franciscano, escritor brasileiro Dom Frei Paulo Evaristo Arns, onde a “imagem do brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender, não corresponde ao registro da história” (ARNS, 1985, p. 53). Esse novo comportamento da sociedade, buscou moralidade pública, democratização do voto e dignidade nacional. Os movimentos de militância, reforçados por esse novo tipo de brasileiro, fomentaram formas de resistência contra o sistema opressor e representaram o estopim da agitação contra o governo.

Foi no panorama do ano de 1969 que iniciou-se o “slogan”, “segurança e desenvolvimento” fortalecido no governo de Emílio Garrastazu Médici⁶⁵. Lembremos, que esse período foi considerado desfavorável às lutas populares, pois a repressão e supressão das liberdades, desrespeito aos Direitos Humanos, cresceram em demasia aos opositores do regime. Milhares de cidadãos foram levados aos “cárceres políticos” (ARNS, 1985, p. 63).

Cabe destacar, que mesmo sob forte imposição governamental, esse enfrentamento teve índice de aumento legitimado, pelo confronto de estudantes, artistas, trabalhadores rurais e urbanos, empenhados na transformação das formas de poder. E isso é dado importantíssimo, no que se refere à mudança de postura política frente à ditadura. Essas movimentações de lutas e participação política do povo, foram fundamentais para futura abertura política do país.

Nesta perspectiva, os bordados estabeleceram uma relação mais consistente entre sociedade e política, e isto evoluiu para a revisão da memória histórica. Essa memória, permitiu que sujeitos mortos e desaparecidos tivessem sua trajetória reconhecida. A práxis dos envolvidos nesse processo de desconstrução do esquecimento nessa época a constituição de um público de consumidores cada vez mais extenso e socialmente mais diversificado, evocou a “desalienação” dos fatos ocorridos nos porões da ditadura. Ressalto, que essa desalienação pressupõe um trabalho de conscientização atribuído ao passado, utilizando a memória, portanto, uma “instrumentalização da memória”, conforme sugerido pelo filósofo Paul Ricoeur.

A realidade social e a articulação entre os aspectos macro e microssociais do período repressivo, interligam-se pelos personagens partícipes de uma geração politicamente engajada. Esse

⁶⁵ Foi o 28º Presidente do Brasil, o terceiro do período da ditadura militar brasileira, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Participou da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas.

Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/>. Acesso em 05/03/2022.

caráter interativo existente entre as esferas, proporcionaram reconhecimento e voz, fundamentais na postura crítica dos envolvidos. Toda essa pluralidade memorialística, sistematizou reflexos e esboços de comportamentos, concebidos da transmissão e interação social para a percepção e produção da ação.

Pelo exposto, constata-se que os bordados ganharam contornos nítidos contra a ditadura, além da dimensão cultural e da percepção que liga a imagem e a memória do passado para o futuro. Essa relação entre passado e futuro possibilitada pelo bordado, são duas categorias históricas estudadas pelo historiador Reinhart Koselleck. De acordo com ele, a história é capaz de analisar fatos que já foram articulados, e auxiliar com métodos e hipóteses a reconstrução de “fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que pode ser revelado a partir de vestígios” (KOSELLECK, 2006, p.305). Portanto, os bordados foram a conexão de passado e futuro com a memória que legitimou a resistência contra o regime no presente.

As mobilizações uniram pessoas no plano memorial, fazendo que cada um ao seu modo, percebesse seu lugar de fala e se engajasse em prol do movimento “fora ditadura”. Uma determinação social, que transcendeu os limites impostos pelo momento. O trabalho bordado foi atuante na reorientação de condutas, trazendo-as para dentro do mesmo entorno social. “todos jovens” (ISAURA, 1973). Esses comportamentos e condutas são considerados pelo psicólogo Frederic Charles Bartlett (1995) como práticas coletivas formadas por condutas modeladas no contexto social.

Percebemos, que, diante dessas condutas coletivas entusiasmadas, houve uma mudança na concepção da política do esquecimento. Essa caminhada reflexiva rumo à esperança de liberdade, endossou a abertura de espaço para que narrativas marginalizadas passassem a ser de conhecimento público e conquistassem a visibilidade que, até então era de total inobservância. A ação de denunciar, assumiu uma dimensão pública, portanto, também transgressora aos olhos da “ordem” estabelecida. Assim, setores da classe subalterna e da classe média, passaram a requerer que as práticas repressivas, fossem revistas pelo aparelho de Estado.

O esforço investido por parte da sociedade em ações para alcançar a relação social e democrática, a favor da liberdade, era visto, pela lógica do governo como transgressão. Toda e qualquer, ação de luta contra a coerção, era entendida como “ato transgressor”, isto acarretava, cada vez mais, restrições impostas pelos órgãos de segurança do Estado e conseqüentemente, os espaços de atuação da política legal⁶⁶ diminuía. Porém, mesmo estando sob forte vigilância, percebe-se que

⁶⁶ Entre 1964 e 1970, a ditadura militar criou um sistema reticulado que abrigou o vasto dispositivo de coleta e análise de informações e de execução da repressão no Brasil. O centro desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Centro de Informações do Exército (CIE) atuava simultaneamente na coleta de informações e na repressão direta e foi provavelmente a peça mais letal de todo o aparato da ditadura.

Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), foi criado em 1957 e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), montado em 1970. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Acesso em: 14/03/2022.

as ações reivindicadoras, sobretudo, as organizadas de forma coletiva, tendem a influenciar outros períodos.

Essa influência fortifica-se, considerando o caráter construtivo da memória. Lembrar e perceber são fatores primordiais do período em questão. Ou seja, o vivenciado durante o regime autoritário brasileiro, é percebido no momento da ação do ir contra. Posteriormente, o rememorar traz à tona os fatos acontecidos. Deste apanhado de estímulos sensoriais, surge a junção de momento vivido e papel social desempenhado pela sociedade que impulsiona a luta pela memória dos oprimidos.

Embora a conscientização seja importantíssima para o processo democrático, ela também pode exacerbar o comportamento dos inseridos, tanto nos movimentos sociais e militâncias, quanto nas lideranças que estão determinando as leis. O que ocorreu nesse processo de enfrentamento, foi a projeção do exagero e conseqüentemente as pessoas inseridas sofrerão de alguma forma. Neste patamar, como nos aponta o professor de história contemporânea Ricard Vinyes (2004) sempre existirá uma dor em processos de luta, pois, ela “faz parte da experiência histórica dos processos democráticos e há de ser conhecida por simbolizar a violação dos direitos das pessoas”.

Foi pensando nesta busca de direitos das pessoas, que nasceu a predisposição do cidadão para intervir na realidade ditatorial. A vontade de agir coletivamente, foi considerada, após a identificação dos adversários/antagonistas e fortalecido pelas metas das ações coletivas adquiridas sobretudo, após a assimilação da consciência política. Neste estágio, o grau de disposição dos participantes do movimento social, está correlacionado entre as metas e estratégias de ação do movimento. A reação e os sentimentos de injustiça, pedem soluções para o vácuo da eficácia política.

O projeto concebido por Isaura Botelho adotou a perspectiva memorialística, para chamar atenção e o reconhecimento das trajetórias terminadas em descaso dos sujeitos desaparecidos. Houve nesta ação, o reforço da evocação do sentimento de pertencimento reivindicado pela autora. Nesse sentido, o conceito de dever de memória empregado por Paul Ricoeur (2007), garante aos lembrados que este “dever” auxiliaria aos trabalhos do luto e da memória à noção do imperativo, trazendo à memória a sua transformação em projeto.⁶⁷ Entretanto, o “dever” de memória, mais adaptável neste caso, é o trabalhado por Vinyes (2004), que entende a memória como meio da experiência, que incorpora conhecimento às futuras gerações. Memória que permita a capacidade de transmitir a resignificação.

O bordado, trata de situações do mesmo período histórico, que coincide e sobrepõe elementos motivadores. Objetiva espaços de memória para os sujeitos que foram forçadamente silenciados, ao

⁶⁷ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: UNICAMP, 2007. p.77.

mesmo tempo que estimula a busca por direitos. Portanto, viabiliza novas discussões, contra o discurso hegemônico da ditadura. Tratando o bordado como uma abordagem historiográfica, houve, em seu eco, a ressignificação de uma classe transgredida.

Isaura Botelho (2016) sustenta que para se ter uma consciência política de ressignificação, é necessário ter consciência política, a partir da integração da pluralidade da cultura, bem como sua democratização e diversidade. Neste sentido, “adotar um conceito ampliado de cultura de forma a abarcar os afazeres e saberes populares” (BOTELHO, 2016, p. 57), é o diferencial para o sujeito operar ativamente sua construção de significados e seu nível sociocultural e ampliar seu repertório. Cabe ressaltar, que esta teoria, é questionadora da corrente dominante centrada na política cultural do país. Esta afirmação sobre consciência política foi feita posteriormente ao período em que o bordado foi confeccionado, entretanto, destaco que esta consciência política que ressignificou a sociedade brasileira, teve suas raízes naquela época.

Botelho, enfatiza a importância da interação entre os aspectos individuais e os aspectos sociais, destacando a necessidade de política pública voltada ao combate da desigualdade social na cultura. Entretanto, essas formulações pautadas, pelos símbolos, ideias, ideologias, valores, códigos culturais, esbarravam nas perseguições políticas caracterizadas por prisões, torturas e censuras, o que resultava em clima de instabilidade, insegurança com represálias punitivas para atividades militantes.

A partir da construção da resistência, o passado pôde ser reapropriado e os vários personagens com seus desfechos e verossimilhanças de suas trajetórias, orientaram o coletivo na formação consciente politicamente de seu papel de cidadão. Nesta realocação de sentidos, existiram pessoas que viraram mártires, que morreram em nome da causa. Trazer a presença desses ausentes, é dar continuidade a resistência que eles começaram, e ao mesmo tempo transformar o sacrifício de cada um, em símbolo da democracia. Esse processo, promoveu também a inserção de uma cultura de não aceitação das violações, lembrando que isto depende não apenas da institucionalidade, mas da sociedade como um todo.

2.3 – MEMÓRIA VISUAL E SIMBOLOGIA HISTÓRICA NA REPRESSÃO

Por meio do individualismo moderno, as práticas culturais, como a arte, escrita, pintura etc., ganharam terreno nas sociedades ocidentais. Por se tratar de ações subjetivas, fragmentadas e ordinárias como suas próprias vidas, tais registros com todas suas especificidades, podem guardar significativo valor como documento histórico. Embora, em cada ato exista uma concentração sobre sua própria vida ou de outros, eles podem remontar também, à emergência desse indivíduo nas sociedades.

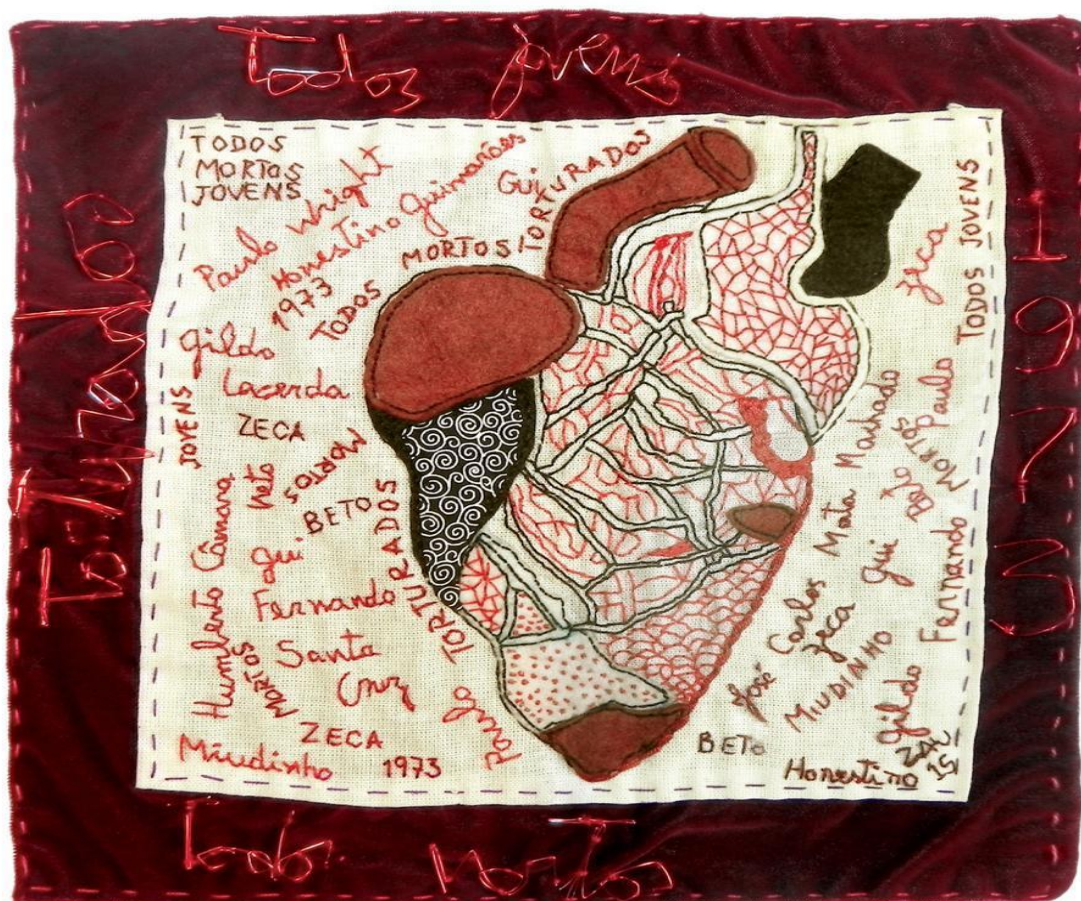
Dessa maneira, a emergência que existia em 1968, era aumentar as formas de lutas contra o sistema autoritário. Tal emergência, possibilitou a aparição de sujeitos coletivos que se utilizaram da experiência do cotidiano para propiciar a criação de símbolos visuais, a partir da associação de ideias críticas contra o sistema.

A imagem abaixo é um exemplo de simbologia, utilizada para reconstruir a memória daqueles que se foram por lutarem contra o sistema. Traz consigo as características próprias que proporcionam unidade e coerência às subjetividades fragmentadas do todo social. O bordado⁶⁸ produzido por Isaura Botelho, assume uma linearidade discursiva estruturada em uma lógica de início, meio e fim. É sutil, à primeira vista. Mas ao olhar pela segunda vez, percebemos que o bordado atua em virtude dos desaparecidos.

Deste modo, é um trabalho de contínua transformação, pois, exercia a função de uma atividade constitutiva dos sujeitos desaparecidos. O bordado produziu a indignação diante de tantas mortes, o que instigou a investigação e reparação, algo que era essencialmente ético para todas as pessoas que vivenciaram a mesma atrocidade. Na direção apontada pela artista, existe um contexto relacional espaço-temporal, que recorda e revive essas vivências, através do olhar crítico e epistemológico da memória coletiva da repressão no Brasil. Ademais, na imagem, a representação dos desaparecidos, interage o processo de semiose com a dimensão histórica do período.

Figura 6 – Bordado de desaparecidos políticos (1973).

⁶⁸ Peça exposta no Memorial “Desconstrução do Esquecimento: Golpe, Anistia e Justiça de Transição”, no Centro Cultural da UFMG. Disponível em: <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/o-golpe-ainda-e-agora/>. Acesso em: 28/02/2022.



Fonte – Isaura Botelho

A narrativa do bordado foi construída por Isaura Botelho tomando como referencial sua própria experiência. Assim sendo, essa prática de si, para o outro, pode evidenciar com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, decorrido por uma sucessão de acontecimentos. Percebemos uma carga de afetividade transmitida nos bordados, por mencionar nominalmente alguns mortos e desaparecidos. Contém neste ato, a habilidade em se fazer do corpo ausente, presença em outros lugares e de outros modos.

Ademais, ao se trabalhar com uma temática tão sensível, a artista agrega o questionamento sobre quem é o Estado para discernir os critérios e autorizar torturar pessoas em exercício da liberdade de expressão? Fica nítido, no bordado, a existência de abuso de poder, auto representado pelas vítimas de tortura. Outro aspecto que chama atenção, é o fato do protagonismo estudantil no bordado, pois, todos os citados eram vinculados à classe de estudantes.

A postura da militante de aspecto político, possuía valor argumentativo pois, fazia mediação da interação da cultura e a tradição de cada um. Esta intermediação foi diretamente reproduzida no discurso da consciência política quando passam a procurar os direitos jurídicos. Essa atitude orientada em desmascarar o senso comum que justifica o sistema explorador e opressor, procura emergir o que

muitas vezes é ocultado da sociedade. Ademais, oportuniza a contraposição da “memória oficial”, ao acenar para questões circunscritas que envolvem experiências de contraste aos interesses do Estado ocupado pelos militares.

O exercício do bordar mistura-se ao contexto político/social/cultural fazendo um ato empírico que demonstra preocupação e inconformidade com o rumo que a política caminhava, ao mesmo tempo permitia uma relação da performance com o espaço e o tempo. Da tortura para a reflexão incorporada pela fundamentação dos pontos. O relato esboçado nos pontos do bordado é metáfora de uma realidade violenta e assustadora, assim como a fragilidade daquele momento de crise. Os pontos traçados possuem frente e verso, e isso significa que eles comunicam uma mensagem nada agradável do período disforme e caótico. Todavia, reforçam a ideia de se criar parâmetros menos absolutistas e autoritários.

Imersos em uma geografia dos afetos, a mensagem exposta pelo trabalho bordado é uma ponte para a sensibilidade no campo social e político, e portanto, um convite para reflexão e comunicação sobre os papéis que a sociedade e governo precisam exercer. Tal comunicação, parte da premissa da existência de uma política estável, com exposições ampliadoras de um leque na esfera social, que comporte a multiplicidade de ressignificações. Sabe-se que cada um canaliza e distribui a intensidade do acontecimento ao seu modo. Mas, o percurso vivenciado por Isaura Botelho, produz interações e reflexões que tem por base a cultura democrática.

Outro Aspecto importante do projeto é a celebração da “Memória”, que expande às iniciativas políticas de reparação individual, sinalizando um processo de reflexão e aprendizado coletivo, alimentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitiram a emergência de olhares plurais. Nesta perspectiva, foi articulado nesta ação, performance e contexto, o que acarretou desdobramentos positivos para propor novos modos de sensibilização em favor da liberdade de expressão e cultura. Neste caso, a corporificação e performance do acontecimento, foi um exercício que mantinha viva a memória dos ausentes.

Neste lugar de fissura, a artista problematiza delimitações e fronteiras de aspecto público com os aspectos de sua vida pessoal. A reflexão que os bordados apresentam, são amplas e apresentam várias possibilidades de captação e interpretação de uma realidade na vida social e o lugar nas representações e sistemas simbólicos. Entendemos, então, que historicizar aquele período, foi de suma importância para fortalecer as relações daquela época, e ao mesmo tempo nos proporcionar olhar para esse passado e continuar o exercício de libertação, contra qualquer meio dominante.

Sobre essas importantes observações, tomamos as formulações da cientista social Maria Sylvia Porto Alegre (1998), que nos apresenta as relações na modernidade quando nos alerta que, o caminho “entre magia, arte e política parecem mesmo aumentar à medida que entramos na modernidade avançada, com o tremendo poder alcançado pelo uso das imagens sobre a mente e o

comportamento humano” (PORTO ALEGRE, 1990, p.79). Enfatizando as práticas artísticas como uma conexão que permite ressignificar o presente através da análise do passado, caracterizamos o bordado, como um acontecimento que torna aquele momento sempre parte do presente e, portanto, precisa sempre ser compartilhado no coletivo em colaboração e cumplicidade.

Observemos que há no bordado a transcrição de vários nomes, alguns deles aparecem de forma repetida. Percebemos o forte lampejo do passado trazida pela expressão de resistência, praticada por pessoas que não se submetiam à mídia e as medidas impostas pelo governo. Todos os nomes bordados simbolizaram a vontade de manter a memória viva. Podemos inferir que o bordado ocupa junto a Isaura uma convergência de vozes, de cenas e imagens que saíram do metafísico e transformou-se em objeto questionador dos momentos vividos pelos perseguidos políticos. Esta sintetização de ideias possibilitou a capacidade de promover a experiência estética para o coletivo, e ao mesmo tempo, pôde ser promovido como fenômeno social amplo, como salienta o professor costarriquenho Ignacio Dobles Oropeza, pois:

Se hace necesario superar el individualismo metodológico y examinar la memoria cultural, las identidades sociales, las luchas, resistencias y “redenciones” en las tareas culturales de la memoria, así como los marcos en que se elabora, socialmente. (DOBLES, 2009, p. 38).

A estética presente no bordado está no formato de coração, o que simbolicamente remete aos afetos. Tangencia os aspectos políticos e sociais levando-os para o cotidiano de muitos que partilhavam das mesmas emoções. Nesta perspectiva o bordado da figura 6, possui dois espaços que caracterizam duas formas de percepção dos afetos. O olhar da autora que o produz, e o olhar de quem o recebe. Estas tratativas dialéticas, de quem faz e quem olha, remetem aos interesses culturais e políticos de ideias e desejos nascidos e gestados da experiência partilhada daquele período. A construção de posicionamentos e militâncias, nesse caso, resultou em entendimentos peculiares sobre o contexto e o contato da subjetividade com a objetividade, e vice e versa.

Desta forma, podemos refletir que os momentos vividos pelos sujeitos partícipes do mesmo tempo histórico ditatorial, são capazes de recriar sentidos e significados, com narrativas que reforçam a existência da tortura e ao mesmo tempo colocar em discussão a importância das políticas reparatórias. Se trata, portanto, de discutir o contexto vivido, inscrito no real, nos corpos e nas memórias. Podemos também considerar estas manifestações como “específicas” intermediadas por um grupo de sujeitos que buscam a possibilidade de transformação, aqui performadas em linhas e tecido.

Temos dois enunciados, o primário localizado nas bordas, “torturados, todos jovens, 1973”. e o secundário centralizado no bordado. A relação entre a afirmação estabelecida nas bordas com o meio, atua como chave de leitura do processo de descrição do momento autoritário. Independente da ordem, primário e secundário em função do momento endurecido pela ditadura civil militar brasileiro.

Esta forma de análise, consistia em um reflexo da cultura e mentalidade de uma parte da sociedade que marcava uma época.

Desta forma, entendemos, que as manifestações culturais podem ser vistas, como o resultado de um processo interdisciplinar, que compreende a identificação e interpretação da obra de arte na sua totalidade. Este processo, foi a priori reconhecido pelos historiadores da arte, Abraham Moritz Warburg (1866-1929) e Erwin Panofsky (1892-1968). Para ambos, interpretação e valores simbólicos, fornecem as bases para a interpretação posterior. Além disso, toda expressão artística valoriza a libertação dos corpos, as subjetividades dos afetos e outras sinergias coletivas. Nesse sentido, as obras de arte são tratadas não por elas mesmas, mas como produtos que possuem lastros com seus fazedores e com os processos vivos que mobilizaram sua existência em lugar e tempo específico.

A luta contra as formas de subjugação do governo, corporificava afetos e se movia para a libertação do “ser” pois, tinha como elemento fundamental a ação cultural com ênfase na vida. Cabe pontuar que o bordado em nosso ponto de vista é entendido como um feixe de relações que permitem o diálogo entre partes distintas, aproximando-as e distanciando-as do mal-estar característico daquele momento negativo. Por esse viés, a complementação da borda com o meio, são contextualizados com os acontecimentos do período e documentos oficiais da organização da Comissão Nacional da Verdade. Referenciando tanto o bordado quanto as demais fontes, identificamos os nomes de: Honestino Guimarães; Fernando Santa Cruz; Paulo Wright; Humberto Albuquerque Câmara Neto, entre outros. São líderes estudantis e militantes da Ação Popular (AP)⁶⁹ perseguidos e presos durante a política impingida pela ditadura.

Discorrendo sobre a arte de Isaura Botelho vê-se que ela está sempre retomando por meios dos fios, acontecimentos históricos. A memória desses acontecimentos é retomada para o coletivo, e isso se dá, dentre outras formas, com performances participativas que criticavam as representações das políticas relacionadas e a forma que o país estava sendo conduzido. O aparecimento do bordado, é uma performance pública que fortalece a militância. Ademais, as memórias existentes no bordado, expõe afetos do particular para o público, pois Honestino Guimarães foi casado com Isaura Botelho.

Narrar o narrado por meio do bordado, indicou que outros olhares, diferentemente daqueles que normalizavam a violência e as convenções cristalizadas, foi dinamizado pela memória a partir da sua representação. O olhar compartilhado através do objeto (bordado), implicou na formação de um processo transformador de pensamentos em imagens e ajustou essas imagens à uma mudança de

⁶⁹ Em 2013 se comemorou os 50 anos de fundação da Ação Popular (AP). Ela teve importante papel na história da esquerda brasileira desde o período anterior ao golpe de 1964. Sua trajetória é bastante original. Nascida, fundamentalmente, pelas mãos de jovens cristãos socialistas – que procuravam um caminho alternativo entre o comunismo e o capitalismo –, em pouco tempo transformou-se numa organização revolucionária marxista-leninista. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/historia-da-acao-popular-em-2013-se-comemorou-os-50-anos-de-fundacao-da-acao-popular-ap-ela-teve-importante-papel-na-historia-da-esquerda-brasileira-desde-o-periodo-anterior-ao-golpe-de-1964-sua/>. Acesso em: 28/02/2022.

comportamento de parte da sociedade. Uma espécie de remodelação do sistema repressivo, intermediado pelo processo cultural em que foi produzido. Uma ação capaz de colocar algo não apreensível na dimensão da linguagem.

Esta nova linguagem que ganhou forças no século XX, foi fortificada pela intensificação da literatura de testemunho. Essa nova consolidação de linguagem propiciou uma abertura para os trabalhos de memória. O que temos com o trabalho de Botelho, configura-se na ampliação dessa linguagem para a luta de Estado contra não Estado. Trata-se de uma montagem de pontos que dimensionam experiência individual com outras, pertencentes ao mesmo tempo. É um objeto de transmissão indicador de peripécia unida e focada em esforço para mostrar o real da estrutura política autoritária vigente.

O testemunho neste caso, é dado pelo objeto de arte fabricado. Notemos, a existência do real, entrelaçada nos nomes dos mortos e desaparecidos. A representação da dor, perda, tragédia, luto, passa do real para a memória, e é transmitida pela figurabilidade expressiva da forma captável do bordado. O retorno do sujeito representado pelos nomes bordados, se dá sob a forma da lembrança que vai além das paredes das famílias enlutadas. Faz presente o ausente. Nesse sentido, os bordados não narram simplesmente os acontecimentos passados, eles acabam por construir significados sobre uma determinada realidade social que está presente na memória coletiva atual. Trata-se, de uma representação da realidade social e do diálogo com a memória coletiva. Como nos diz o historiador Roger Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990. p.17).

Entendemos o bordado como uma forma contemporânea de prática e de representação social dos anos de chumbo porque manteve diálogo com a memória coletiva. A memória que se destaca, funcionou como catalizadora, ou melhor, como impulsionadora de outras memórias, que emergiram entre o dizer de quem bordou e o silêncio de quem foi desaparecido. Considerando a interação entre prática e representação com a memória coletiva, Chartier afirma que:

[...] as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e "performances" simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de "estilização da vida"; finalmente, a "presentificação" em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1994. p. 8.).

A intervenção do bordado, propõe-se a dismantelar o mecanismo de controle do Estado, ao mostrar que, o poder do dominante fere e invade o direito e a dignidade dos dominados. A estratégia de ação montada, via objeto artístico, foi e continua sendo fundamental para a sociedade acessar

situações políticas históricas e transformar imagens em uma forma captável de representação. Ao abarcar a memória por meio da pluralidade, a resistência quebra o enclausuramento imposto pelo poder e a circulação das novas ideias libertam-se do controle.

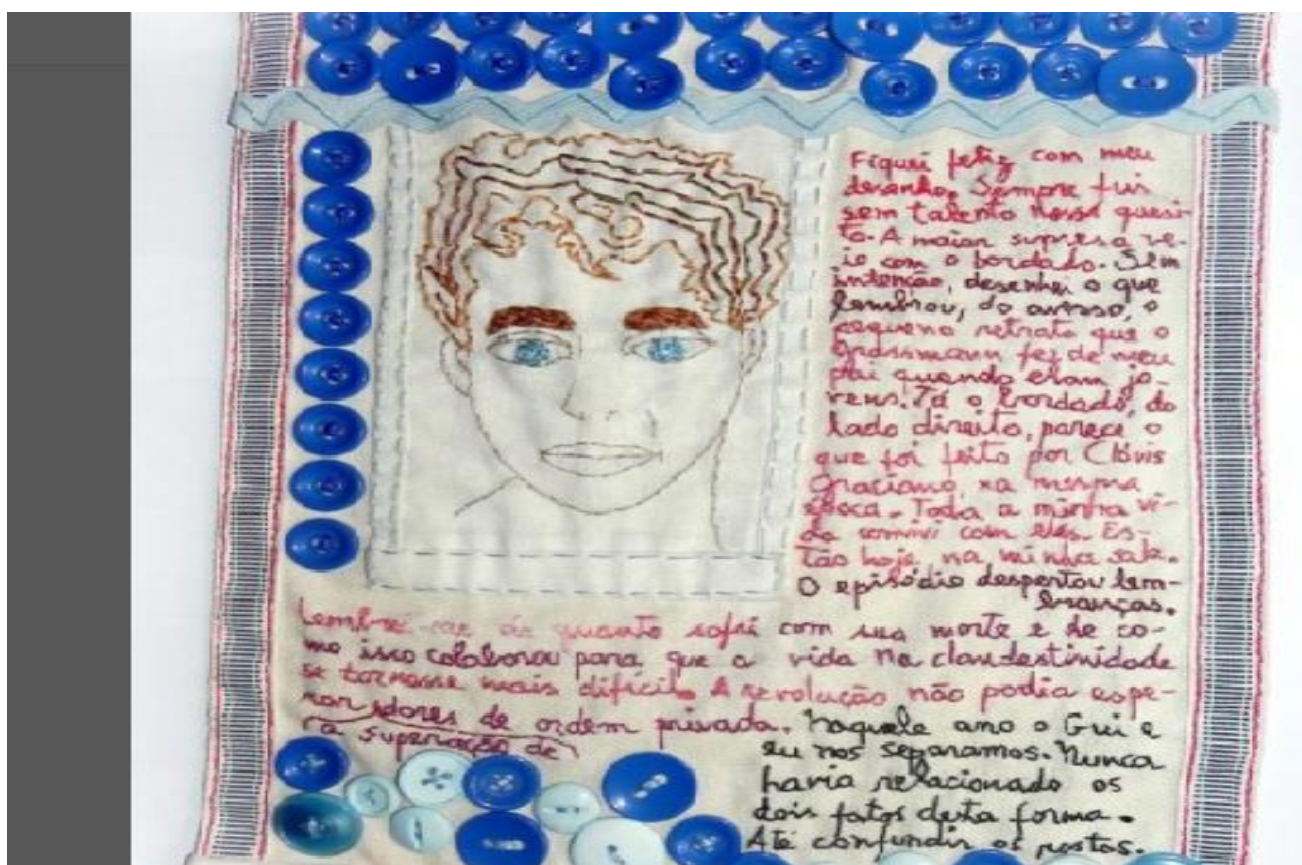
Desta forma, corpos e mentes escapam das estruturas cristalizadas da esfera do poder. Esta é a proposta da memória como uma geradora de mudanças. Memória social, geradora de ações culturais voltadas às reparações do passado. Foco na construção de alternativas, não se deixar apreender, e se relacionar como os fios conectados nos bordados, que se formam para mostrar representações e iniciativas sociais que viabilizam sanar as lacunas deixadas pelo Estado.

2.4 – BORDANDO HISTÓRIA, NARRANDO MEMÓRIAS: ESPERANÇA COMO ATO DE LIBERDADE

Procuramos, até aqui, através de voltas e mais voltas, apertar sinuosamente o cerco das memórias que caminhavam para o desfecho do esquecimento, descrevendo-as nas ações coletivas, performadas por sujeitos sociais, inseridos no contexto brasileiro do domínio militar. E é na direção de fazer presente, o ausente, que surge o recurso de mostrar o rosto, na tentativa de reivindicação de justiça, nascida do desespero ocasionada pela perda repentina, arbitrária e brutal. A memória do icônico, está posta e relacionada ao que afirma a historiadora Sandra Pesavento, quando nos diz que a: “presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.” (PESAVENTO, 2001. 9-15).

Uma vez que a imagem se inscreve numa cultura visual, fica fixada a existência da memória visual. O rosto do desaparecido, passa a dar suporte e ao mesmo tempo, estabelece relação do lembrar das vítimas contra o silenciamento que pairava. Vemos, o realismo entre os bordados. Ambos, retratam as fases da linha de continuidade que a artista viveu. O primeiro bordado, leva em conta ao menos três aspectos: consciência de crise, um novo olhar sobre o esquecimento/silenciamento e um primado sobre as vítimas. Isso, criou a necessidade de um novo olhar para o passado e fazer com que ele fosse reavivado, por meio dessas imagens, incentivou a punição daqueles que os fizeram sofrer

Figura 7 – Honestino Guimarães



Fonte: Isaura Botelho (Honestino Guimarães)

Note-se na figura 7 que, apesar de descrever uma tragédia pessoal, também traz uma carga sensível com palavras que se justapõem ao sistema político brasileiro da época, onde a autora lançou mão de um elemento que dialogou com o campo político. Esse elemento político mostrava o panorama de vulnerabilidade da sociedade. A “tese” do bordado, transmite ideias assinaladas por preocupações com o rumo social caótico e desagradável que o país vivenciava. O bordado pôde ser adaptado de caso particular para público porque, foi aprendido e assimilado pela artista de forma a dialogar e transformar-se como objeto mobilizador de causas semelhantes. O terror despertado pelo solene sentimento de tristeza experimentado pelos mesmos sujeitos diante da fatalidade da morte, é demonstrado, pela ação de transfundir na peça o brilho misterioso e enigmático da forma e pela reflexão que ela remete.

O personagem de olhos azuis no bordado é Honestino Monteiro Guimarães, nascido em Itaberaí-Go em 1947, foi membro filiado à AP (Ação Popular) cuja organização era de origem católica com forte presença no meio estudantil. Em 1966, foi líder do centro acadêmico do curso Geologia e a Federação dos Estudantes da UNB (FEUB). “Em agosto de 1968 foi preso na invasão ao campus

da UnB com outras sete lideranças estudantis. Arrancado da sede da FEUB, permaneceu preso até novembro. Nesse intervalo, acabou expulso da universidade.”⁷⁰

Figura 8 – Identidade Estudantil



Fonte: Acervo Honestino Guimarães

Figura 9 – Honestino Preso



Fonte: Outraspalavras.net

Em meio aos anos de chumbo, o líder atuante na história recente da política brasileira, Honestino foi crítico contumaz ao regime autoritário. Com seu jeito articulado e assertivo, participou ativamente como líder do movimento estudantil reforçando e legitimando a luta contra a ditadura militar. Em tempos de AI5, suas ações eram arriscadas, pois, conduzia debates em torno da importância da democracia e da promoção do desenvolvimento cultural. “A vida é amar, é o coletivo sobre o individual, é o movimento e o progresso em tudo. Mesmo que seja difícil ser visto. O resto é antívida.” ⁷¹

Inserido neste contexto, o líder do movimento formado, sobretudo, por estudantes com estratégias de autonomia política, ressaltou a importância de um país politicamente democrático. Utilizava esta relação com o movimento estudantil para incitar a reflexão sobre a questão da resistência como necessária para remar o barco em direção a liberdade de expressão e o reestabelecimento da democracia.

O personagem que estamos fazendo associação do bordado de Isaura Botelho e do militante atuante da UNB (Universidade de Brasília) é construído a partir das memórias e de narrativas de

⁷⁰ Disponível em: https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/03/CV_UNE_Relatorio_1_Honestino.pdf. Acesso em 20/05/2022.

⁷¹ Citação extraída do documentário “Honestino”, sob direção de Maria Coeli, produzido em maio de 1992.

pessoas que foram ligadas diretamente a ele⁷². Isto corrobora com a memória em Halbwachs, que nos diz que “tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais” (HALBWACHS, 2017, p. 71). Tal teoria se fundamenta com a do filósofo Paul Ricœur, onde: “o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos” (RICOEUR, 2012, p. 17).

Para a intenção aqui proposta, consideramos importante trazer à tona as memórias da atuação política do líder estudantil, com intuito de resguardar a memória dos seus feitos, ao mesmo tempo nivelar os excessos da “memória oficial” e a tendência ao esquecimento da tortura e desaparecidos políticos. Ademais, o personagem descrito no bordado, participa respectivamente da memória individual da artista bem como, da memória coletiva do país. Logo, além da artista, compartilhar as duas modalidades de memória, também aproxima lugar e contexto social, através das lembranças de sua vida pessoal.

Damos destaque a conceituação de rememorar entre bordado e realidade, porque ambos estão ligados pela imaginação criadora artista e, também pela técnica utilizada. Os pontos que interferem na formação do rosto no bordado, são os mesmos que fazem ligações entre o pensamento crítico e realidade social discutida por Honestino Guimarães. Assim, os atos de memória, como fonte de reconstrução do passado, são aspectos centrais no processo de historicização e redemocratização. Esta seria assim uma espécie de campo intermediário, de elemento de ligação entre a parte material do trabalho bordado, e o ofício da profissional que desenvolve o papel importante da “dimensão da cultura”.

Também existe um sentido prático, de captura do real no trabalho produzido por Isaura Botelho, uma mensagem decifrável pois, conserva ato e gesto que se complementam. Produz mensagem de função social na teia da cultura, na medida em que tece novas ligações que conclama a memória acerca dos desaparecimentos e mortes. Do ato, objetiva-se, o nascer do resultado. O gesto, “opera a produção dos efeitos capazes de provocar a modificação”⁷³. O rememorar do passado, então, começa a ser elaborado, “realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente e”, com objetivo de lembrar “dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos” (GAGNEBIN, 2009, p. 105).

⁷² Livro “*Paixão de Honestino*”, publicado pela Editora UnB, por Betty Almeida, militante estudantil que acompanhou o homenageado durante a década de 1970. Nesta obra, ela recupera a trajetória do líder que se notabilizou na luta pela liberdade e na oposição à ditadura militar.

⁷³ Observações feitas sob o ponto de vista de Roland Barthes na sua obra “O óbvio e o obtuso” (1990).

Entendemos que dentro deste ato, consiste a memória como reconstrução e preenchimento dos espaços vazios entre individual e coletivo, onde a lembrança perpassa pela ideia de coletividade que mesmo em momento de repressão, houve muita coragem para expor aquelas violações. E isso, foi possível, devido a capacidade de enfrentamento que os sujeitos adquiriam dia após dia, na luta contra a morte a favor da vida. Apesar da morte estar evidenciada, nota-se também a fundamentavam na sensibilidade que alinhava corpo, movimentos de protestos.

O saber fazer que permeava os bordados, guardavam através de sua técnica camadas de memórias inscritas no corpo da artista, que foram expressas através do movimento de suas mãos na confecção dos objetos. Produziu linguagens que revelaram a dimensão simbólica que informava acerca do tempo e as condições nos quais foram produzidos. Problematisa a violência ditatorial com uma linguagem que produziu signos e sentidos à sua experiência, bem como, à dos familiares dos desaparecidos por meio da sua função política.

Temos aqui duas inovações. A primeira se refere ao fato de associação de uma arte manual como a do bordado ser exposto em uma instituição, visto que, esse ofício era praticado por mulheres no contexto doméstico. Um saber transmitido pela oralidade e por pessoas do passado. Segundo, foi possível vinculá-lo à um contexto político, abarcando o discurso de grupos negligenciados da história oficial. Neste sentido, a arte de resistência dos bordados confeccionados por Isaura Botelho, tornaram-se também um meio de divulgação da cultura popular, que não advém somente da, e para à cultura erudita, mas, evidencia a função política e social ao dar visibilidade e guardar do esquecimento memórias e direitos de uma nação.

Nesse sentido, a estética do bordado também contribui para uma inteiração com o interlocutor a partir de uma ideia de passado aglutinada no suporte das mensagens. O que suporta as mensagens acerca de memórias performadas do período militar, é um procedimento familiar, artesão e tradicional. A apropriação destas formas familiares, se tornam presentes na memória do espectador, e as ausências e invisibilidade daqueles que pereceram às mãos da ditadura, restaurando assim a identidade apagada.

Para Isaura Botelho, a prática artística, foi entendida como forma de tornar tangível uma ideia conceito, e consciente de denunciar, já que ambos convergem num duplo apelo de luta e superação. Primeiro ao evocar mais uma vez o desaparecimento de Honestino Guimarães, e expor seu processo de cura, já que, através da arte, há uma espécie de cicatrização das feridas infligidas ao tecido social.

Embora, para a artista o bordado prefigura-se como uma forma de suturar as feridas sociais que permanecem abertas no presente, Isaura menciona no segundo bordado, que a luta pela liberdade era maior que o luto individual, afirmando que: “A revolução não podia esperar dores de ordem privada.” Nesse sentido, quando Botelho fez o bordado, ela o reconhecia como um processo de luto

e sofrimento individual e não coletivo. Entretanto, uma vez exposto ao público e convencionado que o luto e sofrimento não eram exclusivos de Botelho, o bordado ganha uma dimensão social coletiva.

Neste exercício de colocar sua dor em segundo plano, Isaura, convocou o universo das vivências quotidianas, e priorizou as relações entre a esfera particular e os mecanismos de repressão do Estado. Deste modo, podemos dizer que houve da parte da artista a resiliência, que sintetizou a necessidade de, através da arte, desenvolver uma atitude crítica, cívica, ativa, representativa e reconstrutiva que, permitiu uma reflexão em torno da memória histórica recente.

Assim, experiências unificaram performances de corpos e ideologias que transformaram radicalmente a significação da cultura na era militarizada. Isso, devido a importância e centralidade adquirida, tanto na vida econômica, quanto na social, por terem se tornado foco nos enfrentamentos individuais que a sociedade levou para o espaço público da discussão. Até então, a cultura era vista com importância secundária e limitada, até mesmo subestimadas. Este estado de coisas, muda quando as demandas em favor de um país democrático e livre do autoritarismo impulsionou tantas pessoas a saírem da alienação em entoar em uma só voz, “abaixo a repressão”.

Por várias partes do país, surgiram movimentações como: passeata dos cem mil no Rio de Janeiro, greves do movimento operário dos metalúrgicos do ABC, Mulheres, negros, indígenas, estudantes, operários, camponeses, intelectuais e jornalistas, entre outros, protagonizaram a resistência civil, cada grupo com a sua pauta de reivindicações, mas, todos contra a ditadura e a tortura, representada por seus líderes. Existia uma variabilidade de pessoas que aderiram ao confronto com o governo, distinções de pautas, e intensificados em umas regiões mais que em outras, mas interconectados por pessoas com sobrenomes conhecidos na mídia e por não conhecidos também. O que ressaltamos é, que cada um conhecido ou não, atuou de forma fundamental no processo de mobilizar uma indignação social referente ao modo como os militares conduziam a administração e política nacional, contribuindo assim, para o processo de finalização da ditadura.

Tanto no contexto brasileiro, quanto em outros países da América Latina, as lutas e os movimentos de efervescência cultural, e levante popular, foram de fundamental importância no reconhecimento de tornar os gestos feitos nestas múltiplas reivindicações em reconhecimentos possíveis. Neste sentido, esses gestos e comunicações, de acordo com a professora de comunicação e artes Christine Greiner, conduz-nos para a ideia imprescindível de que “para se tornar identificável, é preciso manter a comunicabilidade” (GREINER, 2010, p. 40). A comunicação exercida por esses “vários líderes” espalhados pelas regiões, foi um entrecruzamento, perigoso e contínuo com risco de prisão e obscuridades de tortura que ocorriam naquela época.

Os corpos das performances das torturas, se apresentavam com várias intensidades e subjetividades nos porões espalhados pelo país. A ação era anunciada em diversos espaços e reverberava em várias direções, provocando diversas reações. Especificamente no caso de Honestino

Guimarães, (figura 7) as ações eram voltadas para o público estudantil. Seu lugar de identificação era ativo no espaço institucionalizado da Universidade e isso foi muito importante na comunicação com outras resistências do país. Esse reconhecimento existente entre os partícipes dos envolvidos nos movimentos de acordo com o historiador literário Paul Zumthor foi, “a identificação” capaz de unir expectador-ouvinte para personagem atuante.

Entendemos que, a memória naquele período, foi alvo de disputa, visto que havia um processo de "esquecimento" forjado e legitimado por uma "memória oficial". Por isso, as questões trazidas para este trabalho, reforçam que as mudanças políticas e culturais impelem o fim do esquecimento e do silêncio e trazem à tona o passado que incomoda. Bem como nos alerta Maurice Halbwachs:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência, se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiram apenas em estado de informações históricas, impessoais ou despojadas? Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda a sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram, por sua vez o cedro dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos. (HALBWACHS, 2004, p. 71).

É nesta valorização da capacidade dos grupos de se locomoverem no espaço e no tempo, que obtemos um avanço no reconhecimento da justa memória. As performatividades da memória contida no bordado, contribuíram para uma memória que também se pretende oficial, uma memória que se pauta na ideia de resistência e indignação com o período em que os militares estiveram no poder, pautado basilarmente nos processos opressores que resultaram em centenas mortos e desaparecidos. Ou seja, contribuem para informar às gerações futuras, que quando o pensamento militar invade o espaço público, reduz-se as possibilidades de diálogo e diferença (de opiniões, de gênero, de classe e de raça), e aumenta as interações de caráter repressivas, golpistas e intolerantes.

O fato dessas movimentações contrárias ao sistema autoritário, terem sido tão efervescentes, reforça a necessidade que o governo militar tinha de manter o pensamento crítico e autonomia de ideias no controle ou na medida do possível, eliminadas. Esse comportamento condiz com o que diz o historiador Jacques Le Goff, pois “apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das máximas preocupações das classes e dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1991, p. 134). Portanto, sempre que possível, fazer a ressimbolização dessas memórias mantendo-as afastadas da esfera da memória manipulada.

Por meio da ligação construída por Isaura Botelho através da cultura e arte, estendemo-nos até a militância de Honestino Guimarães, nos fornecendo um entrelaçamento entre a memória privada e o campo do social, permitindo a possibilidade de reconhecimento e existência de uma memória coletiva. Como ressalta Ricoeur, “ao lembrar-se de algo, alguém se lembra de si” (RICOEUR, 2007,

p. 107). Temos assim, através destas zonas de atração entre memória atribuída ao singular e outra ao plural, a perspectiva de continuidade e relação mútua entre essas duas vertentes memoriais, e assim lançar a possibilidade de existência de pontes para pensarmos que a memória deva ocupar um lugar de matriz na história.

2.5 – O DESLOCAMENTO DA AÇÃO, A ARTE DE SAIR DE SI E NARRAR SUA PRÓPRIA EXPERIÊNCIA

O movimento de bordar é repetitivo e cansativo. A dor produzida pelo vai e vem das linhas causam um certo desconforto para os dedos. Uns dedos se cansam mais que os outros dependendo do formato que se quer dar à peça. Assim também são os movimentos de enfrentamento. Alguns se cansam mais do que outros. Desaparecem, morrem, e ainda outros sobrevivem para testemunhar. O valor simbólico de quem está no labor do bordado já está ali no pensamento na lembrança.

Entretanto, o que faz com que a ação do entrelaçamento dos pontos não se torne exaustiva, é a conotação que se forma em volta dos desdobramentos mecânicos, pois o resultado adquire rosto, e esse rosto confere outros sentidos afetivos, que se convertia na realidade violenta que a artista vivenciou. Há uma sensibilidade na captação de cada memória que compôs o emaranhado de afetos recriados por intermédio do objeto.

Iniciativas como as da artista e militante Isaura Botelho, somadas as pesquisas levadas a cabo ao longo da última década sobre indivíduos, grupos e instituições diversas, possibilitou a liberação de fontes sobre o período e o fortalecimento do regime democrático. Graças a estas iniciativas individuais e coletivos, temos hoje uma compreensão mais ampla do regime militar e dos fundamentos do autoritarismo brasileiro.

Este novo cenário vislumbra o esforço da reconstrução de narrativas passadas, conforme a concepção de Andreas Huyssen, onde passa a ser permitido ao país “assegurar a legitimidade e o futuro das suas políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado” (HUYSEN, 2000, p. 16-17).

Assim, o direito a ter direito que Isaura Botelho incentiva, versa sobre a absoluta reparação do crime de tortura e resolução por parte do Estado nos casos de desaparecimentos. “Todos mortos jovens”, ou seja, o direito à vida e de não ser submetido à tortura, sobretudo, direito à memória e a verdade, foram as questões chaves levantadas por ela.

Diante desta mentalidade de memória social e coletiva, acreditamos que o direito à memória e à verdade vem se estabelecendo, através dos exercícios de memória, numa perspectiva ampla de dever de memória. É neste processo que poderá vir à tona a verdade ou a explicitação dos fatos

ocorridos na ditadura militar brasileira, relativos às ações das forças repressivas, civil e militar, e sua grave violação dos direitos humanos. Partimos da convicção que é preciso ter sempre em conta que a memória produziu e produzirá impacto no presente e possibilidades para o futuro, como é o caso do fortalecimento da democracia de que tratamos.

A preocupação que Isaura Botelho nos passa sobre as vidas torturadas e perdidas, descritas no bordado leva-nos a reflexão sobre a maneira cruel que o militarismo atuou no Brasil. A emergência da temática levantada por ela, provoca também a emergência de novos e diferentes formatos de memória. A memória capaz de mover os discursos. Existe naquele momento a necessidade de percorrer a produção de memórias da ditadura militar brasileira, especificamente, as memórias da resistência àquele regime.

Os aspectos pertinentes a essas memórias resistentes apontam para a política de memória, denotando o desenvolvimento de uma cultura da memória, que persegue o esquecimento e o silêncio, difundindo sobre o direito à verdade e o direito à justiça, os direitos fundamentais e essenciais para sociedades que vivenciaram experiências traumáticas. Os estudos de Maurice Halbwachs sobre a memória social, são caros para esta abordagem. Sobre o entrelaçamento da memória com discurso Halbwachs aponta:

[...] quando nos lembramos, nós partimos do presente, do sistema de ideias gerais que está sempre a nosso alcance, da linguagem e dos parâmetros de referência adotados pela sociedade, ou seja, de todos os meios de expressão que ela coloca a nossa disposição, e nós os combinamos de modo a encontrar seja tal detalhe, seja tal nuance das figuras ou dos acontecimentos passados, e, em geral, de nossos estados de consciência do passado. Mas essa reconstrução nunca é apenas aproximada. Nós sentimos que existem elementos pessoais de nossas impressões antigas que não podemos evocar por tal método. Há um vazio na impressão que mede o defeito de adaptação da compreensão social às condições de nossa vida consciente pessoal do passado. (HALBWACHS, 1994, p. 25).

A reflexão a ser pensada e repensada sobre a mensagem do bordado, é que, além de compor a memória de um período, também foi utilizado como meio de expressão e como tal, criou marcas indeléveis que contribuíram na afirmação na verdadeira memória social. Assim sendo, não podemos esquecer daqueles que se inscreveram neste período, agindo, resistindo e lutando por um outro Brasil com melhores condições sociais, com desenvolvimento de políticas humanitárias e igualitárias. Claramente, existe um caráter heroico nas ações e determinações descritas em quem está no bordado, e em quem o cria.

Podemos afirmar que a memória é a forma encontrada pelos indivíduos de lembrar uma presença do passado. Para tanto, decorre que a memória é uma seleção que representa o passado, e que não se limita ao que o indivíduo isolado lembra, mas alcança uma dimensão maior, devido ao fato de que todo indivíduo está sempre inserido em atos heroicos e num contexto familiar e social. A memória que Isaura Botelho resgata daquele período histórico ditatorial, assim como no capítulo

anterior, também deixou as marcas dos “lugares de memória”. Pierre Nora, nos indica claramente que os “lugares de memória”, são:

A forma extrema em que subsiste uma consciência comemorativa em uma história que a reclama, uma vez que ela a ignora. É a desritualização do nosso mundo que faz aparecer a noção. Ela secreta, traça, estabelece, constrói, decreta, sustenta pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente conduzida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, com isso, o novo sobre o antigo, o jovem sobre o velho, o futuro sobre o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os objetivos testemunhais de uma outra era, as ilusões de eternidades. De onde o aspecto nostálgico desses projetos de piedade, patéticos e glaciais. São rituais de uma sociedade sem rituais; sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares em uma sociedade que organiza os particularismos; diferenciações de fato em uma sociedade que tende a conhecer apenas indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1997a, p. 28-29).

Entendemos que o bordado seja uma das formas contemporâneas de representação da realidade social e do diálogo com a memória coletiva, constituindo-se também, em lugar de memória. Até por fazer parte do universo cultural a que temos acesso, assim como a música, a literatura, a pintura. A Universidade deu visibilidade mais recente a sua iconografia e com essa abertura no meio acadêmico, a peça passa a adquirir um estatuto de fonte histórica.

Os bordados podem ser realizados de forma manual ou por meio de máquinas. As peças utilizadas em nossa pesquisa foram feitas manualmente. Com a escolha pessoal dos traços, tamanho, com cores de tons sobre tons e aumento de tonalidades para chamar atenção para os detalhes. A conotação que predomina no bordado está enviesada na arte como liberação emocional, dos fatos violentos ocorridos anos de chumbo. Portanto, os bordados de Isaura constituem o viés relacionado com o seu meio social e político. Inserida naquele meio violento, Isaura criou o bordado, se baseando no mesmo preceito que a professora Rosa Maria Blanca, considera o ato de bordar. Segundo ela, o exercício de bordar é:

Frente al racionalismo instrumental de la contemporaneidad neoliberal, podemos percibir que el acto de preservar, custodiar, traspasar y construir como bordar va más allá de la técnica. Se constituye dentro de procesos intersubjetivos y de identificación. Se trata de un conjunto de prácticas que (re)construye sus propias reglas, estéticas y dimensiones acientíficas. Una forma de doblarse en el tiempo. (BLANCA, 2014, p. 29).

Este conjunto de práticas infere um tempo humano, onde, existe a tentativa de reverter a desumanização do sistema. O bordado é uma ferramenta advinda da experiência do local que necessita de mudanças de pensamento e comportamento, para assim alcançar a inovação da humanização. Sendo assim, esses bordados utilizados para reivindicar justiça, também serviram como suporte da relação afetiva com o espaço e o tempo e proporcionou novas formas de enxergar o mundo através da experiência da artista. Ademais, com um papel mediador cultural, os bordados adquiriram o papel partícipe na ressignificação da cultura do ódio pela cultura da justiça.

Destaco as características que tornam o bordado ferramenta de luta contra a invisibilidade social, pois, ressurgem para reivindicar e, consciente, tece um discurso sobre resistência. É parte

constituente de uma narrativa de um movimento político e social criados por agulha e linha. O discurso começa no pensamento e parte da palavra ao ponto. Na perspectiva política o padrão que rege as peças consiste em reconhecimento imediato de providências do governo, para solução dos desaparecidos e mortes.

Acerca da forma referenciados nos dois bordados, o plano de fundo é composto pela textura do algodão cru, tecido mais utilizado no contexto do bordado livre contemporâneo. Os bordados, apresentados, manifestam ideais relacionados à resistência e perda de uma pessoa próxima. Os demais signos compostos por linha e botões representam sua memória das características físicas de Honestino Guimarães. Além disso, a imagem composta por um coração na figura 6 representa a dicotomia entre a racionalidade e o afeto.

Os pilares do contexto do bordado foram representados através da cor vermelha, salientando o simbolismo do sangue do coração, se entrelaçando aos nomes dos desaparecidos bordados na lateral. Além de mostrar o simbolismo da violência, a cor vermelha também se relaciona com a militância da resistência daquele cenário, representadas pelos partidos de oposição à ditadura militar como, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). As bandeiras dos respectivos partidos, são em sua maioria compostas pela cor vermelha.

O destaque da cor vermelha, reflete valores importantes na amplitude da luta contra o sistema que reprimia os direitos individuais, censurava os veículos de comunicação, bem como, o ir e vir, e fazia uso velado da violência. Portanto, para além de uma cor primária, o vermelho na época se relacionava aos movimentos políticos de emancipação financeira e liberdade e oposição ao sistema.

Nesse sentido, o bordado não se pretende como um inocente afeto individual, ao contrário, ele se filia à uma grande epistemologia que articula um discurso de recusa, crítica, resistência à ditadura em seu tempo, como recurso discursivo que faz uso da memória como forma de informar o presente, para que no futuro, não nos esqueçamos das consequências de um governo que burla ou adere a pensamentos militares.

Consideremos, pois, que sob a perspectiva social, o percurso histórico percorrido pelo bordado foi de resistência. A relação das peças com sua criadora, são como, repositórios das memórias, representado por sua relação afetiva com a temática que o envolvia. É o entrelace de superação pessoal com a emergência social que a sociedade enfrentava. O que se pode ser absorvido a partir deste estudo histórico dos Bordados de Isaura Botelho, é que a arte, por mais tradicional e simples, podem atuar de forma positiva na mudança social e política de um país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articulação dos (Nós) da (des) razão na nova discursividade

A lembrança do passado não é simplesmente recordar os acontecimentos ou se reportar a um tempo pretérito, anterior ao presente da lembrança e conformidade ao curso da cronologia. Quando o tema a ser lembrado diz respeito as memórias da ditadura civil-militar no Brasil, o fazemos em um tempo presente que nos convoca a pesquisar e estudar esse passado para compreendê-lo, ou melhor, para ouvir as vozes do passado que ainda ressoam na atualidade. E isso envolve direta ou indiretamente, um processo de debate político sobre nosso passado coletivo, uma vez que, envolve um período marcante da nação brasileira.

Para contribuir com esse exercício de lembrar, o percurso investigativo aqui proposto, aproxima o comportamento no movimento político e no bordado de resistência, para nos auxiliar na compreensão não da ditadura em si, mas no papel social de pessoas de vivências diferentes e principalmente dos relatos e narrativas históricas que contribuem para concorrer sobre as lembranças que marcam o período. São elencadas significativas marcas temporais dos seus modos de vida e a articulação com seu meio. Para isso, o corpus de análise do período foi, a eclosão de posturas dissonantes, de corpos, linhas, discursos, plásticas, representações de pessoas que se dedicaram a denunciar, criticar e combater o projeto de sociedade pleiteado pelos militares, apesar da dedicação do governo militar brasileiro de tentar controlar e oprimir a sociedade para manutenção de seu poder.

Nesse sentido, junto com a censura e a coerção, convivia o combate à essa mesma censura e coerção, realizada por pessoas vivas em seu tempo e que arriscaram suas próprias vidas para tensionar a sociedade em busca de existências que fossem mais democráticas. Com o endurecimento da ditadura, fez-se necessário criar meios de expressão capazes de trespassar os censores. Os personagens centrais desta pesquisa, nos evidenciam práticas que expressam o poder das performances culturais nesse processo de multiplicar os movimentos oposicionistas a situação sociopolítica de caráter opressor, nos lembrando que rememorar consiste não apenas em fazer lembrar o passado no sentido de uma justiça, mas principalmente, em explicar para as gerações precedentes à ditadura, as consequências dos horrores quando o aparato estatal é gerenciado por posturas e epistemes conservadoras e com caráter autoritário.

A sociedade estava à mercê das tragédias que marcavam o descontrole do aparato do Estado no regime arbitrário e de exceção, como demonstra a psicóloga em educação, Chiara Ferreira da Silva Fustinoni:

(...) a Ditadura Militar, com armas voltadas para seus próprios irmãos de pátria, deixou um legado sombrio, cujo efeito pode ser compreendido como per-dura-dor, aquele que não deixa que a violência, o sofrimento e a dor sejam elaborados. Essa dor reincide no trauma causado pelas torturas, pelas mortes, pela ocultação dos cadáveres dos militantes, nomeados desaparecidos pelos militares e que compreendemos como desaparecidos-mortos, por não haver seu retorno.” (FUSTINONI, 2019, p.3).

Este momento tenso, produziu olhares dispostos a abraçar questões importantes e traçar contundente ação política, pois, reverberava urgência em denunciar os abusos sistemáticos que ocorriam. Os desaparecimentos, não eram reconhecidos, e a oficialidade da morte e a ausência do corpo, aumentou a necessidade de processos de luto. A prevalência da negação da violência, produzia o silêncio ensurdecedor. Por isso, a necessidade de reconhecimento reuniu alguns significantes que precisavam ser compartilhados, o qual viabilizou a elaboração simbólica do vazio sentido.

Assim como a linha escapa da agulha, o controle do governo começava a escapar em várias partes do país. E, enquanto o controle dos militares se enfraquecia, na tentativa de recuperar as linhas do sentido humanitário, nossos personagens, elaboravam a partir de movimentos, palavras e gestos,

que ressignificaram esse contexto turbulento em que viviam. Pessoas que desarticularam o sistema ideológico que fanatizou e controlou uma parte da sociedade, usando escassez e a inquietação como algema.

O tratamento desumano dado aos opositores do sistema, gerou empatia e a coragem para expor a verdade e correr riscos, ao escancarar algo que insistia em ser ocultado. Os fatos discutidos aqui, são registros que se opuseram às políticas do apagamento. São casos trazidos para a formação da materialização da memória. O intuito foi de transformação da estrutura por meio do coletivo e do afeto. Os discursos e os debates de ideias chamaram para a consciência uma mesma lembrança que foi abordada em momentos e formas diferenciadas, fato, que dependeu de como o grupo ou o indivíduo precisou se comunicar.

No entanto, o fato de se articularem em diferentes momentos e se apresentarem em temporalidades distintas, não torna a memória inverídica, pois a interpretação do passado também depende de como o presente se coloca e do que se pretende para um futuro com determinado discurso. Assim nos assegura o teórico da cultura Jann Assmann na sua afirmação de que: “a memória cultural é complexa, pluralista e labiríntica: engloba uma quantidade de memórias vinculantes e identidades plurais distintas no tempo e no espaço, e de essas tensões e contradições extrai sua dinâmica própria.” (ASSMANN, 2008, p. 47-50).

A imaginação e a criatividade de ambos, os fizeram andar por vias de contorno contra o horror e a violência. José Porfírio utilizou em seu lugar de fala, o discurso simples de um camponês, as palavras aprendidas na escola rural, serviram para tornar fértil o território simbólico. Nos bastidores da cidade, Isaura Botelho tecia, o que o Estado destecia. Se utiliza das linhas coloridas e os tecidos, para bordar e materializar as marcas da violência do Estado. No campo ou na cidade, na arte, ou no discurso político, foi possível se expressar, e assim acompanhar o rastro da memória.

Os elementos que os identificam são: história de perda, violência e trauma. E a forma que eles encontram de denunciar, é convocar uma comunidade de ouvintes para o reconhecimento daquilo que se passou. Nesse sentido, a potência dos encontros de interesses, enquanto formação de uma comunidade, demonstra como os “nós” são especialmente importantes nos contextos, nos quais o ato de luta se constitui em uma forma de resistência.

Esta identificação que unia milhares de pessoas a engajar-se na luta, fortalecia a perspectiva que esses atores sociais buscavam. Perspectivas de transformações radicais, no campo político e social. Digo “radical” por se tratar de uma luta contra as autoridades que diziam atuar dentro lei, protegidos por atos institucionais. Neste sentido, qual memória prevalece, a “oficial” da camada implantada pelos militares, ou a camada dos cidadãos brasileiros que militaram em seus locais de

estudo e de trabalho? Para evitar que as memórias sejam negadas por uns e celebradas por outros é importante que os fatos passem pelo uso comedido da “justa memória”⁷⁴.

Aqui estamos diante de um exercício de transmissão de memórias e afetos, e uma descrição de um embate entre a memória e o esquecimento. Embate entre memórias traumatizadas em corpos vitimados pela tortura e da nova política de produção de uma intenção de esquecimento em nome da convivência pacífica. Esta política do esquecimento, que engendrada pelo processo político de transição democrática, em conchavo com os altos escalões dos governos militares de Geisel e Figueiredo, pelo receio de todos em razão dos ressentimentos. Essa foi a artimanha da política da memória do pós-ditadura, que somente começou a ser desvelada mais recentemente, quando da criação das Comissões da Verdade e do consequente desvelamento das atrocidades cometidas até então. Vale dizer que, se feridas foram abertas, entre derrotados e vencidos, ao menos tais comissões permitiram a alguns vencidos o direito ao Luto.

Outro ponto a ser considerado é, do ponto de vista dos processos de insatisfação com o regime militar, como a tortura e o desaparecimento, percebemos ser um elo que aproxima pessoas de classes distintas. Mas, se os nossos personagens estivessem atuando no lugar um do outro. Isaura, mulher, branca, no campo. José Porfírio, homem, camponês, bordando. Será que a força de coerção do regime sobre eles, seriam as mesmas? Ambos poderiam atuar e resistir da mesma forma? Sabemos que os afetos não mudariam, pois, segundo Spinoza, os afetos se aplicam igualmente à mente e ao corpo.

Convém destacar, os ofícios que os homens e as mulheres exerciam eram bem diferenciados naquela época. Tradicionalmente segundo a pesquisadora Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das Chagas “as artes têxteis, e em particular os bordados, parecem ser o caso de objetos ‘naturalmente atrelados ao fazer feminino’”. E de fato, a história do bordado está estreitamente relacionada com a história das mulheres (CHAGAS, 2007). Tomando por base, esta vertente sobre o ato de bordar ser um ofício ligado as mulheres e levando em consideração o fato de o militarismo ser de base conservadora, que supostamente defendia “a moral e os bons costumes”, digamos que José Porfírio, bordando nos anos 1960/1970, não seria bem-visto.

Por outro lado, Isaura Botelho protestando no Estado de Goiás, não seria uma prática incomum. Inclusive, as mulheres davam suporte ao movimento camponês. Todavia, se tratando de ditadura civil-militar, de acordo com a historiadora Susel Oliveira Rosa “as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor. Transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra a ditadura e transgrediam ao romper com os padrões tradicionais de gênero ao ocupar o espaço público e a arena política” (ROSA, 2015, p. 319).

⁷⁴ Conceito trabalhado em “Memória, História e Esquecimento” pelo filósofo Paul Ricœur. Denota a promoção da justiça entre aquilo que deve ser lembrado e aquilo que precisa ser esquecido;

O regime militar prendeu, torturou, matou e exilou, homens e mulheres, mas, com as mulheres diferenciava-se por existir a violação sexual, a violência mais pessoal do corpo. Conforme a escritora Maria Amelia de Almeida Teles, “embora sejam graves violações de direitos humanos de homens e mulheres, são praticados de forma distinta quando se trata de violações de direitos humanos das mulheres” (TELES, 2015, p.507). Esta violação era, sobretudo, motivada pelas relações de poder baseadas na condição de gênero e na coisificação do indivíduo.

Também cabia a mulher o papel de erguer sua rebeldia contra o sistema, e isso acarretou técnicas sistematicamente utilizadas adquiriram um caráter específico em relação às mulheres. E com isso, podemos afirmar com segurança, que todos os envolvidos com o processo de lutas de resistência à ditadura civil-militar, sofreram perseguições políticas e, não raro, graves violações de direitos humanos em larga escala.

O que se pode perceber é que, nesta relação nascida entre o sistema brutal ditatorial e os grupos organizados para dissolvê-los, formou-se um emaranhado de “nós” de afetos. O entrelaçar de memórias que foram surgindo pelas experiências e formas semelhantes na sociedade. Uma dimensão afetiva, construída pela descrição do cotidiano em comum. Os afetos estão diretamente ligados nas reflexões proporcionadas pela incursão nos domínios da memória, como constata a pesquisadora Elizabeth Jelin, pois “abordar a memória envolve referir-se a recordações e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Há um jogo de saberes, mas também há emoções. E há ainda vazios e fraturas” (JELIN, 2002: p. 19).

A dimensão da narrativa afetiva foi reconstruída por indivíduos que experienciaram o Regime Civil-Militar e assim, transpuseram suas experiências para um fazer histórico, ressignificando as memórias por meio dos afetos. Houve nos casos que tratamos, o aprendizado de se mover, construir uma história em comum, mas, com suas subjetividades. Nesse sentido, através dos traços de personalidade desses indivíduos, pudemos ouvir os ecos das vozes daqueles que emudeceram. Com a astúcia própria à lógica de governo, José Porfírio de Sousa e Isaura Botelho criaram mecanismos bifrontes, capazes de trazer algum alívio e esperança aos familiares, ao mesmo tempo diminuíram o distanciamento do acesso à história. Para atingir o governo e ir além das aparências, articularam os atributos do pensamento, memória, recordação, narração com os aspectos da realidade.

Desta forma, se inscreveram nas lutas em torno dos direitos humanos, sobretudo, na emergência de coletivos paralelos aos processos políticos instituídos aos movimentos sociais. Emergiram, seus saberes críticos sobre a violência de Estado, desbloqueando a circulação dos afetos mnêmicos. Afetos estes, que naquele momento se encontravam frágeis e vulneráveis em meio a uma política do esquecimento ou política do abandono, consolidado pelo círculo vicioso, alimentado pelo exercício arbitrário do poder.

Na contramão do esquecimento e abandono, eles trouxeram à tona a memória dos corpos sem identificação. Os corpos largados nas obscuras valas, cavadas para ocultação não somente dos corpos, mas de todas as patentes envolvidas naqueles atos perversos. Corpos esses que sofreram uma miríade de punições de natureza diversa. Nesse contexto, a solidariedade se destacou como potência de vida do grupo, caracterizando-se como apoio mútuo e cumplicidade, e assim, teve seu sentido enlaçado pelos sentidos de familiaridade.

No que tange aos objetivos almejados com a resistência, pode-se depreender que inúmeras pessoas que sofreram diretamente os efeitos da violência, se sentiram representados com estas iniciativas que publicizaram as atrocidades. Ademais, acreditava-se na possibilidade de alcançar maior participação popular nas decisões políticas. Sabemos por meio de experiências dolorosas, que a liberdade não nos foi voluntariamente concedida pelo opressor, antes, teve que ser exigida pelo oprimido. Foi esta liberdade que, todos que levantaram bandeiras, pintaram as caras, discursaram, pintaram e bordado, foram buscar.

A apreensão da dimensão afetiva, nos serviu de fio condutor na compreensão da trajetória das manifestações ocorridas no enfrentamento da ditadura brasileira. O problema coletivo, levou a sociedade a passar por uma trajetória de reconhecimento e produção de sentidos pela convivência e pela identificação, mas também pela dor e pela indignação. Consideramos que a mobilização dos afetos, utilizando a memória de luta, atuou como elemento aglutinador dos grupos, favorecendo a produção de sentidos da sociedade, bem como, a busca por soluções.

Nas histórias de José Porfírio de Sousa e Isaura Botelho, paira a presença da ausência. Essa ausência da presença, reflete a realidade de muitos brasileiros. São lembranças pelos vazios deixados pelos desaparecidos, que no fim, auxiliam na construção de uma rede de memória afetiva. Portanto, a memória e o afeto, compõem os fios que permitem a conexão entre essas histórias ocorridas em lugares distantes e distintos, mas, que a narrativa semelhante os aproximou, com a busca pelo combate do esvaziamento social e afetivo do sujeito por consequência do discurso modernizador conservador imposto pelo estado de exceção.

Temos, pois, a necessidade de que esta memória afetiva tenha um período longo de duração. Melhor ainda, que essa memória não se acabe. Por isso, endossamos que o exercício de consciência e memória, não acontecem ao acaso, e sim, advinda da inspiração de experiências passadas. A manutenção das experiências, nos garantiria a memória “hábito”⁷⁵, e por consequência a memória

⁷⁵ Esta “memória” acumularia mecanismos motores que, ao se constituírem, mostraram-se úteis e, portanto, foram armazenados. O coletivo de tais mecanismos acumulados cria um hábito corporal, um tipo de esquema sensório-motor que pode ser, a qualquer momento, resgatado pela percepção. Daí estabelece-se um automatismo, sendo que a percepção é prolongada em mecanismos motores automaticamente. De outro modo, há também uma espécie de sucessividade linear, pois uma imagem se prolongaria em uma imagem seguida através de relações localizáveis. Trazendo para a questão da imagem-movimento, isso vai constituir o que Deleuze conceituou de narração orgânica. Ao enquadrar imagens percepção, imagens-ação ou outros tipos, a câmera as prolonga por um fio sensório-motor que deve funcionar como a percepção

“espontânea”. no caso da memória-hábito, é a presença da temporalidade, pois sempre uma ação sendo executada.

Estas duas instâncias de memória, são hipóteses formuladas pelo filósofo Henri Bergson, para demonstrar que, o “hábito” se liga à ação “prática” e a espontânea, produz os mecanismos corporais para que a ação aconteça. A função das duas, é, portanto, criar um vínculo entre memória e corpo, pois, ambas atingem um estágio de percepções mais aguçadas. Ainda, segundo Bergson, essas duas memórias acionarão a nossa consciência, que se apresentará quando houver uma decisão a ser tomada ou uma ação a se executar.

Isto significa dizer que, ambas as memórias, também concatenam a consciência na busca da ação mais adequada, dirigindo o consciente às percepções e afetos em situações conflitantes no mundo. Quando fazemos o uso da memória, estamos efetuando uma espécie de salto, confrontando a história oficial do Brasil que, foi edificada na negação dos traumas e dos processos de ressentimentos, como a escravidão, colonização, expropriação e grilagem de terras.

A duração da memória é um processo de progresso contínuo, devendo estar em constante estado de armazenamento para reivindicá-la sempre que isto for conveniente. Para que, isto seja possível, tanto a memória, quanto a historiografia precisa estar alinhada no combate ao esquecimento, que nos impele a ação, como nos indica Bergson:

Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso com efeito que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso onde se realiza a ação. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida. (BERGSON, 2011, p. 180).

Para um pensar transicional de justiça, devemos pensar na direção de uma reconstrução e restauração das dimensões da própria justiça. E nesse sentido, assumir as performatividades das memórias acerca dos torturados e desaparecidos da ditadura, contribui para processos de responsabilização social sobre nosso próprio passado, no sentido da “memória justa” que nos fala Paul Ricoeur, como uma memória acerca de nosso passado com a qual conseguimos conviver e ainda projetar futuros possíveis enquanto nação. Assim, o rememorar se ocupa também das feridas, naquilo que o passar do tempo deixou aberto, carente e sem reparação.

Ocorre que a experiência de eventos traumáticos produz tensões, que nos assombram de tempos em tempos. Enquanto me disponho a relatar as mazelas ocorridas no passado do nosso país, no intuito de conscientização, repercutindo a memória de uma justiça a ser feita diante das injustiças praticadas, há um movimento civil de extrema direita de caráter golpista, que ocupam rodovias de

humana, com o intuito de não confundir o espectador, ou seja, com o objetivo de criar uma identificação com a forma com que ele percebe o mundo. “A narração orgânica consiste no desenvolvimento dos esquemas sensório-motores segundo os quais as personagens reagem a situações, ou então agem de modo a desvendar a situação. É uma narração verídica no sentido em que aspira ao verdadeiro, até mesmo na ficção”. (DELEUZE, 2007, p.157).

modo criminoso, fazendo piquete em frente batalhões do exército, reivindicando a intervenção militar, num nítido e assustador movimento que almeja o retorno dos militares ao poder.

Ou seja, as feridas dos ressentidos, devem ser vistas com cuidado, pois, podem desenvolver formas agressivas de recalques. Como resposta a esta problemática e diminuição das violações e desumanidades, é importante que o assunto tenha visibilidade, pois mesmo que as pautas estejam inseridas na agenda do governo, existe uma grande lacuna entre, estar na agenda e ser realmente implementada, para que não incorra de ficarem somente no campo das ideias.

Este trabalho, retrata as performances da memória, processos e trajetos de vozes e matéria. Traz à tona relações entre os atravessamentos do cotidiano entre as relações afetivas, cultura e arte. Evoca os (nós) das (des) razão evoca, sobretudo, a memória dos corpos sem sepulturas dos resistentes à Ditadura. Fala sobre o outro que existiu, mas que era mantido na invisibilidade e no vazio de significações. Possui a sintonia entre passado e presente, permitindo a realização de um trabalho entre luto e a lembrança, reacomodando símbolos rememoração. Um misto de vontade, arte e persistência. Aquela linha traçada no tecido, lançada para os movimentos e dos movimentos, para os rostos empáticos dos que receberam.

Por meio, destas performances, as relações entremeadas no período ditatorial brasileira, dão expressão e trouxeram à superfície coisas não ditas que passaram a ser compartilhadas.

Chamamos atenção para a forma que as ideologias são processadas. Não importa se o movimento é de esquerda ou direita, o importante é, que as ideologias professadas sem humanidade, estão fadados a se tronarem cálculos teóricos passíveis de egoísmo. Quando as crenças não têm empatia, são reduzidas a discussões proselitistas.

É de se esperar que as disputas sejam desiguais e desleais quando a instituição está corrompida pelo autoritarismo. Com isso, podemos afirmar, que para sobreviver no nefasto mundo político, na maior parte do tempo, as lutas precisaram existir para que haja sobrevivência. Não é preciso que as lutas, os movimentos sociais coletivos sejam extintos ou apagados nos regimes autoritários, para que se prove seu compromisso com o estado de direito democrático. São as próprias lutas citadas, que provam.

A ideia para esta escrita foi difundir uma engrenagem de pensamento crítico que afete a dominação, comuns e contemporâneos, sobre a memória da democracia, contra a memória oficial governamental, e ao mesmo tempo, fortalecer os movimentos de resistências que muitas vezes não foram vencedores. Consideramos as ações arduamente conquistadas por esses indivíduos que se expuseram, bem como, os familiares de vítimas e sobreviventes da militância política, que por décadas lutaram por memória, verdade e justiça.

Ao elucidar os repertórios performados pela ação, acredita-se que esse estudo contribui com a sociedade de uma forma geral, sobretudo, no campo das políticas públicas, pois, mostra as ações

que esses atores desempenharam na priorização e participação, no diálogo e na inclusão. Apesar do assunto parecer estar parado no tempo, ele se faz presente e atuante, visto que, a ansiedade de alguns setores da sociedade em aniquilar a diferença permanece. Isso, justifica a importância de resistir, de permanecer disputando a memória, como nos bordados, nos discursos, nas dissertações, nas conversas de bares, na sala de aula, nas reuniões religiosas, reuniões de família etc. Acredita-se que do ponto de vista teórico, os repertórios de ação e as pautas reivindicativas possam ter suas análises ampliadas a partir de recortes de teorias que buscam a compreensão e percepção do respeito ao direito e cidadania. Que esta dissertação possa servir como alerta, para lembrarmos daquilo que defino o nosso porvir histórico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas - A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, Goethe, 1985.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO -Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985

ASSMANN, Aleida. **Espaço da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUMAN, Richard. "A **poética do mercado público: gritos de vendedores no México e em Cuba**". Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: Acesso em: 05 de fev. 2022.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. Tradução de Flávio Rangel. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

BENJAMIN, Walter. (1992) **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Tradução de Maria Amélia Cruz et al. Lisboa: Relógio D'Água.

_____. "**O narrador**". In: Walter Benjamin – Obras escolhidas, vol. 1: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. **Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. **Articulações, memórias e mitos: interlocuções acerca dos movimentos de luta pela terra em Goiás 1950/1960**. Simpósio Internacional E. P. Thompson: história e perspectivas. Uberlândia, 2014a.

_____. **O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra no norte de Goiás 1950/1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia – Programa de PósGraduação em História, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 26, 2006.

_____. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1998.

BOSI, ECLÉA. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987.

BOTELHO. Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BRUCKNER, Pascal. **O complexo de culpa do ocidente**. Trad. Carlos Pestana Nunes. Mem Martins: Europa-América, 2008.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. 2 ed – São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1988.

COUTO, Edvaldo Souza. **Corpos Voláteis, Corpos Perfeitos: estudos sobre estéticas, pedagogias e políticas do pós-humano**. Salvador: EDUFBA, 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Redescobrimos a história: A República de Formoso e Trombas**. São Paulo: Cadernos AEL, n. 7, 1997.

_____. **Aconteceu Longe Demais- A Luta Pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DALTOÉ, Andréia. da S. **O direito de ser esquecido, o direito de ser lembrado: memória, esquecimento e o funcionamento da metáfora**. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 33, p. 135-162, jan. /jun. 2014.

DEBRAY, Régis. **Transmitir: o segredo e a força das idéias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **O Estado Sedutor**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS. Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da Memória e outros ensaios**. São Paulo, Ateliê. 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder (1964-1984): A emergência de um Discurso Democrático no Brasil**; tradução de Lucimar de Oliveira – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. In: Edição Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1997.

_____ (1914/1986). **Recordar, repetir e elaborar**, in: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Imago.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: introdução a sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro, 1995.

GAGNEBIN, J. M. (1994) **História e Narrativa em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, (coleção estudos: 142).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEORGE, Szirtes. **Exercício de poder: a arte de Ana Maria Pacheco**/ George Szirtes; editor, Jofre Silva; prefácio, Nicolau Sevcenko; tradução, Frederico Dentello, Ludimila Hashimoto; Supervisão da tradução, Jofre Silva – Goiânia: Ed. Da UCG; Inglaterra, Pratt Contemporary Art, 2004.

GINZBURG, Jaime. **Escritas da Tortura**. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura? — a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLUSBERG, Jorge. **A arte da Performance**. Tradução Renato Cohen – São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Sílvia Alexandra Raposo. **Estado de Insurgência: performance, política e resistência nas práticas artísticas contemporâneas**. dissertação de Mestrado em Antropologia – Especialização em Cultura Material e Consumos. 2017

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HUYSEN Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais e políticas da memória**; tradução Vera Ribeiro – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura? — a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

KEHL, Maria Rita. **O Tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KUCISNKI, Bernardo. **Relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

_____. **A nova ordem**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LIGIÉRO, Zeca. **Corpo a corpo: estudo das performances brasileiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

LONDRES, Cecília. **Patrimônio e performance: uma relação interessante**. In. GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R.; TEIXEIRA, J. G. L. C. (Orgs.) *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS-UnB, 2004.

MAIA, Claudio Lopes. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira- A luta dos posseiros em Trombas e Formoso. 1950/60**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MÁRCIO. Moreira. (1966), *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, Idade Nova.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOLINUEVO, José Luis. **La experiencia estética moderna**. Madrid: Sintesis, 2002.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro** – São Paulo: Contexto, 2014.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Oropeza. Doble. *Memorias del dolor: consideraciones acerca de las Comisiones de la Verdad en América Latina*. Costa Rica : Arlekin. 2009

ORTEGA, Francisco. **El Trauma Social como Campo de Estudios**. In. **ORTEGA, Francisco (Org.) Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias** para el nuevo milenio. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales, 2011.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise*

automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Foucault. Campinas: Unicamp, 1990. p. 163-252. (Originalmente publicado em 1975).

POZO, Antônio G. **El arte como realidade transformada em su verdade. La rehabilitacion hermenêutica de la estética en Hans Georg Gadamer.** Publicado em 2018 Filosofia Kriterion revista De Filosofia

REMOND, René. (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** 3 ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, Carla S. **Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil.** In: RODEGHERO; MONTENEGRO; ARAÚJO (Org.), 2012.

ROSA, S. O. **Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante.** São Paulo: Intermeios, 2013.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, José Luiz. dos. **O que é cultura.** 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SARLO, Beatriz. **Um olhar político. In: Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação.** São Paulo: Edusp, 1997.

SARTRE, Jean-Paul, 1905-1980. **Esboço para uma teoria das emoções/Jean-Paul Sartre;** tradução de Paulo Neves. - Porto Alegre: L&PM, 2008. 96 p.; 18 cm. - (Coleção L&PM Pocket Plus).

SCHECHNER, Richard. **Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral**. Tradução de Ana Letícia de Fiori. Revisão técnica de John Cowart Dawsey e Diana Paola Gómez Mateus. São Paulo, Cadernos de campo (PPGAS/USP), n. 20.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Tradução Jorge Bastos – Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **A estranha ciência do esquecimento**. In: SILVA, Jofre (org). *Memória Roubada e a arte de Ana Maria Pacheco*. Goiânia, GO: UEG – Centro de Formação Artística, 2003.

SOARES, Fernanda, CUNHA, Lilian. **A república de Trombas e Formoso – Goiás (1950-1964): Origem apogeu e criminalização de um movimento social camponês**. 2017.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade? da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes**. São Paulo: Paulus, 2006.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1677/2009.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. José Olympio: Rio de Janeiro, 1972.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002. _____ **Diante do extremo**. São Paulo: Editora Unesp. 2017.

TOURAINE, Alain. **A busca de si: diálogo sobre o sujeito**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012.

_____. **El pasado, instrucciones de uso**. 1ª.ed., Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

TURNER, Victor W. **Betwist and between: o período liminar nos "ritos de passagem"**. Em: **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Tradução Marina Appenzeller. SP: Editora Papirus, 1988.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985: A democracia golpeada à Esquerda e à Direita** – São Paulo: LeYa, 2014.

WAGNER, Roy. **Símbolos que representam a si mesmos**. Trad. Priscila Santos da Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Usos do esquecimento**: conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Tradução: Eduardo Alves Rodrigues – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

Sites

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/59-regimento-interno-da-comissao-nacional-da-verdade.html>

<https://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Antonio-Benetazzo-1.pdf>

<https://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Antonio-Benetazzo-1.pdf>